



PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO **ENSINO MÉDIO**

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL

ORGANIZADORES

Helio Queiroz Daher
Davi de Oliveira Santos
Marcia Proescholdt Wilhelms
SED-MS • 2021/2022





PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO **ENSINO MÉDIO**

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL



REINALDO AZAMBUJA SILVA

Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

MURILO ZAUTI

Vice-Governador do Estado de Mato Grosso do Sul

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO

Secretário-Adjunto de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul

HELIO QUEIROZ DAHER

Superintendente de Políticas Educacionais

DAVI DE OLIVEIRA SANTOS

Coordenador de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional

Comissão Estadual

Maria Cecilia Amendola da Motta

Titular da Secretaria de Estado de Educação

Helio Queiroz Daher

Superintendente de Políticas Educacionais

Paulo Cesar Rodrigues dos Santos

Superintendente de Informação e Tecnologia

Wellington Fernando Modesto da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

Soraya Regina de Hungria Cruz

Superintendente de Planejamento e Apoio Institucional

Mary Nilce Peixoto dos Santos

Superintendente de Administração das Regionais

Anderson Soares Jbara

Superintendente de Administração, Orçamento e Finanças

Comissão Executiva

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – COPEMEP

Cristiane Yoko Koyanagi da Costa
Lyvia Olarte de Moura
Paula Pantalena
Vaneide Barbosa e Araújo Silva

COORDENADORIA DE POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA A EDUCAÇÃO – COPEED

Ana Donato

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – COPEF

Daniele Tais

COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL – COPESP

Janaina de Jesus Fernandes Belato

COORDENADORIA DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL – COPED

José Augusto da Silva

COORDENADORIA DE CORREÇÃO DE FLUXO – CCORF

Jean Carlos

COORDENADORIA DE NORMATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS – CONPED

Adriana Cátia

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CFOR

Estela Mara de Andrade

Equipe de Implementação

Bruna Ribeiro Diniz Campos
Cristiane Yoko Koyanagi da Costa
Daniel Greco Aith
Davi de Oliveira Santos
Lyvia Olarte de Moura
Marcia Proescholdt Wilhelms

Revisão de Normalização

Bruna Ribeiro Diniz Campos
Daniel Greco Aith
José Moacir de Aquino
Lyvia Olarte de Moura

COORDENADORIA DE GESTÃO ESCOLAR – COGES

Margarete Toribio

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS – COINGE

Karin Astrid Marques dos Santos

COORDENADORIA DE LOTAÇÃO – CORLOT

Tânia Cristina Barreto de Souza Bello

COORDENADORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL – COTED

Morgana Duenha Rodrigues

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – CODITEC

Manuel Dantes Nunes

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA – COINF

Patrizia Marques Cogorno Menezes

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COFIN

Carla Renata Bassi

COORDENADORIA DE CONVÊNIOS – CCONV

Andrea Cristina Souza Lima

COORDENADORIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – COALE

Jackeline Veras de Souza

ASSESSORIA DE IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – ASIB

Daniel Greco Aith

Revisão Linguística e Ortográfica

Vanderlis Legramante Barbosa

Design Gráfico e Diagramação

Cesar Luiz Galhardo Vendas
Willian Pinto Manvailer

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- AIEMS** – Avaliação Institucional Externa
- AJA** – Avanço do Jovem na Aprendizagem
- APM** – Associação de Pais e Mestres
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CAEE** – Centro de Atendimento Educacional Especializado
- CEE/MS** – Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
- CFOR** – Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CONSED** – Conselho Nacional de Secretários de Educação
- COPEMEP** – Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional
- COPESP** – Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial
- COTED** – Coordenadoria de Tecnologia Educacional
- CRE** – Coordenadoria Regional de Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INSE** – Indicador de Nível Socioeconômico
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- NEM** – Novo Ensino Médio
- PDDE** – Programa Dinheiro Direto na Escola
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PEE/MS** – Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
- PLI** – Plano de Implementação do Novo Ensino Médio na REE/MS
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- PPP** – Projeto Político-Pedagógico
- ProBNCC** – Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular
- REE/MS** – Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul
- SED/MS** – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul
- SGDE** – Sistema de Gestão de Dados Escolares
- SITEC** – Superintendência de Informação e Tecnologia
- STE** – Sala de Tecnologia Educacional
- SUGESP** – Superintendência de Gestão de Pessoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	08
2. MARCOS LEGAIS.....	10
3. OBJETIVOS GERAIS E METAS.....	12
4. DIAGNÓSTICO DA REDE.....	13
4.1 UNIDADES ESCOLARES.....	14
4.1.1 Quantitativo.....	14
4.1.2 Infraestrutura.....	21
4.2 DOCENTES.	22
4.3 ESTUDANTES.	25
4.3.1 Estudante com Atendimento Educacional Especializado.....	26
4.4 PROCESSO DE ESCUTA DA COMUNIDADE ESCOLAR.....	27
4.5 EXPERIÊNCIA DE FLEXIBILIZAÇÃO.....	32
5. ARQUITETURA CURRICULAR.....	35
5.1 ITINERÁRIO FORMATIVO PROPEDÉUTICO.....	40
5.2 ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL.....	42
5.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	47
5.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	51
5.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	52
5.6 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA.....	53
6. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	54
6.1 CURRÍCULO.....	54
6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA.....	56
6.2.1 Formações no período de 2019 a 2021.....	57
6.3 RECURSOS DESCENTRALIZADOS.....	58
6.3.1 Repasse de Manutenção Escolar.....	58
6.3.2 Alimentação Escolar.....	59
6.3.3 Transporte Escolar	60
6.4 ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS.....	62
6.4.1 Primeiro-passo	63
6.4.2 Parceiro vigentes/potenciais parceiros.....	65
6.5 INFRAESTRUTURA E SUPORTE.....	67
6.6 COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR À COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO.....	71
6.7 MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO	74
6.8 ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO	79
6.9 ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A EQUIDADE URBANO-RURAL E SOCIAL	81
6.10 SISTEMA DE MATRÍCULAS E CONTRATAÇÃO.....	82
6.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	83
6.12 MATERIAIS DIDÁTICOS.....	83

7. MATRIZ DE INDICADORES	84
7.1 PERCENTUAL DE ESCOLAS COM CARGA HORÁRIA DE PELO MENOS MIL HORAS ANUAIS.....	84
7.2 TAXAS DE RENDIMENTO.....	84
7.2.1 Taxas de aprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS	85
7.2.2 Taxas de abandono e reaprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS.....	85
7.2.3 Taxas de abandono das escolas de Ensino Médio da REE/MS.....	86
7.3 VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REE/MS.....	87
7.4 OUTROS INDICADORES.....	87
8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	89
ANEXO.....	92

1. INTRODUÇÃO

A Lei n. 13.415/2017 alterou as diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 9.394/1996), reformando o Ensino Médio de todo o país. Nessa senda, desdobrou-se a tarefa de implementar a nova arquitetura dessa etapa de ensino, composta por Formação Geral Básica – FGB e Itinerário Formativo – IF, indissociavelmente.

A Formação Geral Básica será organizada por meio de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, enriquecidas pelo contexto histórico, econômico, social, ambiental, cultural local, do mundo do trabalho e da prática social. Por sua vez, o Itinerário Formativo será organizado por meio de arranjos curriculares que possibilitem aos estudantes aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos e/ou para o mundo do trabalho.

Outra alteração significativa que a reforma trouxe ao Ensino Médio é a ampliação progressiva da carga horária anual, de 800 horas para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, até 2022, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária.

Desse modo, o Estado de Mato Grosso do Sul tem o desafio de implementar o Novo Ensino Médio – NEM em todas as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino – REE/MS, em consonância com a legislação supracitada e com a Portaria MEC n. 649/2018, que instituiu o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, com a finalidade de dar suporte às unidades federativas no cumprimento dessa demanda.

Para isso, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS, por meio da Resolução/SED n. 3.776/2020, instituiu o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio com vistas à elaboração deste Plano de Implementação – PLI, bem como o acompanhamento de sua execução.

São responsabilidades de cada representante no Comitê:

- Titular da Secretaria de Estado de Educação: articular e validar com os demais membros o PLI bem como acompanhar a sua execução.
- Superintendente de Políticas Educacionais: articular informações e execução de ações pedagógicas do PLI.
- Superintendente de Informação e Tecnologia: articular informações e execução de ações que envolvem adaptações tecnológicas e de sistemas tecnológicos.

- 
- Superintendente de Gestão de Pessoas: articular informações e execução de ações referentes aos profissionais da educação.
 - Superintendente de Planejamento e Apoio Institucional: articular informações e execução de ações referentes ao planejamento e apoio institucional.
 - Superintendente de Administração das Regionais: articular informações e apoiar a comunicação entre as regionais para a execução do PLI.
 - Superintendente de Administração, Orçamento e Finanças: articular informações e execução de ações referentes a convênios, contratos, orçamentos, finanças, alimentação escolar e à prestação de contas.
 - Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar: articular informações e execução de ações referentes à infraestrutura e ao apoio escolar das unidades escolares.

O objetivo central do PLI é estabelecer um panorama geral da REE/MS e, a partir dele, definir as ações necessárias aos diversos setores da SED/MS e da REE/MS para a implementação do NEM. Por fim, o PLI traz uma matriz de indicadores para o acompanhamento da execução dessas ações.

Nesse sentido, a construção do PLI ocorreu de forma participativa e colaborativa com os vários setores da SED/MS, evidenciando as diversas contribuições até 2020. Inclui-se, também, o processo de escuta ativa da comunidade escolar, visando garantir uma educação democrática e de qualidade para todos os estudantes dessa etapa de ensino.

2. MARCOS LEGAIS

Inicialmente, é de suma importância entender os marcos legais que contribuíram com a reforma do Ensino Médio. Foram instituídas normativas, em âmbito federal, delimitando a nova carga horária para a etapa, os prazos da implementação, os referenciais para a parte flexível do currículo, além de estabelecer a estrutura de funcionamento do NEM. Dentre as normativas, tem-se: a Lei n. 13.415/2017, a Resolução CNE/CEB n. 3/2018, a Resolução CNE/CP n. 4/2018, a Portaria MEC n. 1.432/2018 e a Resolução CNE/CPn. 1/2021.

A Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera a Lei n. 9.394/1996 - LDB e estabelece algumas diretrizes para a reforma do Ensino Médio. Dentre elas, destaca-se a ampliação da carga horária para 1.400 horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária, a partir de 02 de março de 2017. Da carga horária total da etapa, 1.800 horas, no máximo, devem ser reservadas à BNCC e o restante distribuídas na parte flexível do currículo - os Itinerários Formativos. Além disso, a Lei estipula que a BNCC deve ser organizada por áreas de conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Quanto ao ensino da língua portuguesa e da matemática, determina-se que seja obrigatório nos três anos do Ensino Médio. No que se refere à língua estrangeira, os currículos incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino. Ademais, a normativa também define que os estudantes devem ter a possibilidade de cursar mais de um Itinerário Formativo.

A Resolução CNE/CEB n. 3/2018 atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, determinando que os currículos devem ter carga horária total máxima de 1.800 horas para Formação Geral Básica, que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da BNCC. A Resolução também define que os itinerários devem ser orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens a partir das áreas de conhecimento e da formação técnica e profissional. Além disso, a normativa estipula que para garantir a oferta de diferentes itinerários formativos, pode-se estabelecer parcerias entre outras



instituições de ensino, desde que previamente credenciadas pelos sistemas de ensino. Ademais, define que os sistemas devem ofertar, ao menos, dois itinerários por município.

A Resolução CNE/CP n. 4/2018 institui a BNCC na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A Resolução também determina que o currículo deve utilizar a BNCC como referência obrigatória, além de conter uma parte diversificada que abrange as peculiaridades regionais do ente federativo.

A Portaria MEC n. 1.432/2018 estabelece os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos. A normativa determina que os itinerários devem ser organizados a partir de quatro eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo. A portaria estipula, também, o conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas nos itinerários, por área de conhecimento e por eixo estruturante.

A Resolução CNE/CP n. 1/2021 define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Há algumas questões que ainda precisarão ser normatizadas no âmbito dos sistemas de ensino. Neste sentido, será necessária uma articulação entre a SED/MS e o CEE/MS para a definição desses temas, dentre eles: aprovação do Currículo; cronograma de implementação das alterações na Lei n. 9.394/1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º da Lei n. 13.415/2017; eventuais alterações nas matrículas e escrituração escolar dos estudantes; estruturação da certificação da etapa; credenciamento de instituições para a parceira na oferta de itinerários formativos; e, reconhecimento do notório saber de profissionais para atuarem no itinerário de formação técnica e profissional.

3. OBJETIVOS GERAIS E METAS

Subsidiada pelas normativas que fundamentam a proposta do Novo Ensino Médio, a SED/MS traçou os seguintes objetivos gerais para a Implementação no NEM na REE/MS:

- 1. Divulgar e realizar o lançamento da Proposta Curricular para o Ensino Médio que contemple a BNCC e itinerários formativos;**
- 2. Selecionar escolas-piloto para implementar a carga horária mínima e a flexibilização curricular;**
- 3. Implementar a Proposta Curricular nas escolas-piloto;**
- 4. Implementar a Proposta Curricular em todas as escolas da REE/MS.**

A partir desses objetivos, foram estabelecidas as seguintes metas:

- 1. implementar o Currículo de Referência de MS, etapa Ensino Médio, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, até dezembro de 2021;**
- 2. Oferecer um catálogo com, no mínimo, 10 Unidades Curriculares, por Área de Conhecimento, em 2021, para as escolas formarem os Itinerários. Em 2022, disponibilizar, no mínimo, 24 Unidades Curriculares por Área de Conhecimento;**
- 3. Oferecer Formão Continuada aos professores da REE/MS em 2021;**
- 4. Ampliar a carga horária das Escolas de Ensino Médio para, no mínimo, 1.000 horas anuais, conforme as seguintes projeções:**
 - a. 2020: 31% das unidades escolares;
 - b. 2021: 42% das unidades escolares;
 - c. 2022: 100% das unidades escolares.

Para alcançar os objetivos e metas mencionados, fez-se necessária a realização de um diagnóstico da REE/MS e, a partir disso, a proposição de um plano de implementação, bem como a construção de uma matriz de indicadores para o acompanhamento de sua execução.

4. DIAGNÓSTICO DA REDE

A partir das alterações previstas na Lei n. 13.415/2017, para operacionalização do Ensino Médio, a SED/MS realizou um diagnóstico da REE/MS sobre elementos que articulam e incidem na implementação do NEM. Nessa perspectiva, foram apurados dados e informações sobre as unidades escolares, os docentes e os estudantes, referentes ao ano de 2020, por meio do Sistema de Gestão de Dados Escolares – SGDE. Inclui-se nesse diagnóstico, também, o processo de escuta ativa da comunidade escolar.

A Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul é composta por 343 escolas, distribuídas nos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, que operacionalizam as diferentes etapas e modalidade da educação básica. Destaca-se que, desse quantitativo total de escolas, 308 ofertam o ensino médio a mais de 97 mil estudantes. Para o atendimento desse público, são mobilizados mais de 5 mil docentes, das diferentes áreas de conhecimento.

O monitoramento de todas as unidades escolares é realizado por meio das Coordenadorias Regionais de Educação, que têm como finalidade exercer, em nível regional, o acompanhamento e a supervisão das escolas da REE/MS, localizadas nos municípios sob sua jurisdição, oferecendo suporte administrativo, técnico e pedagógico para a viabilização das políticas educacionais da SED/MS.

Atualmente existem 11 Coordenadorias Regionais, situadas nos seguintes municípios: Coxim, Paranaíba, Três Lagoas, Campo Grande, Nova Andradina, Naviraí, Dourados, Ponta Porã, Jardim, Aquidauana e Corumbá, e atendem as regiões conforme a figura 1.



Figura 1 - Mapa de municípios atendidos por cada CRE

A seguir, são apresentados dados mais específicos quanto às unidades escolares, docentes e estudantes.

4.1 UNIDADES ESCOLARES

Quanto às unidades escolares, os dados levantados estão relacionados ao quantitativo de escolas, considerando as diferentes modalidades do Ensino Médio, bem como a infraestrutura de cada instituição.

4.1.1 Quantitativo

Destaca-se que, cerca de 90% das unidades escolares da REE/MS ofertam especificamente o Ensino Médio em diferentes modalidades, agrupadas nesse PLI da seguinte maneira:

- Regular: Ensino Médio 25h/a, 30h/a e integral;
- Correção de Fluxo: AJA, AJA-EPT e EJA;
- Profissional: técnicos e qualificação profissional.

No Gráfico 1, pode ser observado o quantitativo de unidades escolares que ofertam as diferentes modalidades do Ensino Médio em toda REE/MS. Destaca-se que as modalidades estão distribuídas em diferentes configurações, isso, devido ao fato de uma mesma escola ter a possibilidade de operacionalizar distintas modalidades. Percebe-se, portanto, que mais da metade das unidades escolares ofertam apenas o Ensino Médio regular, porém, não devem ser desconsideradas as demais modalidades.

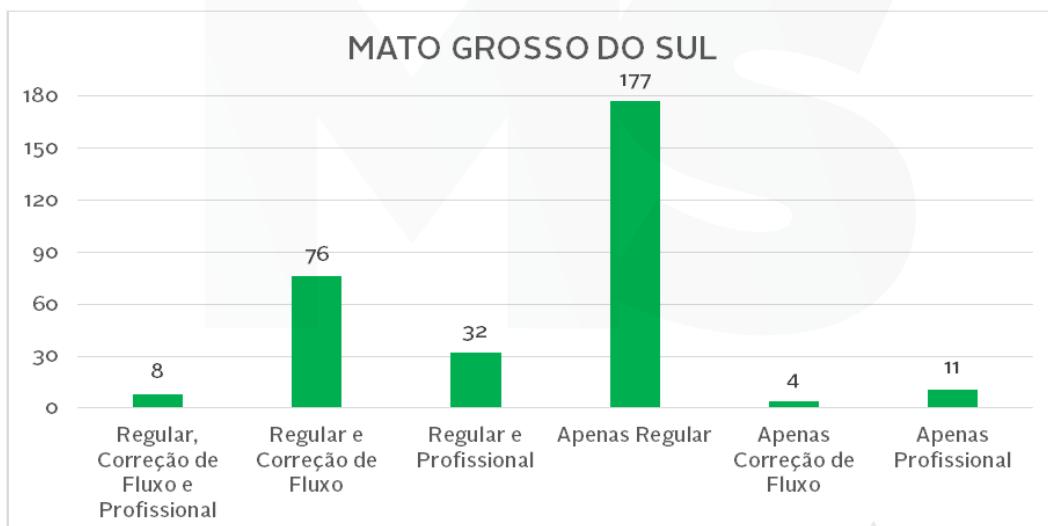


Gráfico 1 – Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM na REE/MS

Considerando a necessidade de visualizar o panorama regional dessa distribuição de unidades escolares, o mesmo estudo foi realizado por CRE e município. Os gráficos, a seguir, representam esses panoramas.

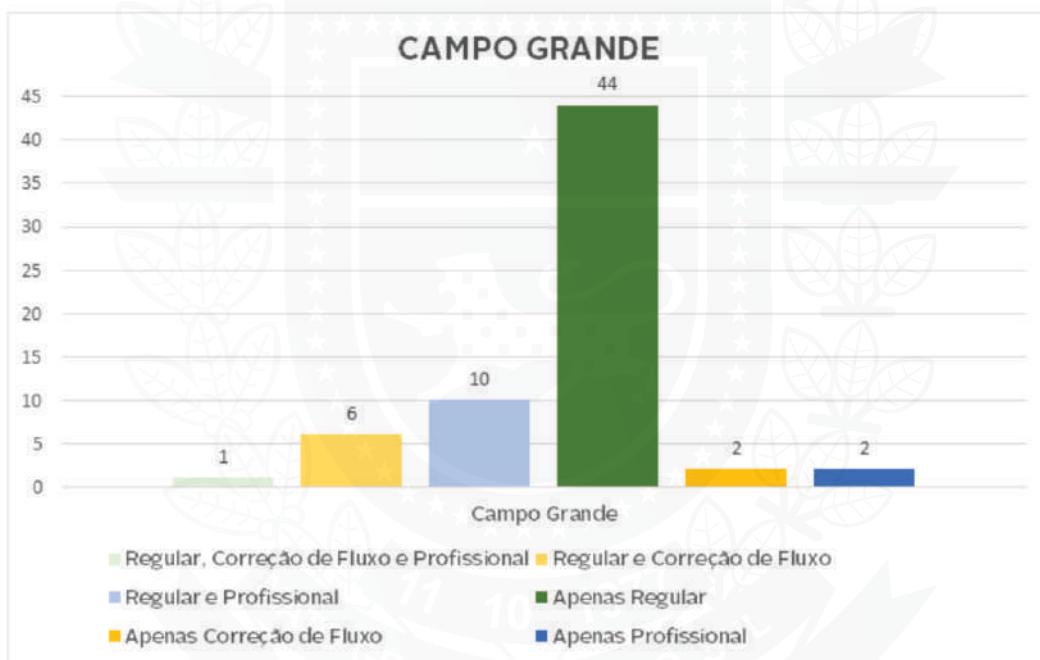


Gráfico 2 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM no município de Campo Grande

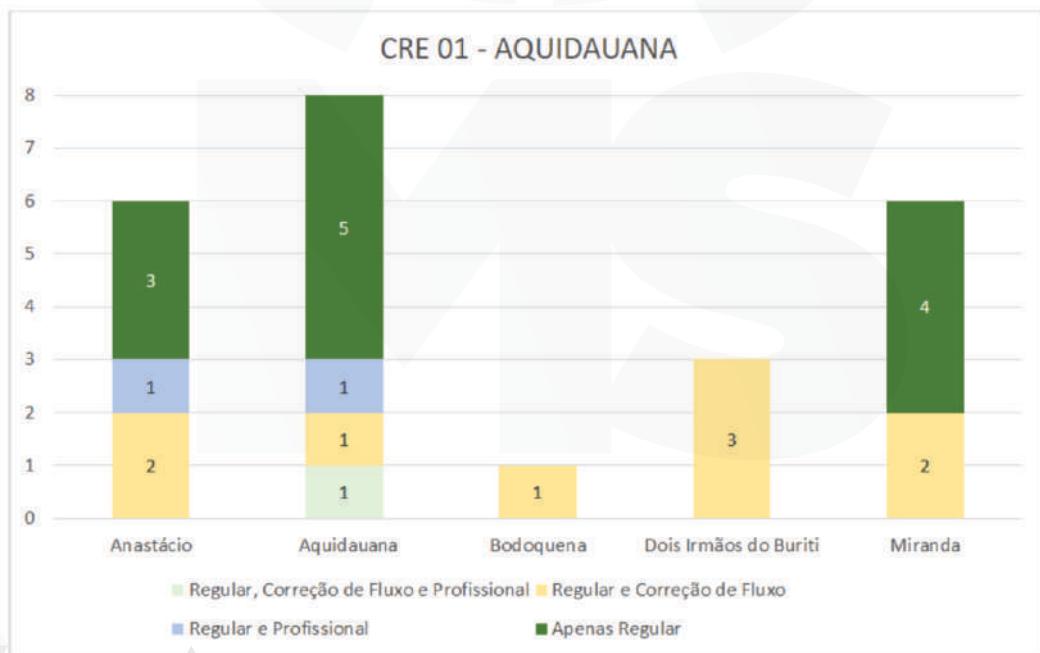


Gráfico 3 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 01

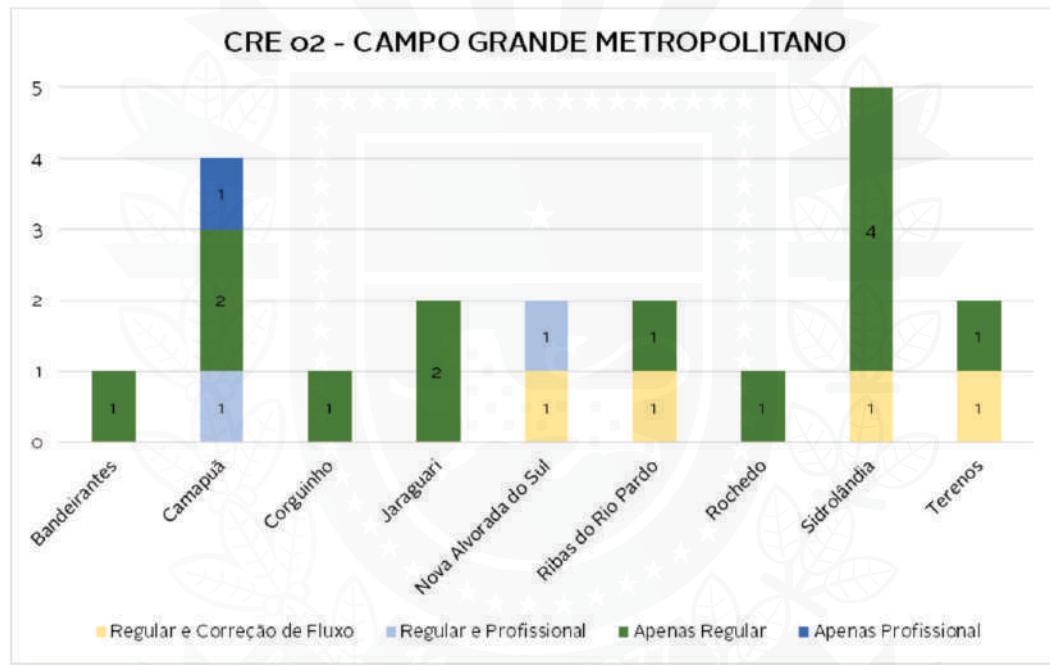


Gráfico 4 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 02

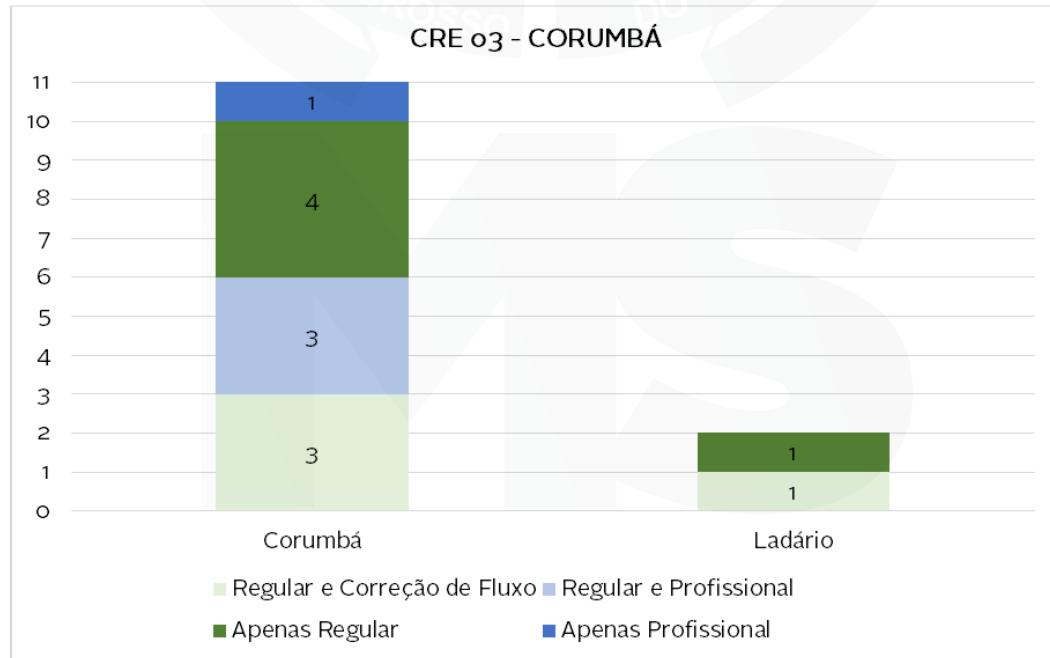


Gráfico 5 - Quantitativo de unidades escolares que oferecem cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 03

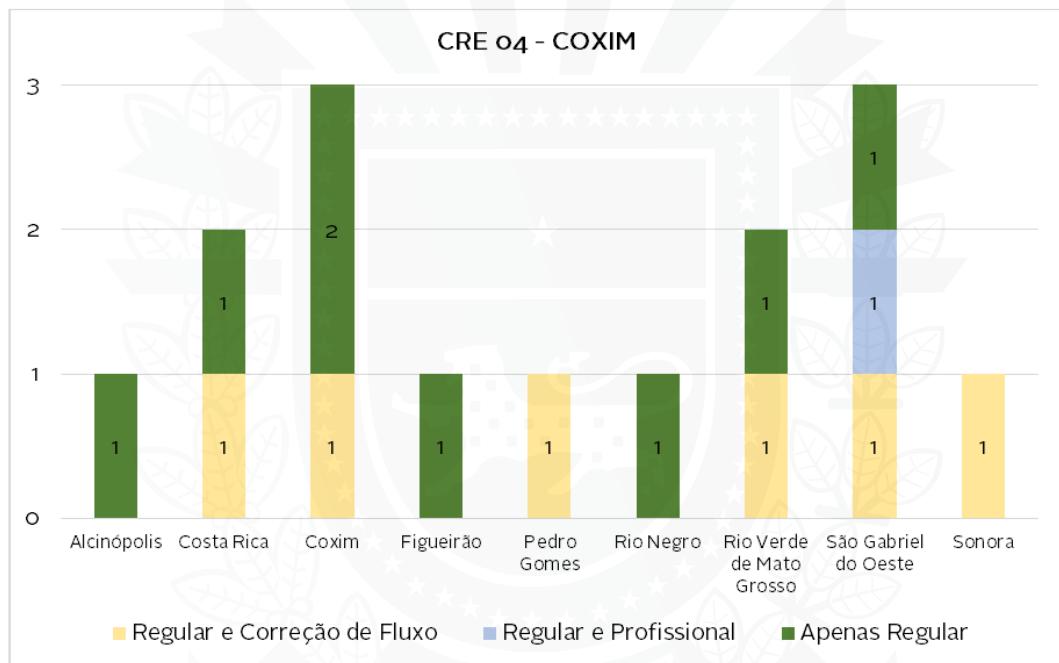


Gráfico 6 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 04

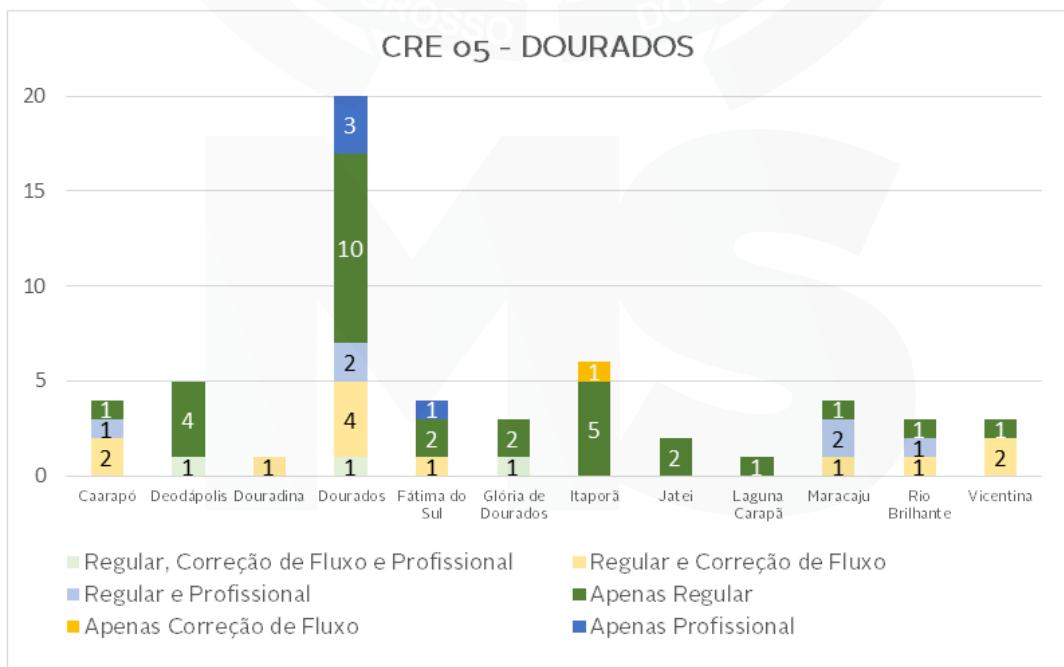


Gráfico 7 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 05

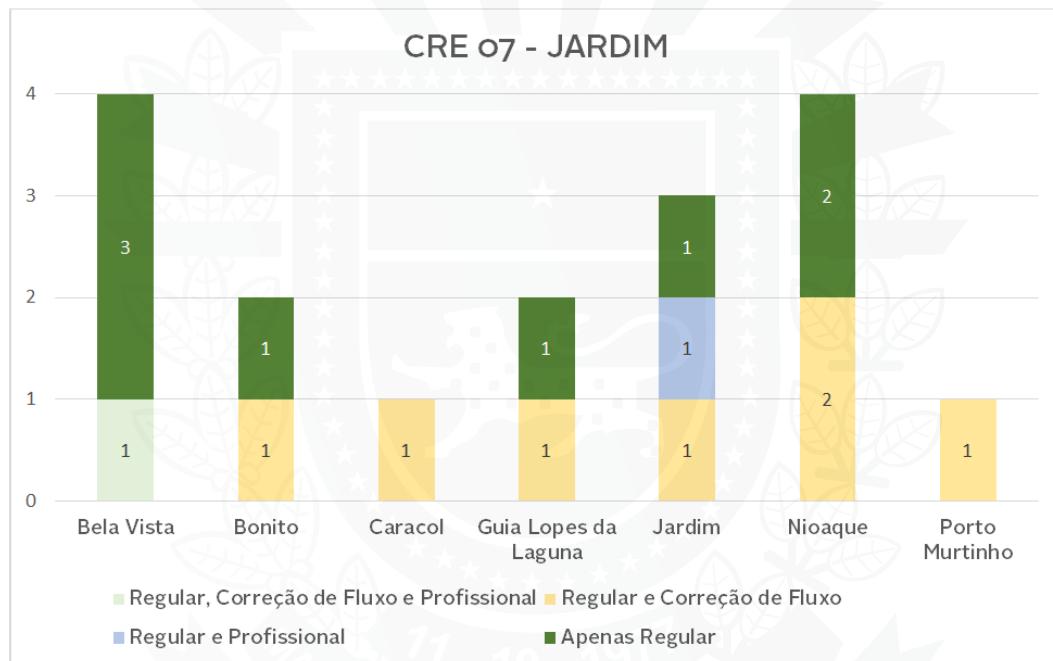


Gráfico 8 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 07

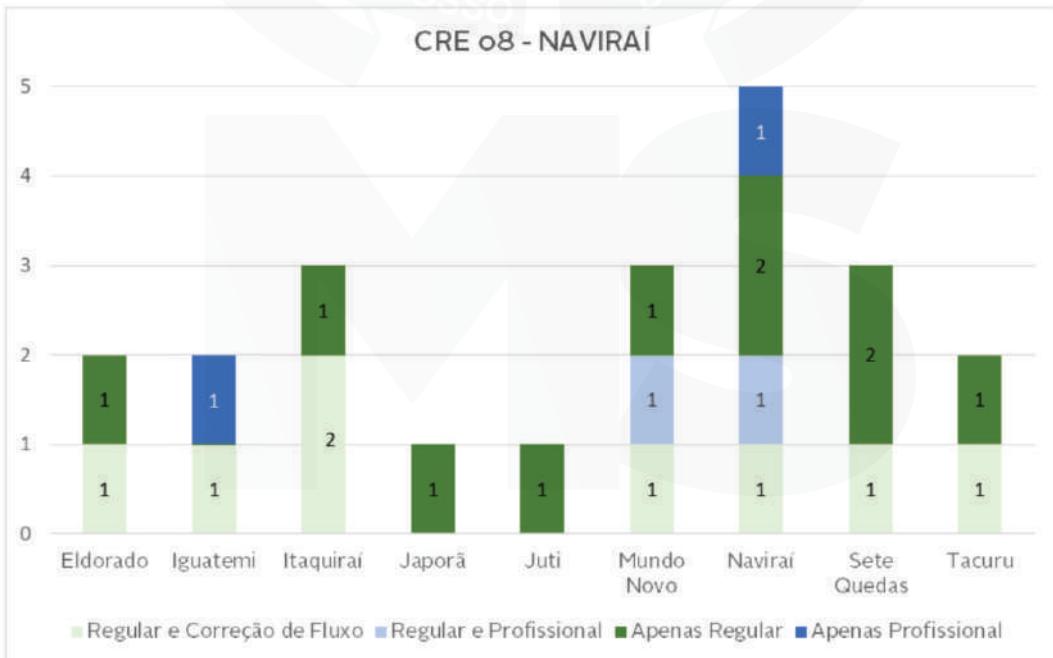


Gráfico 9 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 08

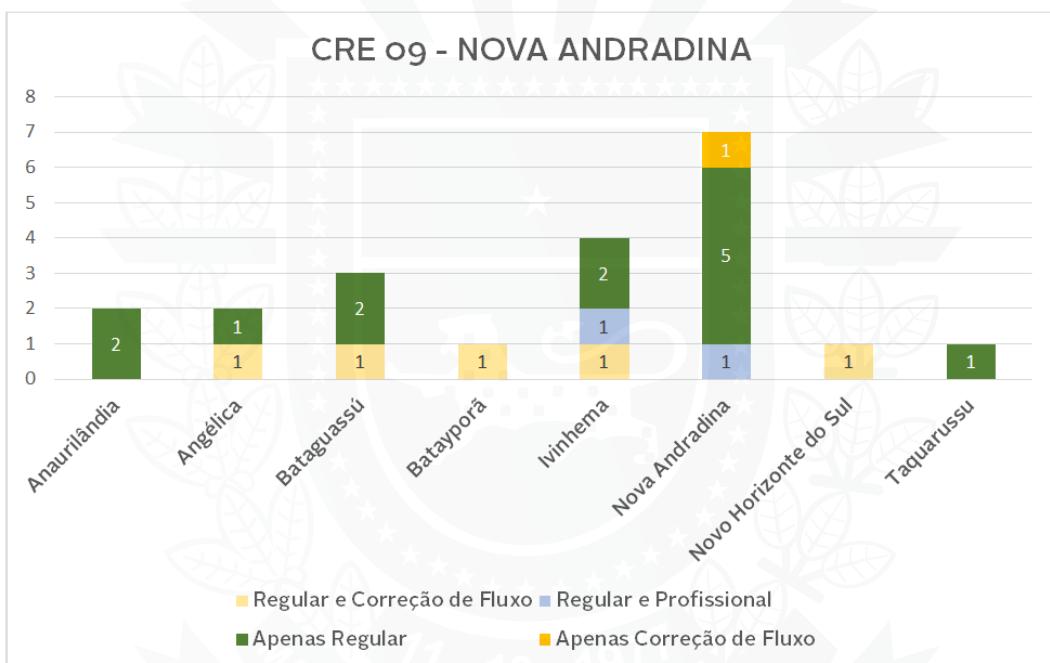


Gráfico 10 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 09

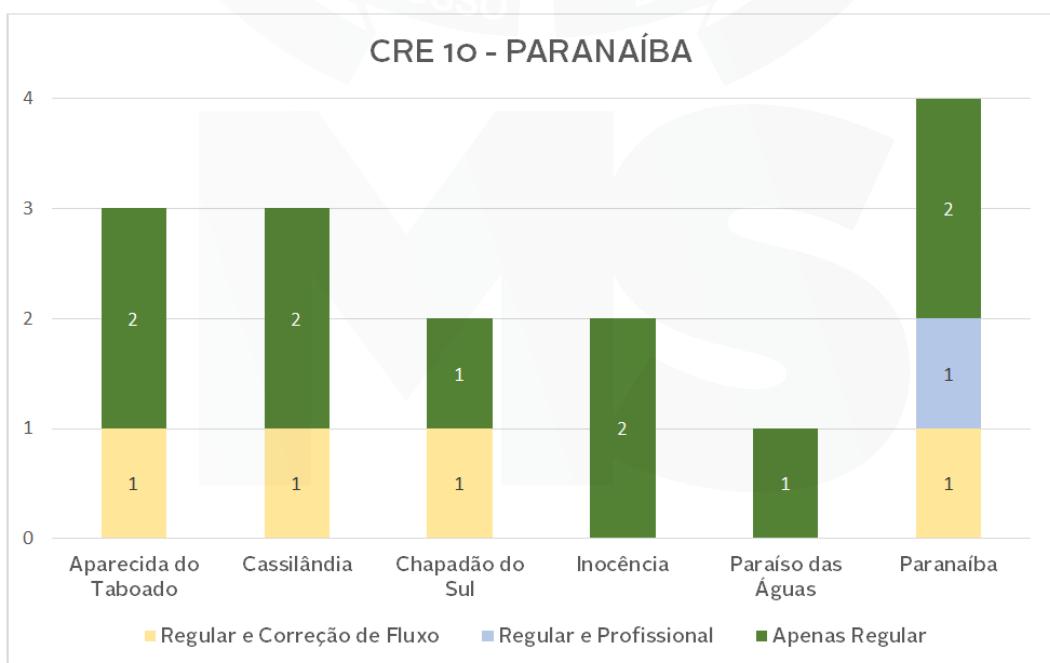


Gráfico 11 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 09

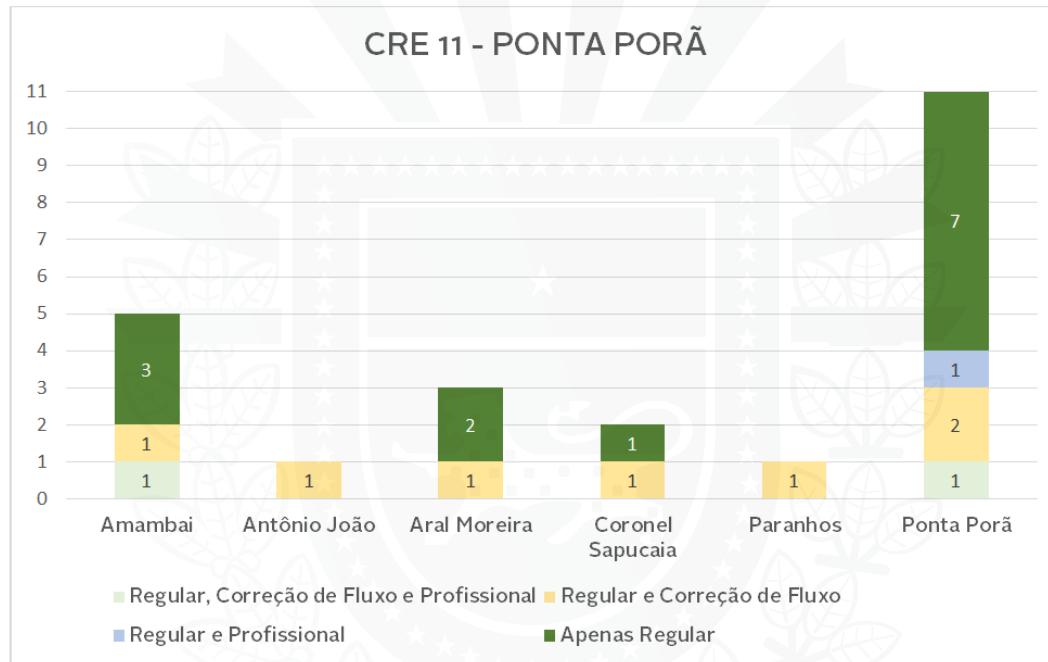


Gráfico 12 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 11

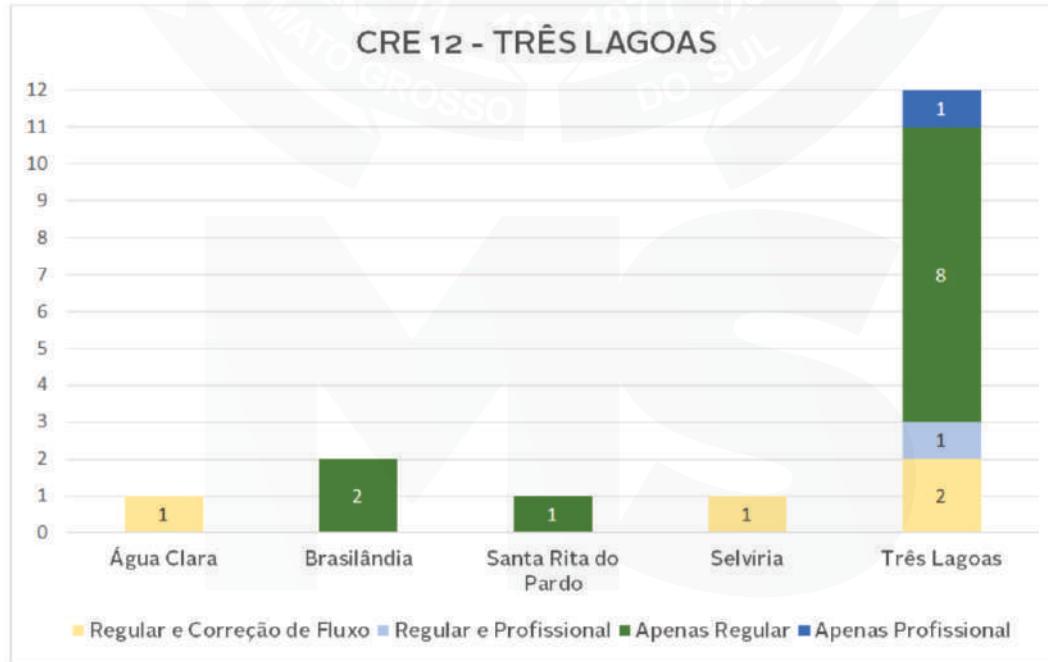


Gráfico 13 - Quantitativo de unidades escolares que ofertam cada modalidade do EM por município na jurisdição da CRE 12

Considerando a implementação da flexibilização curricular, enfatiza-se a necessidade de pensar em estratégias específicas para que os municípios, com uma ou duas escolas, tenham condições de proporcionar o direito de escolha dos estudantes.

Dessa forma, destaca-se que, de acordo com os dados expostos, cerca de 30% dos municípios apresentam apenas uma escola e cerca de 24% dos municípios apresentam duas escolas. Evidencia-se nos quadros a seguir esses municípios.

<i>Municípios com uma escola</i>	<i>Municípios com duas escolas</i>
Água Clara	Anaurilândia
Alcinópolis	Angélica
Antônio João	Bonito
Bandeirantes	Brasilândia
Batayporã	Chapadão do Sul
Bodoquena	Coronel Sapucaia
Caracol	Costa Rica
Corguinho	Eldorado
Douradina	Guia Lopes da Laguna
Figueirão	Iguatemi
Japorã	Inocência
Juti	Jaraguari
Laguna Carapã	Jateí
Novo Horizonte do Sul	Ladário
Paraíso das Águas	Nova Alvorada do Sul
Paranhos	Ribas do Rio Pardo
Pedro Gomes	Rio Verde de Mato Grosso
Porto Murtinho	Tacuru
Rio Negro	Terenos
Rochedo	
Santa Rita do Pardo	
Selvíria	
Sonora	
Taquarussu	

4.1.2 Infraestrutura

Para o diagnóstico da infraestrutura das unidades escolares, a Superintendência de Informação e Tecnologia – SITEC, por intermédio da Coordenadoria de Tecnologia Educacional – COTED, responsável pelo acompanhamento do uso pedagógico desses espaços de aprendizagem, levantou dados em relação à oferta de bibliotecas escolares, salas de tecnologias e laboratórios da base científica.

Verificou-se que, das 343 unidades da REE/MS: 155 possuem bibliotecas em salas próprias, 78 adaptaram uma sala de aula para o funcionamento da biblioteca e 110 não possuem bibliotecas ou atendem em espaço alternativo como sala dos

professores e sala da coordenação. Os dados podem ser melhor observados na tabela abaixo:

Ambiente da Biblioteca	Quantidade de Escolas
<i>Sala Própria</i>	155
<i>Sala de Aula Adaptada</i>	78
<i>Não possuem/espaço alternativo</i>	110

No que tange aos números de salas de tecnologias – STE, a REE/MS possui 378 STE com rede lógica para a conexão de Internet, sendo que 308 unidades escolares possuem uma STE e 35 possuem duas STEs.

Em referência ao número de escolas que possuem Laboratórios da Base Científica, 72 unidades escolares foram contempladas com a construção desse espaço.

4.2 DOCENTES

A partir de dados levantados pela Superintendência de Gestão de Pessoas – SUGESP, foi identificado o total de 5.425 docentes, atuando nos componentes curriculares da Base Nacional Comum do Ensino Médio, dos quais 2.057 são efetivos e 3.368 convocados.

Componente curricular	Convocados	Efetivos	Total
<i>Arte</i>	253	148	401
<i>Biologia</i>	316	213	529
<i>Educação Física</i>	220	209	429
<i>Filosofia</i>	177	38	215
<i>Física</i>	271	54	325
<i>Geografia</i>	261	245	506
<i>História</i>	240	232	472
<i>Língua Estrangeira - Espanhol</i>	35	15	50
<i>Língua Inglesa</i>	272	184	456
<i>Língua Materna</i>	2	0	2
<i>Língua Portuguesa</i>	359	444	803
<i>Matemática</i>	557	172	729
<i>Química</i>	263	74	337
<i>Sociologia</i>	142	29	171
Total Geral	3.368	2.057	5.425

Nas tabelas a seguir, são apresentados os quantitativos desses docentes na sua respectiva CRE:

CAMPO GRADE - CAPITAL			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	36	61	97
Biologia	63	80	143
Educação Física	38	67	105
Filosofia	36	22	58
Física	70	28	98
Geografia	56	83	139
História	50	88	138
Língua Estrangeira - Espanhol	8	11	19
Língua Inglesa	60	66	126
Língua Portuguesa	70	158	228
Matemática	141	71	212
Química	68	32	100
Sociologia	38	11	49
Total Geral	734	778	1.512

CRE 01- AQUIDAUANA			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	12	7	19
Biologia	13	9	22
Educação Física	11	8	19
Filosofia	9	2	11
Física	14	0	14
Geografia	13	11	24
História	12	7	19
Língua Estrangeira - Espanhol	4	1	5
Língua Inglesa	18	4	22
Língua Materna	1	0	1
Língua Portuguesa	22	16	38
Matemática	25	5	30
Química	20	1	21
Sociologia	4	2	6
Total Geral	178	73	251

CRE 02 - CAMPO GRANDE METROPOLITANO			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	26	2	28
Biologia	26	8	34
Educação Física	19	8	27
Filosofia	11	1	12
Física	21	1	22
Geografia	26	9	35
História	19	9	28
Língua Estrangeira - Espanhol	4	0	4
Língua Inglesa	21	4	25
Língua Portuguesa	33	20	53
Matemática	39	10	49
Química	19	2	21
Sociologia	8	1	9
Total Geral	272	75	347

CRE 03 - C ORUMBÁ			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	14	4	18
Biologia	9	11	20
Educação Física	7	11	18
Filosofia	7	2	9
Física	15	2	17
Geografia	11	11	22
História	9	13	22
Língua Estrangeira - Espanhol	2	0	2
Língua Inglesa	7	14	21
Língua Portuguesa	5	25	30
Matemática	16	11	27
Química	10	2	12
Sociologia	4	2	6
Total Geral	116	108	224

CRE 04 - COXIM			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	16	4	20
Biologia	22	3	25
Educação Física	15	6	21
Filosofia	8	2	10
Física	16	1	17
Geografia	14	9	23
História	16	11	27
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	16	8	24
Língua Portuguesa	15	25	40
Matemática	33	2	35
Química	14	2	16
Sociologia	6	0	6
Total Geral	192	73	265

CRE 05 - DOURADOS			
Disciplina	Efetivo	Convocado	Total
Arte	40	27	67
Biologia	49	32	81
Educação Física	33	35	68
Filosofia	28	4	32
Física	34	13	47
Geografia	34	45	79
História	33	41	74
Língua Estrangeira - Espanhol	4	1	5
Língua Inglesa	43	35	78
Língua Materna	1	0	1
Língua Portuguesa	52	69	121
Matemática	88	25	113
Química	42	14	56
Sociologia	25	3	28
Total Geral	506	344	850



CRE 07 - JARDIM			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	16	5	21
Biologia	20	9	29
Educação Física	15	11	26
Filosofia	11	2	13
Física	10	0	10
Geografia	11	15	26
História	16	9	25
Língua Estrangeira - Espanhol	2	0	2
Língua Inglesa	13	12	25
Língua Portuguesa	29	16	45
Matemática	36	2	38
Química	15	3	18
Sociologia	10	0	10
Total Geral	204	84	288

CRE 08 - NAVIRAI			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	20	5	25
Biologia	20	11	31
Educação Física	20	6	26
Filosofia	17	1	18
Física	17	1	18
Geografia	15	12	27
História	14	11	25
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	21	9	30
Língua Portuguesa	21	22	43
Matemática	34	10	44
Química	14	5	19
Sociologia	5	2	7
Total Geral	219	95	314

CRE 09 - NOVA ANDRADINA			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	18	5	23
Biologia	22	13	35
Educação Física	16	15	31
Filosofia	12	1	13
Física	16	1	17
Geografia	20	12	32
História	20	6	26
Língua Estrangeira - Espanhol	1	1	2
Língua Inglesa	14	12	26
Língua Portuguesa	31	18	49
Matemática	32	7	39
Química	15	1	16
Sociologia	7	2	9
Total Geral	224	94	318

CRE 10 - PARANÁIBA			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	17	4	21
Biologia	20	9	29
Educação Física	11	10	21
Filosofia	12	1	13
Física	14	3	17
Geografia	16	10	26
História	14	8	22
Língua Estrangeira - Espanhol	4	0	4
Língua Inglesa	17	7	24
Língua Portuguesa	24	19	43
Matemática	32	8	40
Química	13	5	18
Sociologia	13	2	15
Total Geral	207	86	293

CRE 11 - PONTA PORÃ			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	19	14	33
Biologia	29	14	43
Educação Física	24	17	41
Filosofia	13	0	13
Física	23	2	25
Geografia	28	16	44
História	28	11	39
Língua Estrangeira - Espanhol	3	1	4
Língua Inglesa	29	3	32
Língua Portuguesa	38	25	63
Matemática	47	9	56
Química	18	2	20
Sociologia	10	2	12
Total Geral	309	116	425

CRE 12 - TRÊS LAGOAS			
Componente curricular	Convocado	Efetivo	Total
Arte	19	10	29
Biologia	23	14	37
Educação Física	11	15	26
Filosofia	13	0	13
Física	21	2	23
Geografia	17	12	29
História	9	18	27
Língua Estrangeira - Espanhol	1	0	1
Língua Inglesa	13	10	23
Língua Portuguesa	19	31	50
Matemática	34	12	46
Química	15	5	20
Sociologia	12	2	14
Total Geral	207	131	338

Destaca-se que os docentes efetivos possuem modalidade de 20h, 20h + 20h ou 40h, já os professores convocados não possuem uma carga horária definida, podendo chegar ao máximo de 40h. Os professores efetivos foram/são selecioandos a partir de Concurso Público, já os professores convocados são contratados a partir de Processo Seletivo para composição de um banco de professores temporários, com vigência de um ano, podendo ser prorrogado por mais um, para atender toda REE/MS. Diante disso, é previsto um Processo Seletivo para compor o banco de professores temporários em 2021, com orçamento previsto de R\$ 1.676.100,00 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil e cem reais) e concurso público, homologado em 2021, com data provável de publicação de edital em fevereiro de 2022 com orçamento previsto em R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reias).

4.3 ESTUDANTES

A partir de dados levantados pelo Sistema de Gestão de Dados Escolares, foram identificados o total de 97.069 estudantes atendidos pela REE/MS, que estão distribuídos por município, considerando o mesmo agrupamento de modalidades já mencionado nesse PLI, conforme tabela abaixo:

Município	REGULAR	CORREÇÃO DE FLUXO	PROFISSIONAL	Total de estudantes
Água Clara	618	49	0	667
Alcinópolis	156	0	0	156
Amambai	1.125	152	195	1.472
Anastácio	644	236	41	921
Anaurilândia	304	0	0	304
Angélica	381	88	0	469
Antônio João	420	112	0	532
Aparecida do Taboado	779	215	0	994
Aquidauana	1.207	213	350	1.770
Aral Moreira	478	95	0	573
Bandeirantes	275	0	0	275
Bataguassu	871	167	0	1.038
Batayporã	347	104	0	451
Bela Vista	858	118	104	1.080
Bodoquena	353	26	0	379
Bonito	729	137	0	866
Brasilândia	452	0	0	452
Caarapó	929	231	0	1.160
Camapuã	306	0	205	511
Campo Grande	26.797	1.027	2.220	30.044
Caracol	182	12	0	194
Cassilândia	656	163	0	819
Chapadão do Sul	826	224	0	1.050
Corguinho	150	0	0	150
Coronel Sapucaia	603	68	0	671
Corumbá	2.082	567	634	3.883
Costa Rica	1.015	214	0	1.229
Coxim	685	141	0	826
Deodápolis	495	117	0	612
Dois Irmãos do Buriti	415	202	0	617
Douradina	267	53	0	320
Dourados	6.074	594	388	7.056
Eldorado	331	58	0	389
Fátima do Sul	622	189	5	816
Figueirão	101	0	0	101
Glória de Dourados	324	48	0	372
Guia Lopes da Laguna	336	103	0	439
Iguatemi	341	90	102	533
Inocência	299	0	0	299
Itaporã	716	177	0	893
TOTAL GERAL	81.567	10.310	5.192	97.069

¹Regular: Ensino Médio 25h/a, 30h/a integral;

Correção de Fluxo: AJA, AJA-EPT e EJA;

Profissional: técnicos e qualificação profissional.



4.3.1 Estudante com Atendimento Educacional Especializado

Alinhado ao que está preconizado no Plano Estadual de Educação, a SED/MS tem como objetivo implantar o NEM, sem perder de vista as demais metas e estratégias, buscando equacionar todas as incumbências e atender as especificidades que envolvem a escola.

Nesse sentido, por intermédio da Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial – COPESP, foram levantados dados na perspectiva de contextualizar a demanda de trabalho e o público da educação especial, visto que este requer atenção quando se trata das questões que envolvem a acessibilidade arquitetônica, curricular e de atendimento educacional especializado, além da formação dos professores e da comunidade.

Destaca-se que nas unidades escolares de implantação do NEM, encontram-se matriculados 3.549 estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação da REE/MS.

Em relação ao número de professores, tem-se 1.227 profissionais nos serviços de apoio da educação especial. Salienta-se ainda que apenas 222 unidades escolares possuem Sala de Recursos Multifuncionais, caracterizando cerca de 71% da Rede.

Ressalta-se que a escola possui um público que necessita participar do Atendimento Educacional Especializado – AEE seja de caráter complementar (para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e transtorno do espectro autista) ou suplementar (para estudantes com altas habilidades/superdotação), assim, é necessário estruturar o NEM, com a oferta de Itinerário Formativo, pensando na logística para que o AEE seja ofertado na própria escola, em escola próxima, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado – CAEE.

Nessa perspectiva, atualmente os estudantes realizam o atendimento nos componentes curriculares de Pesquisa e Autoria e Projeto de Vida, entretanto, tais componentes, por vezes, são operacionalizados em curtos intervalos, entre um componente curricular obrigatório e outro, o que inviabiliza a participação dos estudantes no AEE, especialmente dos estudantes que precisam deixar a unidade escolar para participar do AEE, desse modo, novas estratégias devem ser pensadas para contemplá-los.

4.4 PROCESSO DE ESCUTA DA COMUNIDADE ESCOLAR

A referida ação foi realizada em 87 escolas que ofertam o ensino médio com carga ampliada ou em tempo integral, configurando cerca de 28% da REE/MS, localizadas em 30 diferentes municípios do estado. Destaca-se que a escuta contou com a participação de 11.673 estudantes, 2.100 pais e 1.763 professores.

Em relação ao perfil dos estudantes que responderam, foi verificado que a maioria cursava o 1º ano do Ensino Médio com idade entre 16 e 17 anos, com objetivo principal em cursar essa etapa de ensino para ingressar na universidade. Além disso, o período matutino teve preferência pela maioria dos estudantes, 51%, como o melhor horário de estudo.

De acordo com 71% dos respondentes da pesquisa, o Ensino Médio atual ajuda a alcançar seus objetivos de vida, 62% concordam que veem sentido naquilo que estudam nessa etapa de ensino e 49% afirmaram que a escola os auxilia a definir o que irão fazer no futuro e a desenvolver competências relacionadas à sua capacidade de se organizarem, serem responsáveis, agirem de forma cooperativa, compreenderem o ponto de vista do outro e a terem estabilidade emocional, entre outras competências.

No que concerne à aprendizagem, para 59% dos estudantes os recursos tecnológicos que os ajudariam a aprender mais seriam as ferramentas de pesquisa *online* e para esses, o(a) professor(a) deveria adotar as seguintes ações: planejar projetos e oficinas em que os estudantes aprendam os conteúdos para resolver problemas práticos; realizar perguntas e mediar debates sobre os conteúdos estudados; buscar conhecer os estudantes e entender suas dificuldades e aptidões por meio de tutoria, todas em ordem de prioridades de acordo com o resultado apresentado.

Quando se fala em avaliação, 49% afirmaram que a melhor forma de serem avaliados seria por meio das atividades (projetos, tarefas, trabalhos etc.) realizados ao longo do período (bimestre, trimestre, semestre etc.), seguidos por 42% que optaram por uma prova em cada final do mesmo período.

No Gráfico 14, pode-se observar que 90% dos estudantes entrevistados veem importância de um Projeto de Vida na escola. Do mesmo modo, 62% gostariam de ter um tempo específico na escola para o desenvolvimento do seu projeto de vida ao longo do Ensino Médio, sendo sua relevância definida pelas seguintes alternativas:

- Alcançar metas e objetivos;
- Realizar desejos e sonhos futuros;
- Definir estratégias para atingir seus objetivos.

Ainda nesse sentido, para 39% dos estudantes, o(a) próprio(a) professor(a) dos outros componentes curriculares deveria(m) trabalhar o desenvolvimento do Projeto de Vida, seguido por 36% que afirmaram que seria interessante um profissional especializado para essa função.

No que se refere às mudanças que ocorrerão no Ensino Médio, 49% afirmaram ter entendimento a respeito da possibilidade de escolherem em quais conhecimentos (Itinerários Formativos) poderão aprofundar; 40% têm conhecimento sobre a ampliação da carga horária mínima de, em média, 4 para 5 horas por dia, ou seja, de 5 para 6 tempos diários de aulas; 37% compreende que a formação técnica será parte do Ensino Médio para todos os estudantes que escolherem esse caminho, assim como, 28% sabem que a BNCC é um documento que aponta as habilidades que todo estudante brasileiro tem o direito de desenvolver. Diante disso, percebe-se a necessidade de intensificar a divulgação referente ao Novo Ensino Médio com toda a comunidade escolar. Para isso, algumas ações podem ser postas em prática como plano de comunicação por meio de web lives e materiais de divulgação.

Como é possível observar no Gráfico 15, quando questionados sobre o momento de decisão da escolha do Itinerário Formativo, 45% responderam que seria logo no início da etapa, 31% afirmaram que depois que tiverem mais certeza sobre o que querem fazer em seu futuro; 15% depois de conhecer um pouco sobre cada uma das possibilidades e, apenas 9%, no final do Ensino Médio, após passar por todos conhecimentos comuns. Com base nesses dados, observa-se que a escolha dos estudantes deve acontecer após a divulgação dos Itinerários Formativos que cada unidade curricular irá oferecer. Contudo, é importante uma indicação de interesse no período de matrícula para que os Itinerários Formativos oferecidos pelas escolas estejam alinhados ao interesse da sua comunidade escolar.

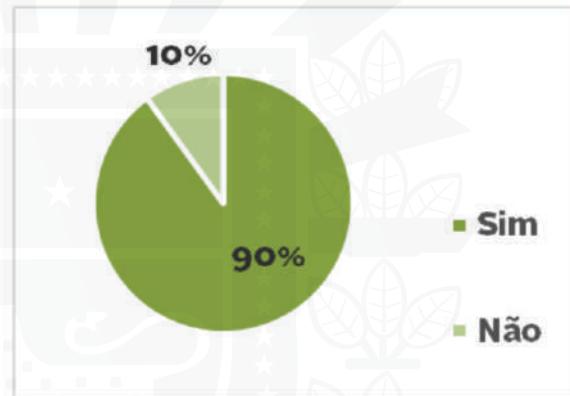


Gráfico 14 - Respostas de estudantes para a pergunta: a construção de um projeto de vida, começando na escola, é importante?

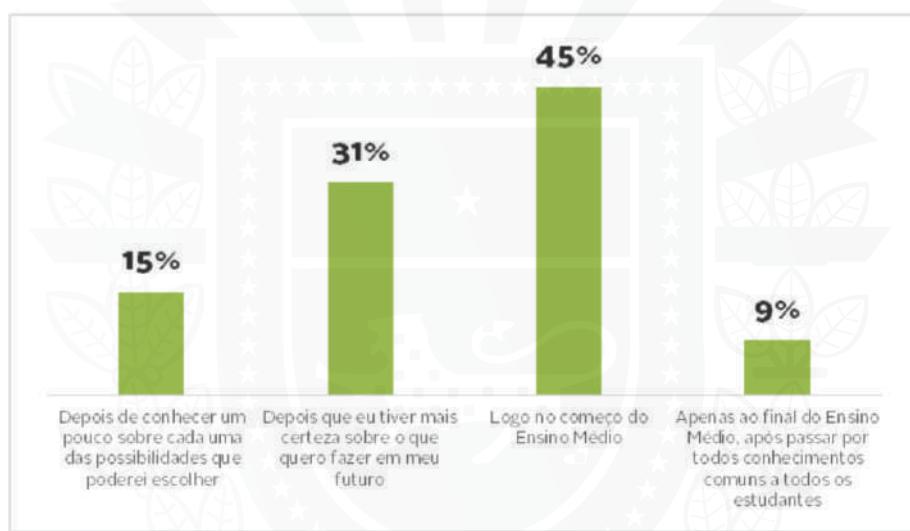


Gráfico 15 - Respostas de estudante para a pergunta: quando ocorreria a escolha do itinerário formativo que será realizado no Ensino Médio?

No tocante à Formação Técnica e Profissional (cursos técnicos e qualificações profissionais), conforme o Gráfico 16, a maioria gostaria de cursar algum tipo de formação durante o Ensino Médio, sendo que, para 52%, conforme o Gráfico 17, a preferência é de que essa oferta ocorresse na própria escola.

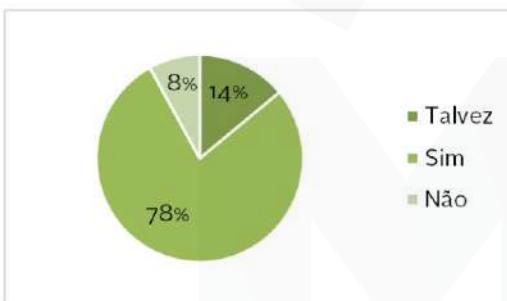


Gráfico 16 - Respostas de estudantes quando questionados quanto à intenção de cursar algum tipo de Formação Técnica e Profissional (cursos técnicos e qualificação profissionais) durante o Ensino Médio.



Gráfico 17 - Respostas de estudantes quando questionados quanto ao local que gostariam de fazer a Formação Técnica e Profissional

Analisa-se com essa escuta, a necessidade e a importância em buscar parceiros para oferecer o quinto itinerário formativo de acordo com a necessidade local, ou seja, há necessidade de prever ações para atender à essa demanda.

Além disso, para 85% dos respondentes, o protagonismo juvenil é importante na sua formação, para 30%, auxilia na construção do seu Projeto de Vida e, 48% acreditam que suas práticas contribuem para desenvolver a independência na tomada de decisão.



Por fim, quando se trata das atividades eletivas ofertadas nas escolas, os estudantes afirmaram ter pelo menos três eletivas. Por sua vez, na grande maioria, o(a) professor(a) que ministra a eletiva tem formação em biologia e letras.

De acordo com o questionário dos professores, pôde-se observar que mais da metade dos que responderam ao questionário, 53%, possuem especialização, como também a maioria possui carga horária de 20 horas, lecionando apenas em uma escola. Cabe ressaltar que, quase a totalidade dos professores respondentes da pesquisa afirmaram participar dos seguintes eventos na escola: Família na Escola, Formação Continuada, Conselho de Classe, Jornada Pedagógica, dentre outros, conforme Gráfico 18.

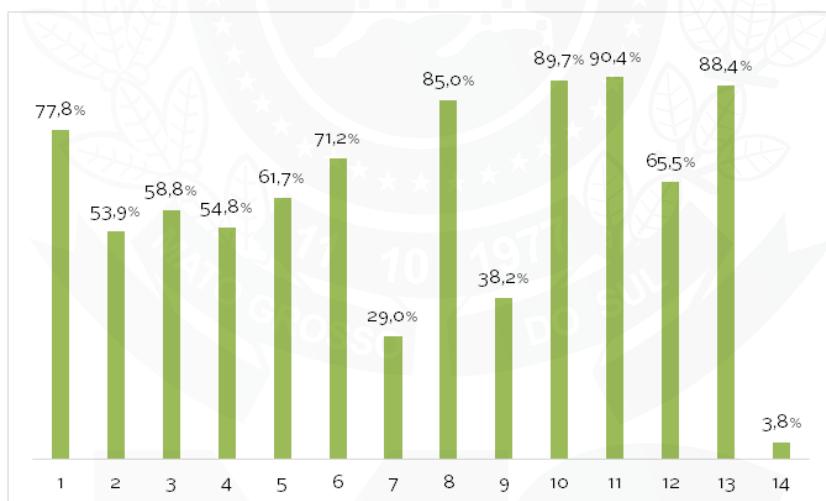


Gráfico 18 - Resposta dos professores quanto às atividades que participaram na escola no ano anterior

LEGENDA	
1	Reuniões da equipe para estudo e escrita/reelaboração do PPP.
2	Desenvolvimento do currículo escola&ou parte dele.
3	Seleção dos materiais didáticos para práticas pedagógicas.
4	Compartilhamento de materiais didáticos com os colegas.
5	Uso de critérios comuns para avaliar o progresso dos estudantes.
6	Discussões a respeito do progresso de aprendizagem de determinados estudantes.
7	Lecionar para uma turma em parceria com outros colegas.
8	Jornada Pedagógica.
9	Planejamento Coletivo.
10	Formação Continuada.
11	Família e Escola.
12	Feiras Científicas e Culturais.
13	Conselho de Classe.
14	Outros.

Já em observância ao questionário aplicado aos pais, verificou-se que 28% deles possuem o Ensino Médio completo. Em sua maioria, acompanham a vida escolar do estudante e sempre perguntam como estão as aulas. Analisou-se que a expectativa para grande parte dos pais, em relação à formação escolar do estudante, é que este tenha acesso à universidade, conforme pode ser observado no Gráfico 19.

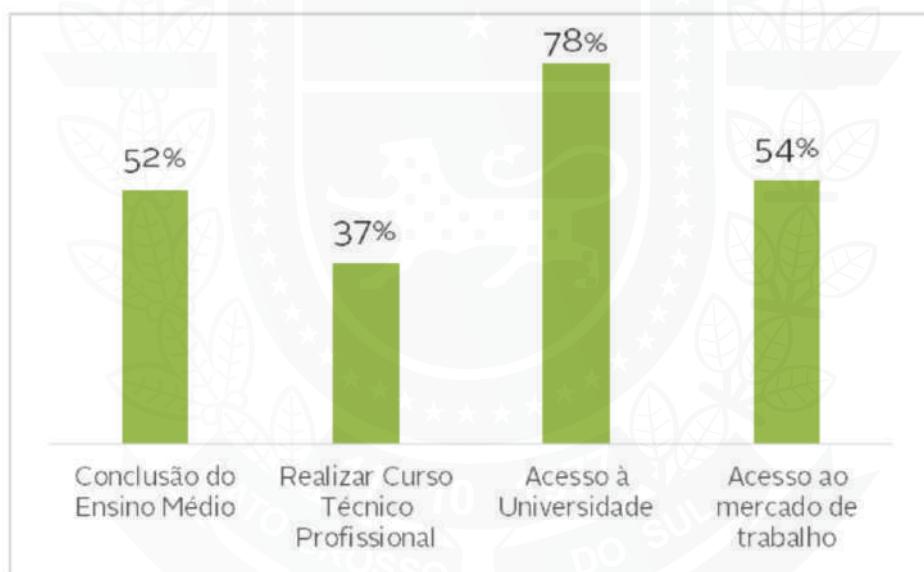


Gráfico 19 - Expectativa dos Pais e Responsáveis com relação à formação escolar do estudante.

Para 81% dos pais, os aspectos positivos na escola seriam, na sequência: atendimento escolar, direção e coordenação, professores e secretaria. Evidencia-se que o tempo dedicado pelos estudantes aos estudos em casa (por semana) varia, em média, entre 1 e 2 horas; já para 42% dos pais, a preparação para as avaliações ocorre apenas na véspera da avaliação e consideram que a melhor forma de avaliação seria por meio das atividades como: projetos, tarefas, trabalhos, dentre outros, realizados ao longo do período letivo.

Dos pais respondentes, 44% afirmaram que a família estabelece um horário para o estudo; para 39%, o estudante recebe algum tipo de ajuda de alguém para estudar e/ou fazer as atividades ou tarefas escolares. É de consenso entre os respondentes que a maioria dos estudantes possuem um ambiente adequado para o estudo em casa e fazem uso da internet.

A maioria dos pais, 85%, gostariam que o estudante realizasse algum tipo de Formação Técnica e Profissional durante o Ensino Médio; já 70% entendem que a formação deveria ocorrer de preferência na própria escola e, para 51%, deveria ser realizada no contraturno.

De acordo com o questionário realizado no entorno da unidade escolar, conforme o Gráfico 20, observa-se que 87% dos respondentes consideram a presença da escola como positiva; 48% afirmaram participar de eventos culturais e 18% participam de projetos desenvolvidos pela escola.

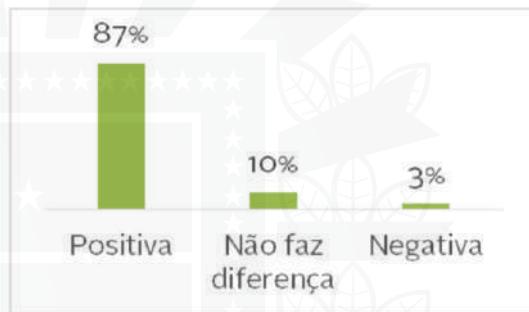


Gráfico 20 - Posição quanto à presença da escola no entorno

Diante do exposto, na escuta à comunidade escolar percebe-se a importância da ampliação das escolas que ofertam qualificações profissionais. Por outro lado, destaca-se o apoio da escola referente à continuidade de estudo no ensino superior, indicando a necessidade da oferta dos aprofundamentos de área. Dessa forma, objetiva-se permitir que o estudante, no ato da matrícula, manifeste interesse nas áreas de conhecimento que deseja aprofundar, bem como em um possível itinerário formativo profissional, podendo realizar efetivamente a sua escolha dentro da unidade escolar que for designado.

Ressalta-se, também, a importância do processo de escuta dos estudantes para o plano de comunicação e formação continuada referente ao Novo Ensino Médio. Haja vista que quanto mais os envolvidos adquirirem conhecimento, mais factíveis serão as ações previstas nesse PLI.

4.5 EXPERIÊNCIA DE FLEXIBILIZAÇÃO

Durante os anos de 2019 e 2020, a SED/MS focou na formação da sua equipe e na construção dos planos para a Implementação do Novo Ensino Médio. Nesse período, foram realizadas escutas à comunidade escolar, bem como análise da flexibilização já presente nas Escolas da Autoria da REE/MS. Além disso, a ampliação da carga horária ocorreu progressivamente a fim de analisar os principais impactos nos diversos contextos em que as unidades escolares estão inseridas.

A partir desses levantamentos, em 2021, deu-se início à flexibilização das escolas-piloto. Com essa experiência, diversos aprendizados foram observados, bem como destacados alguns pontos de atenção.



Em 2021, a SED/MS, por meio da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional - COPEMEP, desenhou dois Itinerários Formativos propedêuticos integrados para serem executados nas escolas-piloto, tendo como integração as seguintes áreas:

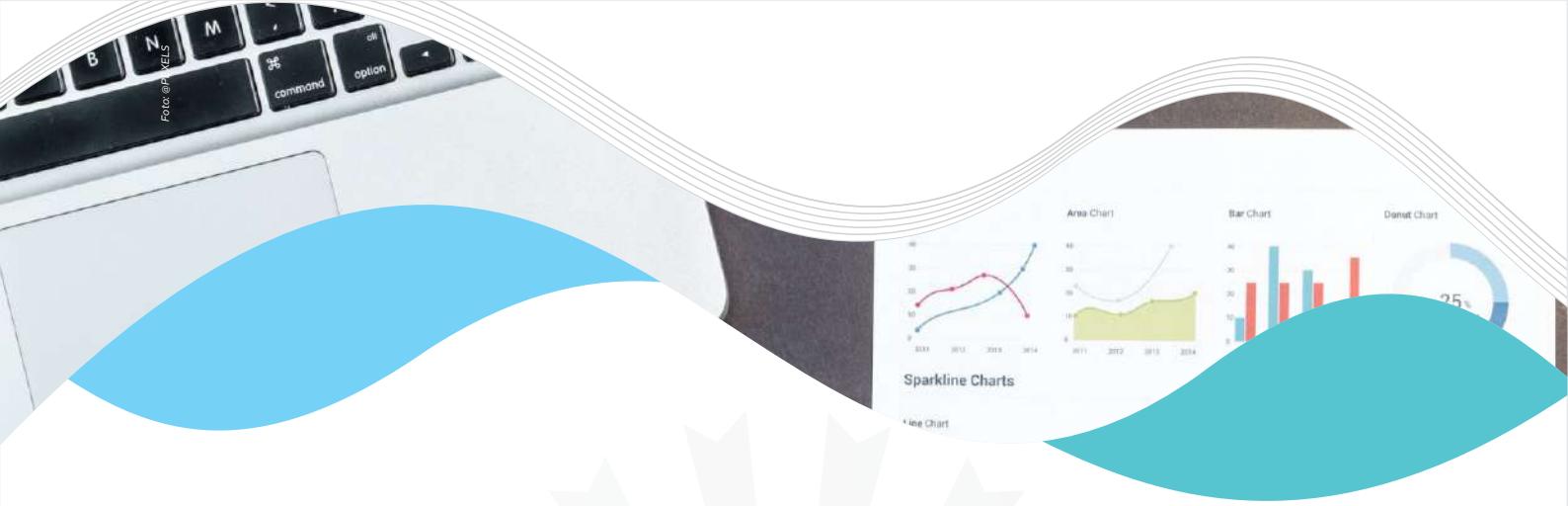
- 1) Matemáticas e suas Tecnologias & Linguagens e suas Tecnologias
- 2) Ciências da Natureza e suas Tecnologias & Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Alinhado a essa composição de áreas, foi enviado às escolas um Catálogo com as unidades curriculares que deveriam ser utilizadas em cada semestre; cabendo à escola criar uma Unidade Curricular Eletiva para compor cada Itinerário Formativo. A oferta dos itinerários nas escolas era de 50% para cada um e a escolha dos estudantes ocorreu após o início das aulas.

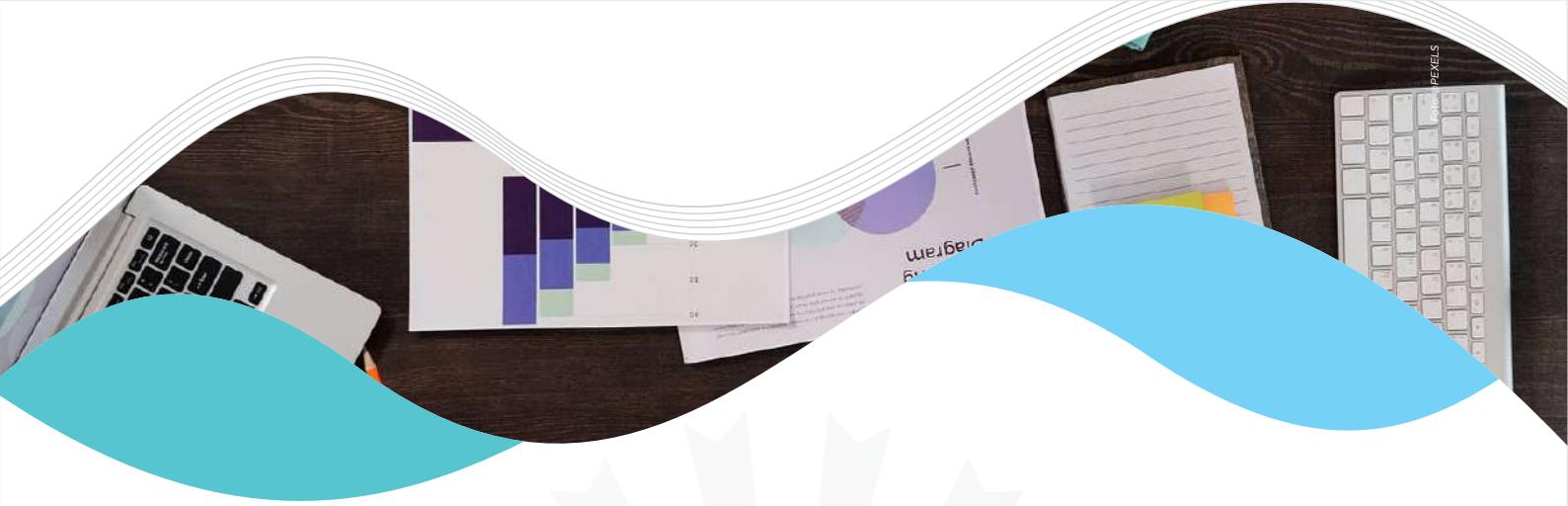
Com base dessa prática, observou-se a necessidade da oferta dos Itinerários Formativos estar mais articulada ao contexto de cada unidade escolar. Tal observação considerou que, para algumas escolas, o modelo enviado pela SED/MS atendeu satisfatoriamente a comunidade escolar, no entanto, para outras, sentiu-se a necessidade de outras opções. Diante dessa devolutiva, e de demais contribuições de profissionais da educação da REE/MS, decidiu-se que a oferta de Itinerários Formativos em cada unidade escolar seria definida pela manifestação de interesse dos estudantes em sua matrícula. Assim, a oferta e a escolha estariam mais alinhadas.

Em relação à escolha do itinerário pelo estudante, após a divulgação dos Itinerários ofertados e da interação de todos os estudantes com o que seria trabalhado e as novidades advindas do Novo Ensino Médio, verificou-se a importância de incluir critérios de seleção, criados pela escola, de acordo com seu contexto, para casos em que um itinerário formativo tivesse mais procura do que número de vagas disponíveis.

Outro grande aprendizado da flexibilização foi a importância de informar para toda a comunidade escolar, bem como os estudantes do 9º ano da REE/MS e demais redes de educação, a respeito das mudanças do Novo Ensino Médio. Essa medida se faz necessária, visto que quanto mais os envolvidos entenderem sobre os procedimentos, mais as unidades escolares terão Itinerários Formativos condizentes com suas necessidades. Somadas a essas ações, foi oferecida aos professores formação continuada, acerca do Novo Ensino Médio, tendo como ênfase a unidade curricular Projeto de Vida, que é de fundamental relevância para que a escolha do estudante esteja alinhada aos seus planos futuros.

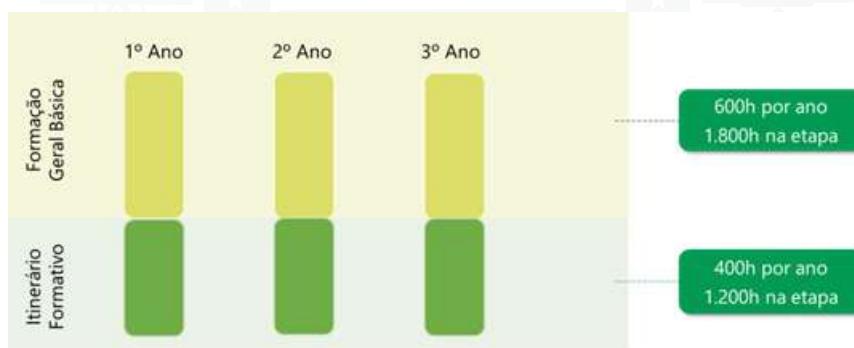


Por fim, considerou-se a necessidade de traçar estratégias para atender diferentes contextos diante da ampliação da carga horária, para isso, foi permitido que os gestores escolares pudessem utilizar uma matriz curricular com 100% de aulas presenciais ou matriz com aulas não presenciais, conforme permitido pela Lei n. 13.415/2017. Um exemplo da necessidade de escolha da matriz com aulas não presenciais diz respeito às Escolas do Campo, que utilizam mesma linha de transporte escolar dos municípios, o que tornaria pouco viável a execução do horário de uma matriz 100% presencial. Em vista de questões pertinentes a cada unidade escolar, considerou-se, também, a necessidade de não restringir essa escolha de matriz apenas para as Escolas do Campo, mas para toda REE/MS. Desse modo, cada equipe gestora optou pela matriz curricular que se adequasse a sua realidade contextual. Levando em conta essa possibilidade de escolha, a SED/MS encaminhou às escolas material orientativo sobre como proceder em relação às aulas não presenciais.



5. ARQUITETURA CURRICULAR

Em cumprimento à LDB, no que diz respeito à distribuição da carga horária entre a Formação Geral Básica e a flexibilização curricular, e considerando a oferta da etapa de Ensino Médio com 3.000 (três mil) horas totais, a REE/MS operacionalizará a seguinte proporção em cada ano escolar para as escolas em tempo parcial:



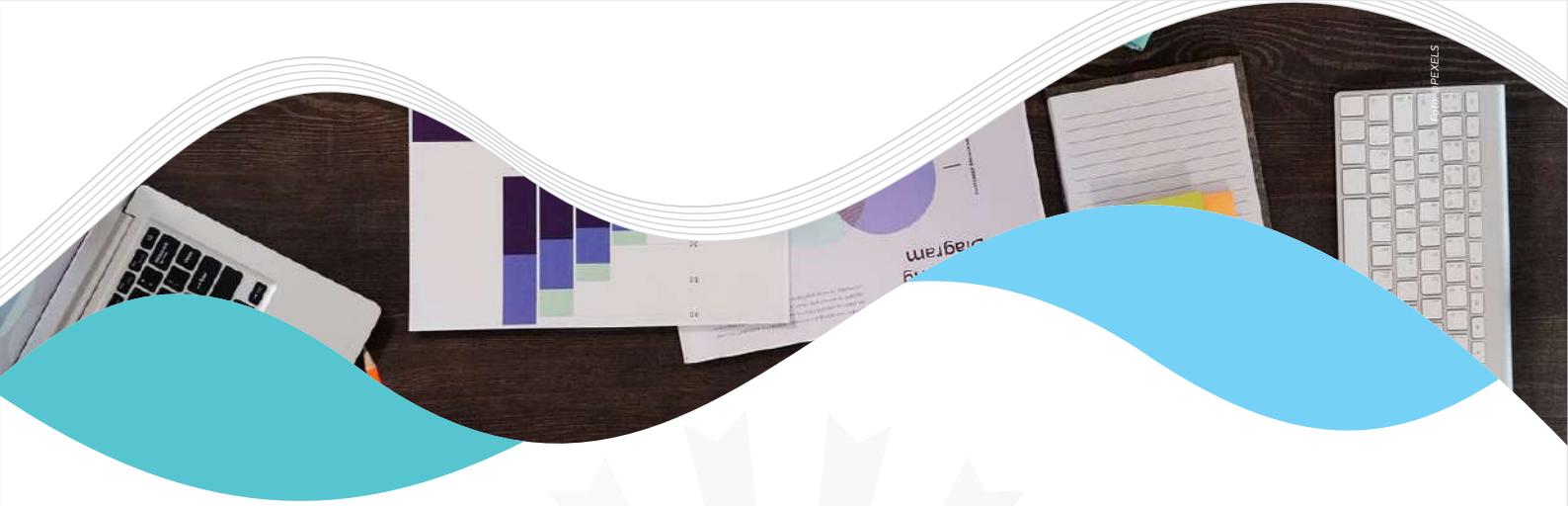
Já nas escolas em tempo integral a proporção operacionalizada será:



Com a distribuição das cargas horárias definidas definiu-se as matrizes curriculares para o Ensino Médio considerando suas diversas modalidades:

ENSINO MÉDIO PARCIAL – DIURNO (30 AP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA										
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano					
			AP	AP	AP					
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	3	2					
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	3	2					
	Arte	Arte	1	1	1					
	Linguagens	Educação Física	1	1	1					
		Língua Inglesa	1	1	1					
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Biologia	2	1	2					
		Física	1	2	2					
		Química	2	2	1					
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	1	1					
		Geografia	1	1	2					
		História	1	1	2					
		Sociologia	1	1	1					
		Semanal em h/a	18	18	18					
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica		Anual em h/a	720	720	720					
		Anual em Horas	600	600	600					
		Etapa em Horas	1.800							
ITINERÁRIO FORMATIVO										
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares		1º Ano	2º Ano	3º Ano			
	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP				
Núcleo Integrador	Projetos Empreendedores	Projeto de Vida	2	-	2	-	2			
		Intervenção Comunitária	1	-	1	-	1			
Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo		Semanal em h/a	3	3	3					
		Anual em h/a	120	120	120					
		Anual em Horas	100	100	100					
		Etapa em Horas	300							
Parte Flexível ¹	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	2	-	2	-	2	-	
			Unidade Curricular II	2	-	2	-	2	-	
			Unidade Curricular III	2	-	2	-	2	-	
			Unidade Curricular IV	2	-	2	-	2	-	
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	1	-	1	-	1	-	
	Profissional	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico		Semanal em h/a	9	9	9			
				Anual em h/a	360	360	360			
				Anual em Horas	300	300	300			
				Etapa em Horas	900					
		Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional		Unidade Curricular I	3	1	3	1	3	1
				Unidade Curricular II	4	-	4	-	4	-
				Unidade Curricular III	2	-	2	-	2	-
				Semanal em h/a	9	1	9	1	9	1
					10		10		10	



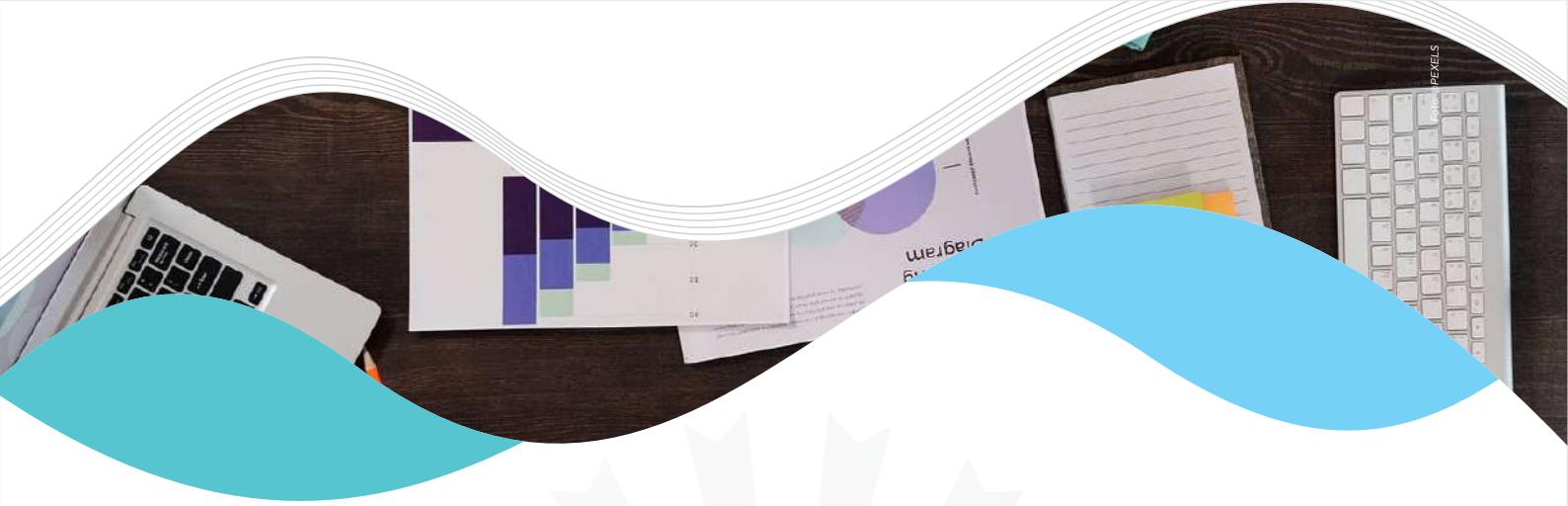
ENSINO MÉDIO PARCIAL – DIURNO (25 AP + 5 ANP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA						
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano	
			AP	AP	AP	
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	3	2	
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	3	2	
		Arte	1	1	1	
	Linguagens	Educação Física	1	1	1	
		Língua Inglesa	1	1	1	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Biologia	2	1	2	
		Física	1	2	2	
		Química	2	2	1	
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	1	1	
		Geografia	1	1	2	
		História	1	1	2	
		Sociologia	1	1	1	
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica			Semanal em h/a	18	18	18
			Anual em h/a	720	720	720
			Anual em Horas	600	600	600
			Etapa em Horas	1.800		
ITINERÁRIO FORMATIVO						
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP
Núcleo Integrador	Projetos Empreendedores	Projeto de Vida	1	1	1	1
		Intervenção Comunitária	1	-	1	-
	Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo		Semanal em h/a	2	1	2
				3	3	3
Parte Flexível ¹	Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo		Anual em h/a	120	120	120
			Anual em Horas	100	100	100
			Etapa em Horas	300		
	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	1	1	1
			Unidade Curricular II	1	1	1
			Unidade Curricular III	1	1	1
		Unidade Curricular IV	1	1	1	1
		Unidade Curricular Eletiva	1	-	1	-
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico		Semanal em h/a	5	4	5
				9	9	9
			Anual em h/a	360	360	360
			Anual em Horas	300	300	300
			Etapa em Horas	900		
Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular I	2	2	2	2
		Unidade Curricular II	2	2	2	2
		Unidade Curricular III	1	1	1	1
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional		Semanal em h/a	5	5	5
				10	10	10
			Anual em h/a	400	400	400
			Anual em Horas	333,3	333,3	333,4
			Etapa em Horas	1.000		

¹O estudante opta pelo Itinerário Formativo Propedêutico ou pelo Itinerário Formativo Profissional.

ENSINO MÉDIO PARCIAL – NOTURNO (21 AP + 9 ANP)

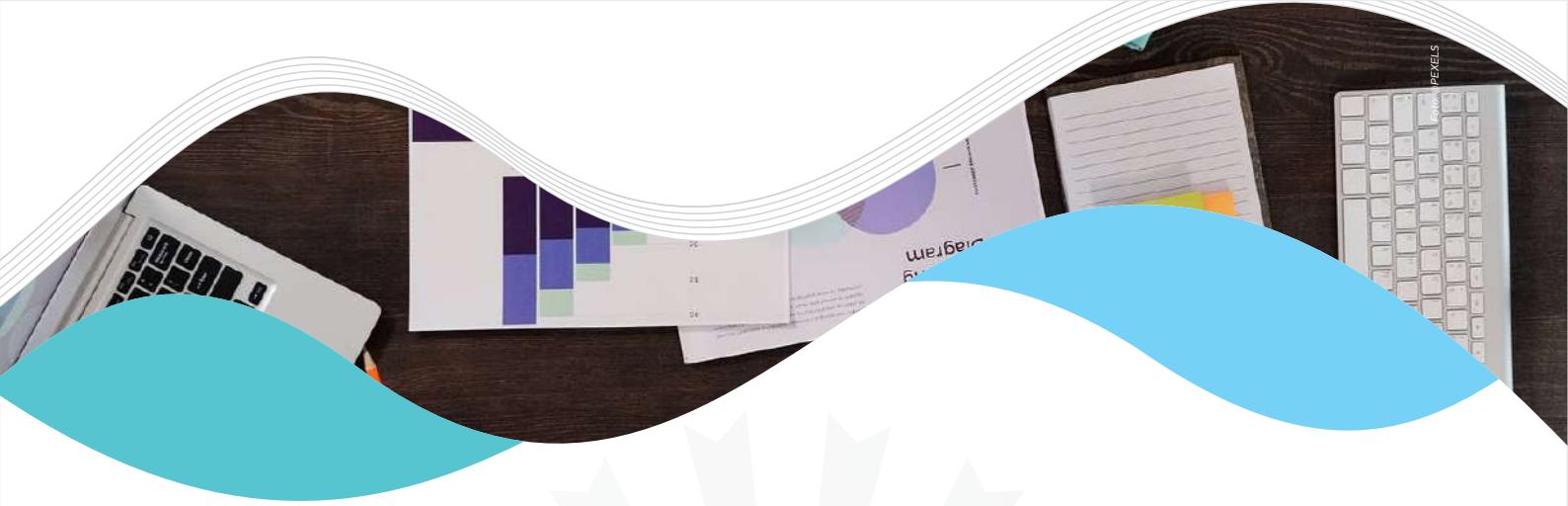
FORMAÇÃO GERAL BÁSICA									
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano		
			AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP	
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	2	1	2	1	2	-	
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	2	1	2	1	2	-	
	Linguagens	Arte	1	-	1	-	1	-	
		Educação Física	1	-	1	-	1	-	
		Língua Inglesa	1	-	1	-	1	-	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Biologia	1	1	1	-	1	1	
		Física	1	-	1	1	1	1	
		Química	1	1	1	1	1	-	
		Filosofia	1	-	1	-	1	-	
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	1	-	1	-	1	1	
		História	1	-	1	-	1	1	
		Sociologia	1	-	1	-	1	-	
		Semanal em h/a	14	4	14	4	14	4	
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica				18	18	18			
				720	720	720			
				600	600	600			
				1.800					
ITINERÁRIO FORMATIVO									
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano	
	Núcleo Integrador	Projetos Empreendedores		AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP
Parte Flexível ¹	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Projeto de Vida	2	-	2	-	2	-
			Semanal em h/a	2		2		2	
			Anual em h/a	80		80		80	
			Anual em Horas	66,6		66,6		66,7	
Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo				200					
Parte Flexível ¹	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	1	1	1	1	1	1
			Unidade Curricular II	1	1	1	1	1	1
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	1
			Unidade Curricular IV	1	1	1	1	1	1
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	1	1	1	1	1	1
	Profissional	Qualificação Profissional	Semanal em h/a	5	5	5	5	5	5
				10		10		10	
			Anual em h/a	400		400		400	
			Anual em Horas	333,3		333,3		333,4	
			Etapa em Horas	1.000					
Parte Flexível ¹	Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular I	2	2	2	2	2	2
			Unidade Curricular II	2	2	2	2	2	2
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	1
	Profissional	Qualificação Profissional	Semanal em h/a	5	5	5	5	5	5
				10		10		10	
			Anual em h/a	400		400		400	
			Anual em Horas	333,3		333,3		333,4	
			Etapa em Horas	1.000					



ESCOLA DA AUTORIA (43 AP + 2 ANP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA						
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano	
			AP	AP	AP	
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	3	2	
	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	3	2	
Linguagens e suas Tecnologias	Arte	Arte	1	1	1	
	Linguagens	Educação Física	1	1	1	
		Língua Inglesa	1	1	1	
		Biologia	2	1	2	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Física	1	2	2	
		Química	2	2	1	
		Filosofia	1	1	1	
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	1	1	2	
		História	1	1	2	
		Sociologia	1	1	1	
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica			Semanal em h/a	18	18	18
			Anual em h/a	720	720	720
			Anual em Horas	600	600	600
			Etapa em Horas			1.800
ITINERARIO FORMATIVO						
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares		1º Ano	2º Ano
	AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP
Núcleo Integrador	Língua Espanhola	Língua Espanhola	2	-	2	-
		Projeto de Vida	2	-	2	-
		Empreendedorismo Social	2	2	2	2
		Intervenção Comunitária	1	-	1	-
	Ciências Integradas	Ciências Integradas	2	-	2	-
		Linguagens e Interartes	3	-	3	-
		Matemática Criativa	3	-	3	-
		Semanal em h/a	15	2	15	2
Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo			Semanal em h/a	17	17	17
			Anual em h/a	680	680	680
			Anual em Horas	566,6	566,6	566,7
			Etapa em Horas			1700
Parte Flexível ¹	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	2	-	2
			Unidade Curricular II	2	-	2
			Unidade Curricular III	2	-	2
			Unidade Curricular IV	2	-	2
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	2	-	2
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico		Semanal em h/a	10	10	10
			Anual em h/a	400	400	400
			Anual em Horas	333,3	333,3	333,4
			Etapa em Horas			1.000
	Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular I	4	-	4
			Unidade Curricular II	4	-	4
			Unidade Curricular III	2	-	2
Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional			Semanal em h/a	10	10	10
			Anual em h/a	400	400	400
			Anual em Horas	333,3	333,3	333,4
			Etapa em Horas			1.000

¹O estudante opta pelo Itinerário Formativo Propedêutico ou pelo Itinerário Formativo Profissional.



5.1 ITINERÁRIO FORMATIVO PROPEDÊUTICO

Os Itinerários Formativos são definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, conforme se transcreve:

Art. 6º, III - itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas escolas e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade. (RESOLUÇÃO CNE/CEB n. 3/2018, Art. 6º, Inciso III).

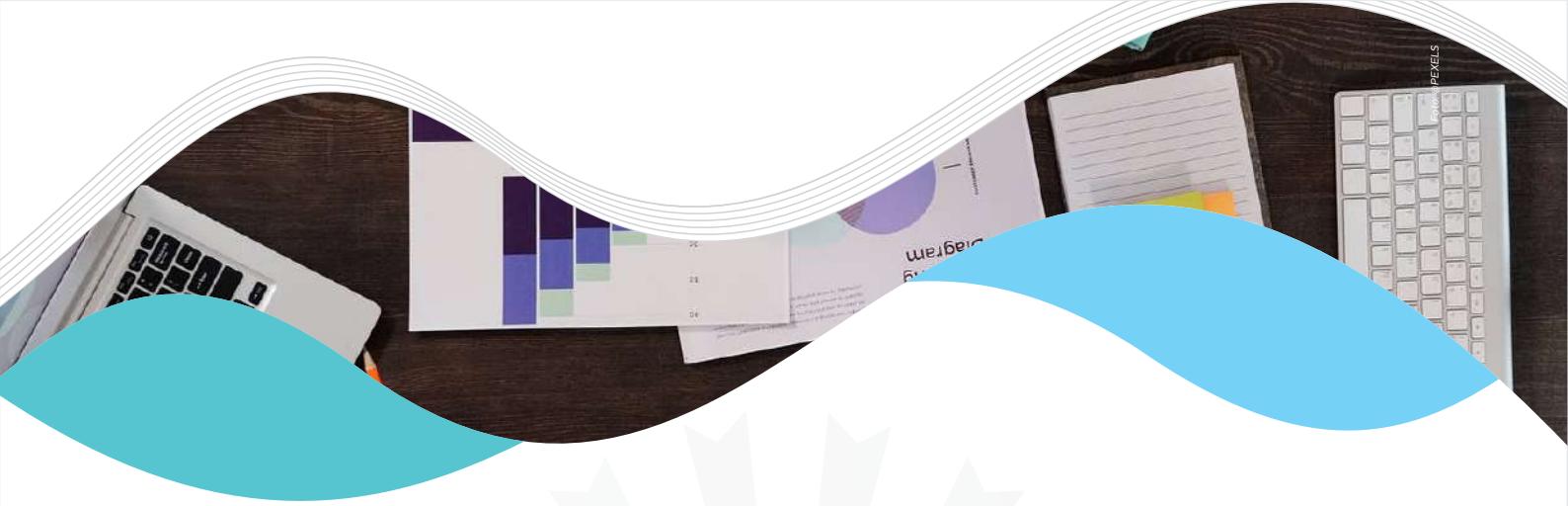
Em sua composição, os IF compreendem um conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher, conforme seus interesses, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na FTP, segundo a Resolução CNE/CEB n. 3/2018:

I - Linguagens e suas Tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, construindo arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

II - Matemática e suas Tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos matemáticos em contextos sociais e de trabalho, construindo arranjos curriculares que permitam estudos em resolução de problemas e análises complexas, funcionais e não lineares, análise de dados estatísticos e probabilidade, geometria e topologia, robótica, automação, inteligência artificial, programação, jogos digitais, sistemas dinâmicos, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

III - Ciências da Natureza e suas Tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, organizando arranjos curriculares que permitam estudos em astronomia, metrologia, física geral, clássica, molecular, quântica e mecânica, instrumentação, ótica, acústica, química dos produtos naturais, análise de fenômenos físicos e químicos, meteorologia e climatologia, microbiologia, imunologia e parasitologia, ecologia, nutrição, zoologia, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;

IV - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes conceitos em contextos sociais e de trabalho, construindo arranjos curriculares que permitam estudos em relações sociais, modelos econômicos, processos políticos, pluralidade cultural, historicidade do universo, do homem e natureza, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino;



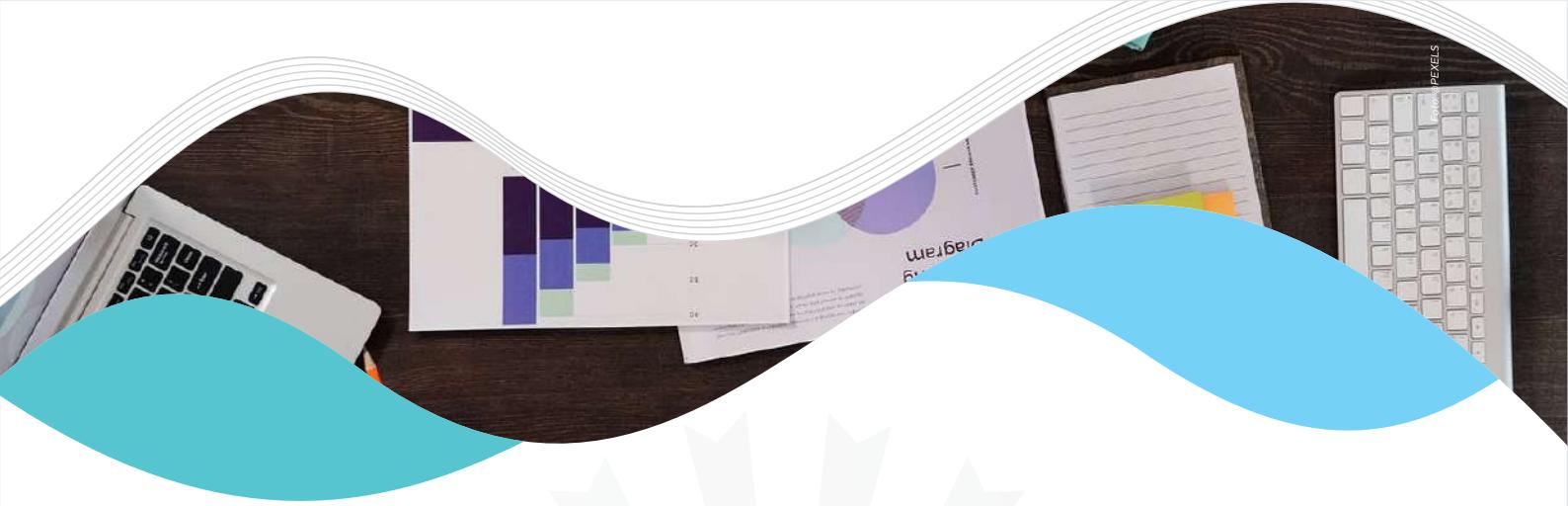
V - Formação Técnica e Profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, com vistas a sua habilitação profissional para o desenvolvimento de vida e carreira e adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (BRASIL, 2018a).

Contemplados na parte flexível do Currículo, os Itinerários Formativos fortalecem, ampliam e aprofundam o interesse do estudante pela área escolhida, incentivam a construção de um projeto de vida, o desenvolvimento do protagonismo juvenil, de habilidades e de valores, além do desenvolvimento de competências socioemocionais, como descritas na Portaria MEC n. 1.432/2018 (BRASIL, 2018d).

Os Itinerários Formativos Propedêuticos estão correlacionados às Áreas de Conhecimento, devem considerar as demandas e necessidades do mundo contemporâneo, estar sintonizados com os diferentes interesses dos estudantes e sua inserção na sociedade, o contexto local e as possibilidades de oferta dos sistemas e instituições de ensino. Orientados para o aprofundamento e ampliação das aprendizagens em áreas do conhecimento, os Itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil e organizarem-se em torno de um ou mais Eixos Estruturantes.

De forma a permitir a efetiva possibilidade de escolha e o protagonismo dos estudantes, as UCs devem promover o aprofundamento e a ampliação das aprendizagens essenciais de uma ou mais Áreas de Conhecimento, que consolidem e aprofundem a formação integral, a incorporação de valores universais, ampliem a visão de mundo dos estudantes e auxiliem a tomar decisões e agir com autonomia e responsabilidade.

As Áreas de Conhecimento devem proporcionar a apropriação de conceitos e categorias básicas que estabelecem um conjunto necessário de saberes integrados e significativos. Assim, o Aprofundamento deve buscar expandir os aprendizados promovidos pela Formação Geral Básica, viabilizar a ampliação dos aprendizados em articulação com temáticas contemporâneas, sintonia com o contexto e os interesses dos estudantes, explorar potenciais e vocações, possibilitar um histórico escolar personalizado com maior tempo de dedicação a um Itinerário Formativo escolhido em consonância com o seu Projeto de Vida.



Quando da oferta dos Itinerários Propedêuticos, a escola realizará a composição de cada Aprofundamento em Área de Conhecimento a partir da estrutura curricular definida pelo Órgão Central, e que prevê componentes presentes no Catálogo de Unidades Curriculares e faculta à escola a construção de Unidades Curriculares Eletivas. Salienta-se que o planejamento e a execução das atividades pedagógicas do Aprofundamento são de duração semestral. Por sua vez, os componentes do Núcleo Integrador são fixos, de oferta anual, definidos conforme matriz curricular do tempo integral ou do tempo parcial.

O Catálogo de Unidades Curriculares para os Itinerários Formativos constitui documento à parte do Currículo de Referência, desenvolvido e, constantemente, atualizado pela equipe de currículo da Secretaria de Estado de Educação. Esse Catálogo será composto por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) Unidades Curriculares de cada área do conhecimento, disponível para as escolas da Rede Estadual de Ensino comporem o Itinerário Formativo que ofertarão em cada semestre.

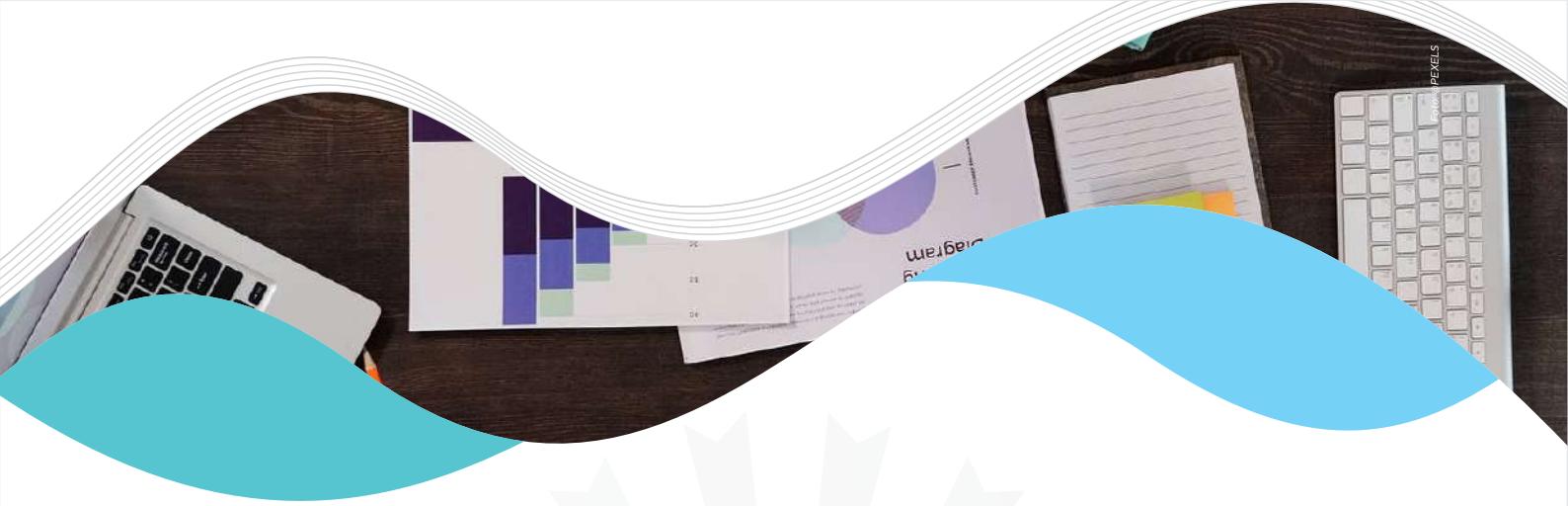
5.2 ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

Conforme o artigo 2º da Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação Profissional e Tecnológica é:

[...] modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (BRASIL, 2021).

Essa modalidade é ofertada por meio de cursos técnicos e programas de qualificação profissional e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Por sua vez, o marco legal da BNCC inova a ação de promover e aprimorar o desempenho do cidadão na sociedade e propiciar melhores condições para o seu aperfeiçoamento profissional.

Os Itinerários Formativos são conjuntos de atividades, situações e conhecimentos que compõem o conteúdo preparado para os estudantes da etapa do Ensino Médio pelas instituições e redes da educação. Sua escolha será feita pelo discente consoante ao seu interesse e/ou aptidão para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional (FTP), com carga total mínima de 1.200 horas.



Os itinerários indicam a trajetória que o estudante pode percorrer ao longo de sua formação no Ensino Médio, tendo a oportunidade de escolhas e mudanças ao longo desse caminho.

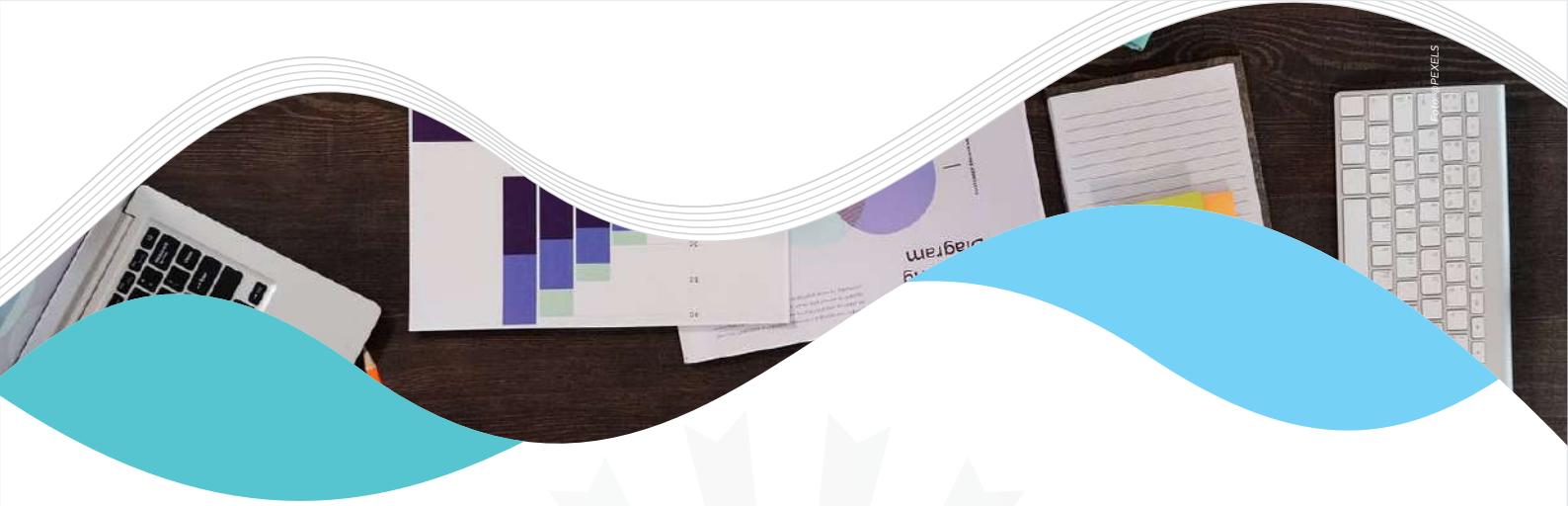
A Portaria n. 1.432/2018 estabelece os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, nos quais são previstas situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher para que possam aprofundar e ampliar os seus conhecimentos nas mais variadas Áreas do Conhecimento (seja em apenas uma área ou mais, ou ainda na sua formação técnica). Essa Portaria define os eixos estruturantes que organizam os diferentes arranjos de Itinerários Formativos, bem como cria oportunidades para que os estudantes vivenciem experiências educativas, associadas à realidade contemporânea, que promovam a sua formação pessoal, profissional e cidadã, buscando envolvê-los em situações de aprendizagem que lhes permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos.

Dentre as possibilidades de escolha dos Itinerários Formativos, viabilizados a partir da BNCC, o estudante poderá optar pela Formação Profissional Técnica (Curso Técnico), Qualificação Profissional (Formação Inicial e Continuada), Aprofundamento nas Áreas de Conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) ou, ainda, a composição de duas ou mais dessas opções numa mesma trajetória (itinerário integrado).

O parágrafo 5º, do artigo 5º, da Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, define o Itinerário Formativo na Educação Profissional e Tecnológica como "o conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica" (BRASIL, 2021).

Segundo a Resolução CNE /CP n. 3/2018, o Itinerário de Formação Técnica e Profissional compreende um conjunto de termos e conceitos próprios, tais como: ambientes simulados, formações experimentais, aprendizagem profissional, qualificação profissional, habilitação profissional técnica de nível médio, programa de aprendizagem, certificação intermediária e certificação profissional. Conforme o § único, artigo 6º dessa Resolução:

- a) ambientes simulados: são ambientes pedagógicos que possibilitam o desenvolvimento de atividades práticas da aprendizagem profissional quando não puderem ser elididos riscos que sujeitem os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade nos ambientes reais de trabalho;
- b) formações experimentais: são formações autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos de sua regulamentação específica, que ainda não constam no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT);

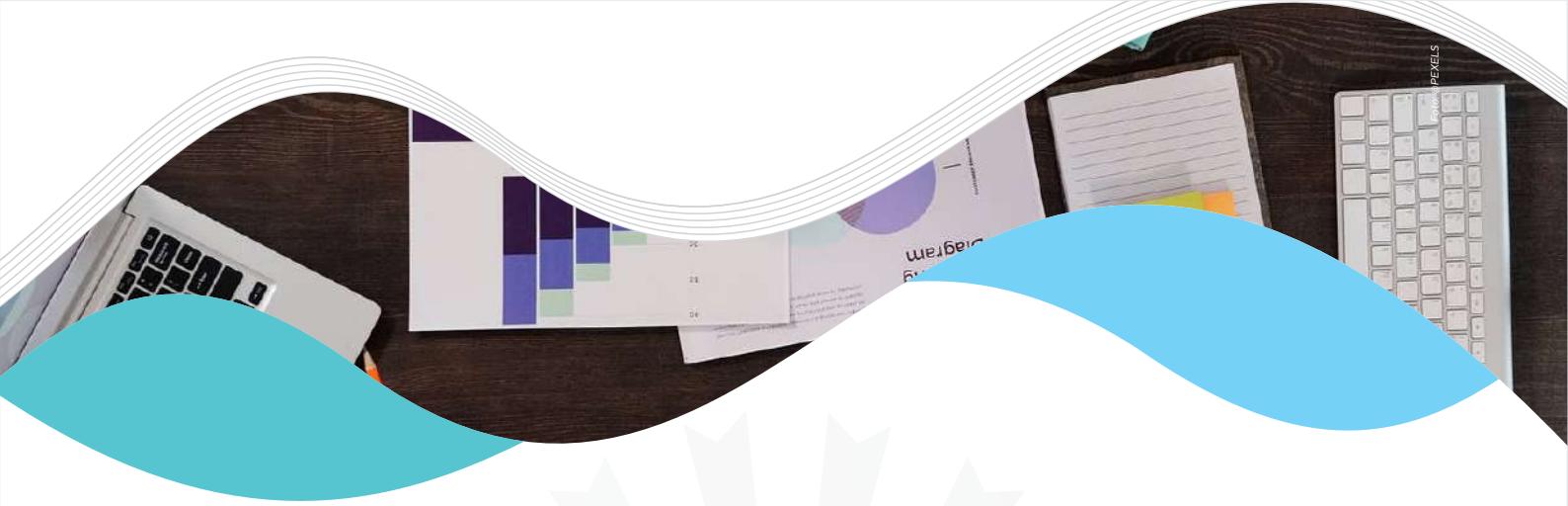


- c) aprendizagem profissional: é a formação técnico-profissional compatível com o desenvolvimento físico, moral, psicológico e social do jovem, de 14 a 24 anos de idade, previsto no § 4º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em legislação específica, caracterizada por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva, conforme respectivo perfil profissional;
- d) qualificação profissional: é o processo ou resultado de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional, definido no mercado de trabalho;
- e) habilitação profissional técnica de nível médio: é a qualificação profissional formalmente reconhecida por meio de diploma de conclusão de curso técnico, o qual, quando registrado, tem validade nacional;
- f) programa de aprendizagem: compreende arranjos e combinações de cursos que, articulados e com os devidos aproveitamentos curriculares, possibilitam um itinerário formativo. A oferta de programas de aprendizagem tem por objetivo apoiar trajetórias formativas, que tenham relevância para os jovens e favoreçam sua inserção futura no mercado de trabalho. Observadas as normas vigentes relacionadas à carga horária mínima e ao tempo máximo de duração do contrato de aprendizagem, os programas de aprendizagem podem compreender distintos arranjos;
- g) certificação intermediária: é a possibilidade de emitir certificação de qualificação para o trabalho quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade;
- h) certificação profissional: é o processo de avaliação, reconhecimento e certificação de saberes adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos nos termos do art. 41 da LDB (BRASIL, 2018a).

A Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, estabelece a carga horária mínima para o Ensino Médio, integra e promove uma articulação entre a educação profissional e a básica, conforme o disposto no artigo 26:

§ 1º Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB (BRASIL, 2021).

Ressalta-se que o § 3º, artigo 5º, da Resolução CNE/CP n.1/2021, estabelece que "o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) orientam a organização dos cursos dando visibilidade às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica" (BRASIL, 2021).



A respeito da carga horária do Itinerário em Formação Técnica e Profissional, a matriz curricular obedece ao artigo 26 da Resolução CNE/CP n.1/2021:

§ 1º Os cursos de qualificação profissional técnica e os cursos técnicos, na forma articulada, integrada com o Ensino Médio ou com este concomitante em instituições e redes de ensino distintas, com projeto pedagógico unificado, terão carga horária que, em conjunto com a da formação geral, totalizará, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, a partir do ano de 2021, garantindo-se carga horária máxima de 1.800 (mil e oitocentas) horas para a BNCC, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em atenção ao disposto no §5º do Art. 35-A da LDB (BRASIL, 2021).

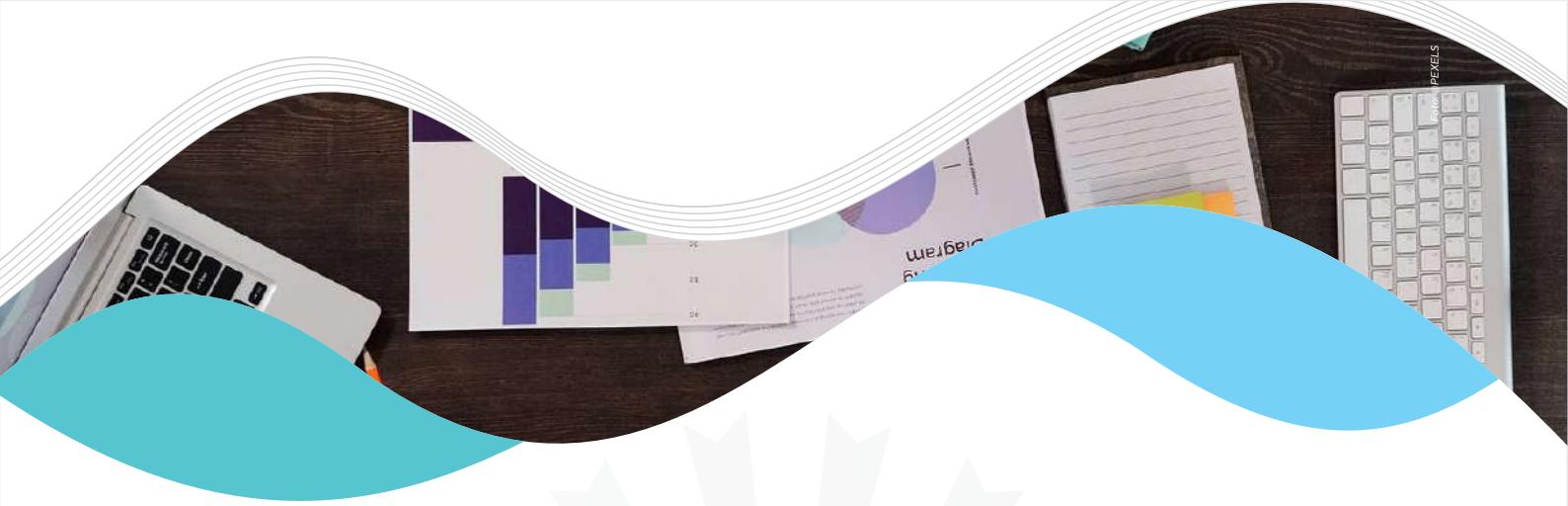
Os cursos da Educação Profissional são estruturados em eixos tecnológicos, que podem ser compreendidos como conjuntos organizados e sistematizados de conhecimentos, competências e habilidades, de diferentes ordens (científicos, jurídicos, políticos, sociais, econômicos, organizacionais, culturais, éticos, estéticos etc.). Cada eixo reúne um grupo de cursos, indicando para cada um a carga horária mínima, o perfil profissional de conclusão, infraestrutura mínima requerida, dentre outras informações.

A Resolução CNE/CP n. 1/2021 define o eixo tecnológico, no § 8º, artigo 5º, como:

A estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais (BRASIL, 2021).

A seguir, apresentar-se-á a composição dos Itinerários Formativos da Formação Técnica e Profissional (FTP) em Mato Grosso do Sul, à luz da BNCC e da Resolução CNE/CP n.1/2021. O quadro abaixo revela os 12 IFs de FTP que compõem o Currículo de Mato Grosso do Sul, a partir dos quais se desdobram, no total, 36 qualificações profissionais, em conformidade com suas matrizes tecnológicas. A atualização e a publicação do Catálogo dos Itinerários de Formação Técnica e Profissional e suas respectivas Qualificações Profissionais são de responsabilidade da SED/MS.

Itinerário Formativo Profissional	Qualificações Profissionais	Eixo Tecnológico
Administração	Assistente Administrativo	Gestão e Negócios
	Analista de Marketing Digital e e-commerce	
	Assistente de Projetos de Inovação	
Agroecologia	Agricultor Orgânico	Recursos Naturais
	Auxiliar de Agroecologia	
	Gerente de produção e operações agropecuárias	
Agronegócio	Assistente de gestão agrícola e agropecuária	Recursos Naturais
	Auxiliar de agronegócio	
	Gestor de negócios agroindustriais	
Agropecuária	Produtor Agrícola	Recursos Naturais
	Produtor Animal	
	Gestor de processos agropecuários	
Ciência de Dados	Assistente de Gestão de Dados	Informação e Comunicação
	Assistente de Big Data	
	Assistente de Análise de Dados	
Informática para Internet	Assistente de Manutenção de Computadores e Infraestrutura de Redes	Informação e Comunicação
	Desenvolvedor de Páginas Web	
	Desenvolvedor de Sistemas Computacionais	
Mecatrônica	Assistente Técnico de Mecatrônica	Controle e Processos Industriais
	Operador Eletromecânico	
	Instalador de Equipamento Eletromecânicos	
Meio Ambiente	Agente de Desenvolvimento Socioambiental	Ambiente e Saúde
	Agente de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	
	Agente de Resíduos Sólidos e Hídricos	
Programação de Jogos Digitais	Assistente de Produção de Games	Informação e Comunicação
	Assistente de Projetos de Games	
	Projetista de Games Mobile	
Recursos Humanos	Assistente de Recursos Humanos	Gestão de Negócios
	Agente de Recrutamento e Seleção	
	Agente de Qualificação e Desenvolvimento de Pessoas	
Serviços Jurídicos	Atendente Jurídico	Gestão de Negócios
	Auxiliar Judicial	
	Assistente de Serviços Jurídicos	
Tecnologia e Computação	Assistente de Manutenção e Suporte de Computadores	Informação e Comunicação
	Assistente de Redes e Segurança de Computadores	
	Assistente de Aplicativos Computacionais e Sistemas para Internet	



5.3 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é pautada pela Constituição Federal (1988), que consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais caracterizando o resgate de uma dívida histórica da Nação perante os sujeitos do campo, que tiveram negado, durante muito tempo, o direito a uma educação de qualidade.

A Lei n. 9.394/96 estabelece uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural de cada região. Reconhece-se, no bojo da referida Lei, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação do campo.

O Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a educação do campo e o Programa Nacional da Reforma Agrária – PRONERA, assegura que os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizada.

No Estado de Mato Grosso do Sul, a Deliberação CEE/MS n. 7111/2003, do Conselho Estadual de Educação, dispõe sobre o funcionamento da Educação Básica nas escolas do Campo e assegura que a Educação do Campo seja pautada nas seguintes concepções:

- Formação humana, como direito.
- Fundamentada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos.
- Relação com o meio ambiente (agroecologia).
- Adequação dos currículos à realidade do campo.
- Respeito à regionalidade (cultura).
- Valorização dos educadores do campo.
- Construção coletiva (comunidade/escola).

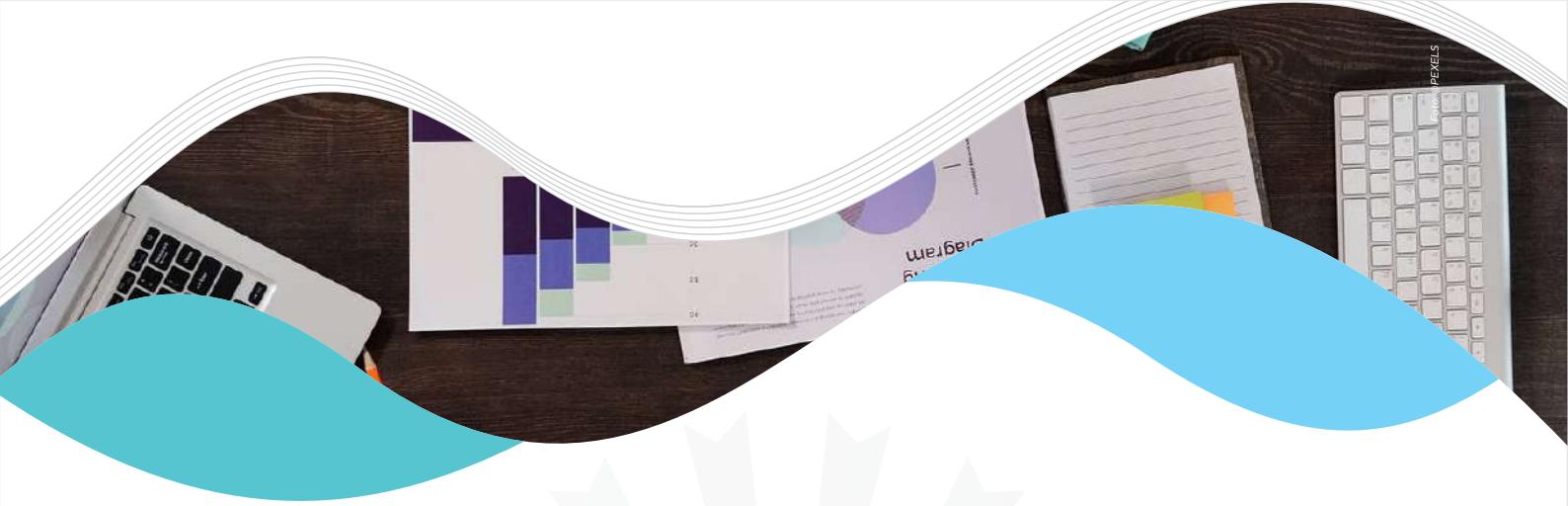
Desse modo, a organização curricular das escolas do campo se constitui a partir da participação coletiva, isto é, estabelecendo o diálogo com a comunidade escolar e com a população do seu entorno, pois os objetos de aprendizagem serão redimensionados a partir do contexto produtivo e cultural dos sujeitos do campo e suas representações socioculturais.

Assim, imbuídos dessas concepções, pode-se promover o protagonismo dos povos do campo, com foco no desenvolvimento humano e garantia do direito a uma educação pensada a partir das especificidades locais, bem como vinculada a sua cultura e necessidades humanas, sociais e locais.

Sendo assim, as matrizes que serão operacionalizadas para a Educação do Campo no Ensino Médio serão:

EDUCAÇÃO DO CAMPO (25 AP + 5 ANP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA									
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano		
			AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP	
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	-	3	-	3	-	
	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	-	3	-	3	-	
Linguagens e suas Tecnologias	Linguagens	Arte	1	-	1	-	1	-	
		Educação Física	1	-	1	-	1	-	
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Língua Inglesa	1	-	1	-	1	-	
		Biologia	1	1	1	1	1	1	
		Física	2	-	2	-	2	-	
		Química	1	-	1	-	1	-	
		Filosofia	1	-	1	-	1	-	
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia	1	-	1	-	1	-	
		História	1	-	1	-	1	-	
		Sociologia	1	-	1	-	1	-	
		Semanal em h/a	17	1	17	1	17	1	
					18	18	18		
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica			Anual em h/a		720	720	720		
			Anual em Horas		600	600	600		
			Etapa em Horas				1.800		
ITINERÁRIO FORMATIVO									
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares		1º Ano		2º Ano		
			AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP	
Núcleo Integrador	Terra-Vida-Trabalho	Terra-Vida-Trabalho	1	-	1	-	1	-	
		Projetos	1	-	1	-	1	-	
		Empreendedores	1	-	1	-	1	-	
Parte Comum	Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo		Semanal em h/a		3	3	3		
			Anual em h/a		120	120	120		
			Anual em Horas		100	100	100		
			Etapa em Horas				300		
Parte Flexível	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	1	1	1	1	1	
			Unidade Curricular II	1	1	1	1	1	
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	
			Unidade Curricular IV	1	1	1	1	1	
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	1	-	1	-	1	
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico		Semanal em h/a		5	4	5	4	
					9	9	9		
			Anual em h/a		360	360	360		
			Anual em Horas		300	300	300		
			Etapa em Horas				900		
	Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular I	2	2	2	2	2	
			Unidade Curricular II	2	2	2	2	2	
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional		Semanal em h/a		5	5	5	5	
					10	10	10		
			Anual em h/a		400	400	400		
			Anual em Horas		333,3	333,3	333,4		
			Etapa em Horas				1.000		



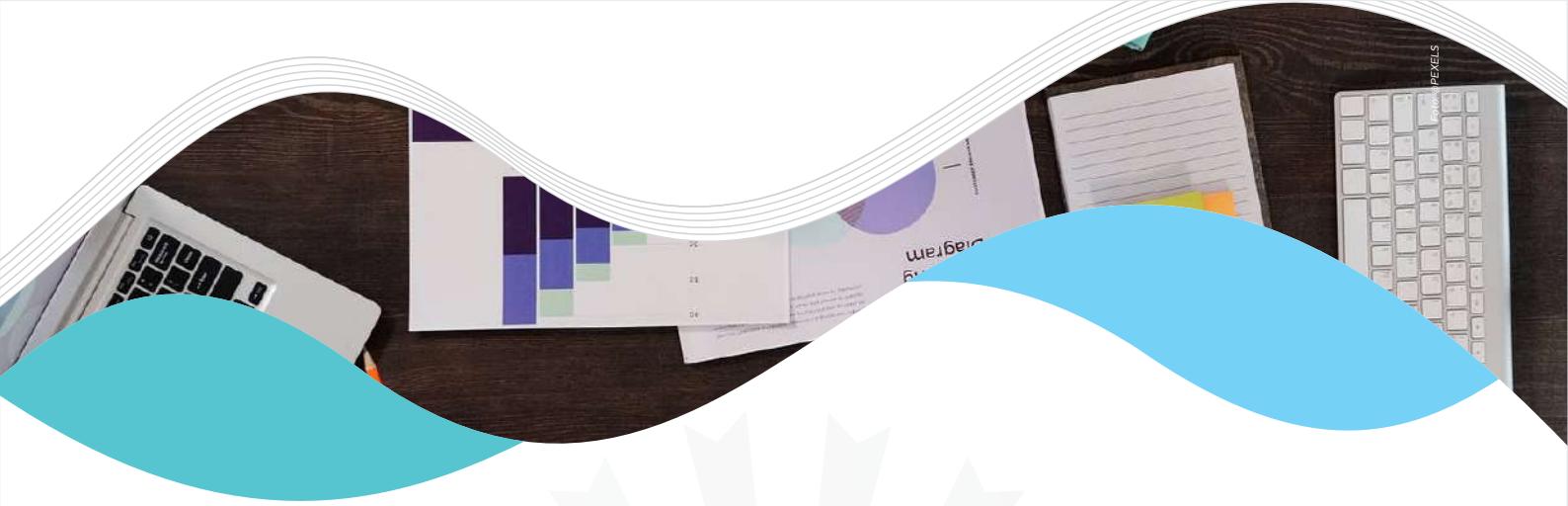
EDUCAÇÃO DO CAMPO - NOTURNO (21 AP + 9 ANP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA														
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano		2º Ano		3º Ano							
			AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP						
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	2	1	2	1	2	1						
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	2	1	2	1	2	1						
	Arte	Arte	1	-	1	-	1	-						
	Linguagens	Educação Física	1	-	1	-	1	-						
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Língua Inglesa	1	-	1	-	1	-						
		Biologia	1	1	1	1	1	1						
		Física	1	1	1	1	1	1						
		Química	1	-	1	-	1	-						
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	-	1	-	1	-						
		Geografia	1	-	1	-	1	-						
		História	1	-	1	-	1	-						
		Sociologia	1	-	1	-	1	-						
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica			14	4	14	4	14	4						
					18	18		18						
			Anual em h/a		720	720		720						
			Anual em Horas		600	600		600						
			Etapa em Horas		1.800									
ITINERÁRIO FORMATIVO														
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares		1º Ano		2º Ano		3º Ano					
			AP	ANP	AP	ANP	AP	ANP						
Núcleo Integrador	Terra-Vida-Trabalho	Terra-Vida-Trabalho	1	-	1	-	1	-	1	-				
		Projeto de Vida	1	-	1	-	1	-	1	-				
Totais de Cargas Horárias da Parte Comum do Itinerário Formativo			Semanal em h/a		2	2		2						
			Anual em h/a		80	80		80						
			Anual em Horas		66,6	66,6		66,7						
			Etapa em Horas		200									
Parte Flexível ³	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	1	1	1	1	1	1					
			Unidade Curricular II	1	1	1	1	1	1					
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	1					
			Unidade Curricular IV	1	1	1	1	1	1					
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	1	1	1	1	1	1					
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico			Semanal em h/a		5	5	5	5					
						10	10		10					
				Anual em h/a		400	400		400					
				Anual em Horas		333,3	333,3		333,4					
				Etapa em Horas		1.000								
	Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular I	2	2	2	2	2	2					
			Unidade Curricular II	2	2	2	2	2	2					
			Unidade Curricular III	1	1	1	1	1	1					
		Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional			Semanal em h/a		5	5	5					
							10	10						
					Anual em h/a		400	400						
					Anual em Horas		333,3	333,3						
					Etapa em Horas		1.000							

¹O estudante opta pelo Itinerário Formativo Propedêutico ou pelo Itinerário Formativo Profissional.

EDUCAÇÃO DO CAMPO - ESCOLA DA AUTORIA (43 AP + 2 ANP)

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA							
Áreas de Conhecimento	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano		
			AP	AP	AP		
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	3	2		
	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	3	2		
Linguagens e suas Tecnologias	Linguagens	Arte	1	1	1		
		Educação Física	1	1	1		
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Língua Inglesa	1	1	1		
		Biologia	2	2	2		
		Física	2	2	2		
		Química	1	1	1		
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	1	1		
		Geografia	1	1	2		
		História	1	1	2		
		Sociologia	1	1	1		
Totais de Cargas Horárias da Formação Geral Básica			Semanal em h/a	18	18	18	
			Anual em h/a	720	720	720	
			Anual em Horas	600	600	600	
			Etapa em Horas	1.800			
ITINERÁRIO FORMATIVO							
Parte Comum	Composição Curricular		Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano	
				AP	ANP	AP	
	Núcleo Integrador	Terra-Vida-Trabalho	Terra-Vida-Trabalho	2	-	2	
		Projeto de Vida	Projeto de Vida	2	-	2	
		Empreendedorismo Social	Empreendedorismo Social	2	2	2	
		Intervenção Comunitária	Intervenção Comunitária	1	-	1	
		Ciências Integradas	Ciências Integradas	2	-	2	
		Linguagens e Interartes	Linguagens e Interartes	3	-	3	
		Matemática Criativa	Matemática Criativa	3	-	3	
		Semanal em h/a	Semanal em h/a	15	2	15	
		Semanal em h/a	Semanal em h/a	17	17	17	
		Anual em h/a	Anual em h/a	680	680	680	
		Anual em Horas	Anual em Horas	566,8	566,8	566,7	
		Etapa em Horas	Etapa em Horas	1700			
Parte Flexível	Propedêutico	Aprofundamento em Área de Conhecimento	Unidade Curricular I	2	-	2	
			Unidade Curricular II	2	-	2	
			Unidade Curricular III	2	-	2	
			Unidade Curricular IV	2	-	2	
		Unidade Curricular Eletiva	Unidade Curricular Eletiva	2	-	2	
		Semanal em h/a	Semanal em h/a	10	10	10	
		Anual em h/a	Anual em h/a	400	400	400	
		Anual em Horas	Anual em Horas	333,3	333,3	333,4	
		Etapa em Horas	Etapa em Horas	1.000			
		Unidade Curricular I	Unidade Curricular I	4	-	4	
Profissional	Qualificação Profissional	Unidade Curricular II	Unidade Curricular II	4	-	4	
		Unidade Curricular III	Unidade Curricular III	2	-	2	
		Semanal em h/a	Semanal em h/a	10	10	10	
		Anual em h/a	Anual em h/a	400	400	400	
		Anual em Horas	Anual em Horas	333,3	333,3	333,4	
		Etapa em Horas	Etapa em Horas	1.000			
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Propedêutico		Unidade Curricular I	4	-	4	
	Totais de Cargas Horárias do Itinerário Formativo Profissional		Unidade Curricular II	4	-	4	



5.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

A Educação Escolar Indígena no Brasil vem obtendo significativos avanços desde a década de 70, no que diz respeito à legislação que a regula mediante os avanços legais e as novas perspectivas para o reconhecimento da necessidade de uma educação específica, diferenciada e de qualidade para as populações indígenas.

A Constituição Federal de 1988, marco na história brasileira para os povos indígenas, tem garantido uma educação intercultural, bilíngue e diferenciada, que vem sendo regulamentada em vários documentos que dão garantia legal e jurídica para a educação escolar de qualidade em áreas indígenas.

A LDB, no artigo 78, afirma que a educação para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue. Em 1998, o Ministério da Educação/MEC publicou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), objetivando oferecer subsídios para elaboração de projetos pedagógicos, com o intuito de orientar a prática educativa de professores e profissionais da educação em cursos em áreas indígenas, bem como subsidiar e oferecer uma educação intercultural.

As Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas foram fixadas Resolução/CEB n. 3/CNE/99. No Estado de Mato Grosso do Sul, o Conselho Estadual de Educação normatizou a oferta da Educação Escolar Indígena por meio da Deliberação CEE/MS n. 10.647/2015, e a Secretaria de Estado de Educação, regulamentou a oferta da educação escolar indígena, na REE/MS, nos territórios Etnoeducacionais Povos do Pantanal e do Cone Sul, por meio das Resoluções n. 2960/2015 e 2961/2015, respectivamente.

Conforme o exposto, é evidente que atualmente os povos indígenas têm o direito garantido a uma escola específica, respeitando a diversidade, as diferenças étnicas, a língua, a cultura, as tradições e os costumes que constituem cada grupo.

Diante dos avanços legais e sociais que as comunidades indígenas têm conquistado, a escola representa seu desejo de manter suas práticas culturais, porém verifica-se, de outro lado, a necessidade de que as escolas não indígenas tenham conhecimentos dessas realidades, visto que estão inseridas no contexto histórico e social do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, é preciso que as escolas incorporem a seus currículos discussões sobre essa temática, garantindo a presença do tema e estabelecendo conexões com a realidade local.

Diante do exposto, cada Escola Indígena tem matriz própria de acordo com suas necessidades locais e regulamentações vigentes, totalizando 15 matrizes diferentes atualmente na REE/MS.

5.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Pensar sujeitos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Mato Grosso do Sul, é compreender essa modalidade de ensino na multiplicidade de circunstâncias e na dinâmica social contemporânea em que essa diversidade se estabelece.

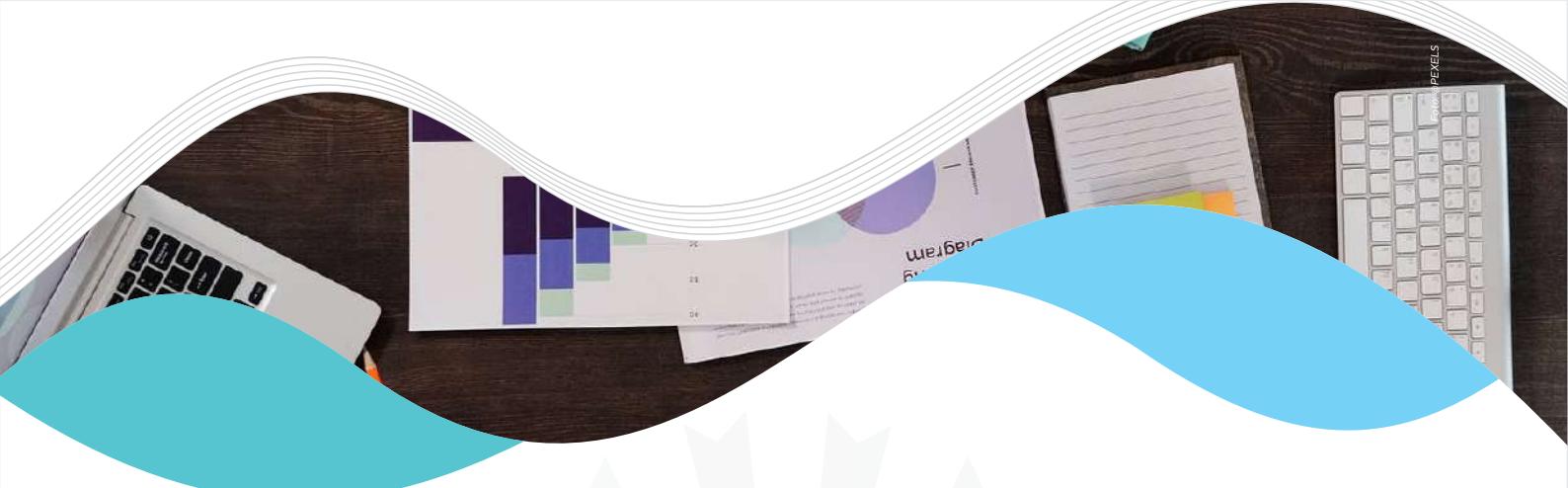
Cabe ressaltar, a partir da constituição histórica do processo de formação do Estado de Mato Grosso do Sul, as especificidades e trajetórias distintas dos estudantes da EJA. Na pluralidade que demanda o público da Educação de Jovens e Adultos, incluem-se os povos das águas, do campo e da floresta, aqueles oriundos de países fronteiriços, tais como o Paraguai e a Bolívia, assim como aqueles que se encontram privados de liberdade, além das pessoas com necessidades educacionais específicas, público da Educação Especial.

Nos municípios de maior concentração das atividades econômicas, associadas aos diferentes setores da economia sul-mato-grossense, observa-se que os estudantes trabalhadores buscam essa modalidade de ensino como uma oportunidade de concluírem os estudos, muitas vezes, por exigência do próprio trabalho, com vistas ao Ensino Superior, uma vez que entendem o valor significativo da educação no exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nessa perspectiva, percebe-se que os adolescentes, jovens, adultos e idosos que buscam os cursos de Educação de Jovens e Adultos procuram mais que conhecimentos prontos para serem reproduzidos; querem, na realidade, sentir-se sujeitos ativos e participativos na sociedade em que estão inseridos.

Assim, o currículo na Educação de Jovens e Adultos deve contemplar uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes estão articulados à realidade em que o adolescente, o jovem e o adulto se encontram, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas do conhecimento.

Portanto, as matrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos atenderão as demandas do público-alvo e serão aprovadas em Resolução da SED/MS.



5.6 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

Quilombos são "grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida", segundo o artigo 2º do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.

No Estado de Mato Grosso do Sul/MS, as comunidades quilombolas são múltiplas e variadas e se encontram distribuídas em todo território sul-mato-grossense. No nosso território são reconhecidas pela Fundação Palmares vinte e duas comunidades quilombolas distribuídas em 15 municípios, a saber: Aquidauana, Bonito, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Figueirão, Jaraguari, Maracaju, Nioaque, Pedro Gomes, Rio Brilhante, Rio Negro, Sonora e Terenos.

As Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola foram definidas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação n. 08/2012, que orienta que tais Diretrizes devem estar fundamentadas em uma pedagogia própria, respeitando às especificidades étnico-racial e cultural de cada comunidade.

Ao estudante quilombola que estuda em uma escola fora da comunidade, é assegurado o respeito aos seus princípios étnico-racial e cultural, considerando as especificidades de cada comunidade.

Assim, é necessário pensar o currículo a partir dessa complexidade e contemplar as diferenças culturais e sociais de cada comunidade, podendo ser ponto de fortalecimento cultural e local, como dispõe a Base Nacional Comum, considerando também que as escolas que não oferecem essa modalidade possam discutir e contribuir para esse fortalecimento.

Sendo assim, atualmente a Educação Quilombola seguirá a matriz curricular estipulada para a Educação do Campo.

6. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Tendo em vista os objetivos gerais e metas delimitados pela SED/MS, e subsidiado pelo diagnóstico da REE/MS, foi desenvolvido um plano de implementação envolvendo diversos setores da SED/MS.

6.1 CURRÍCULO

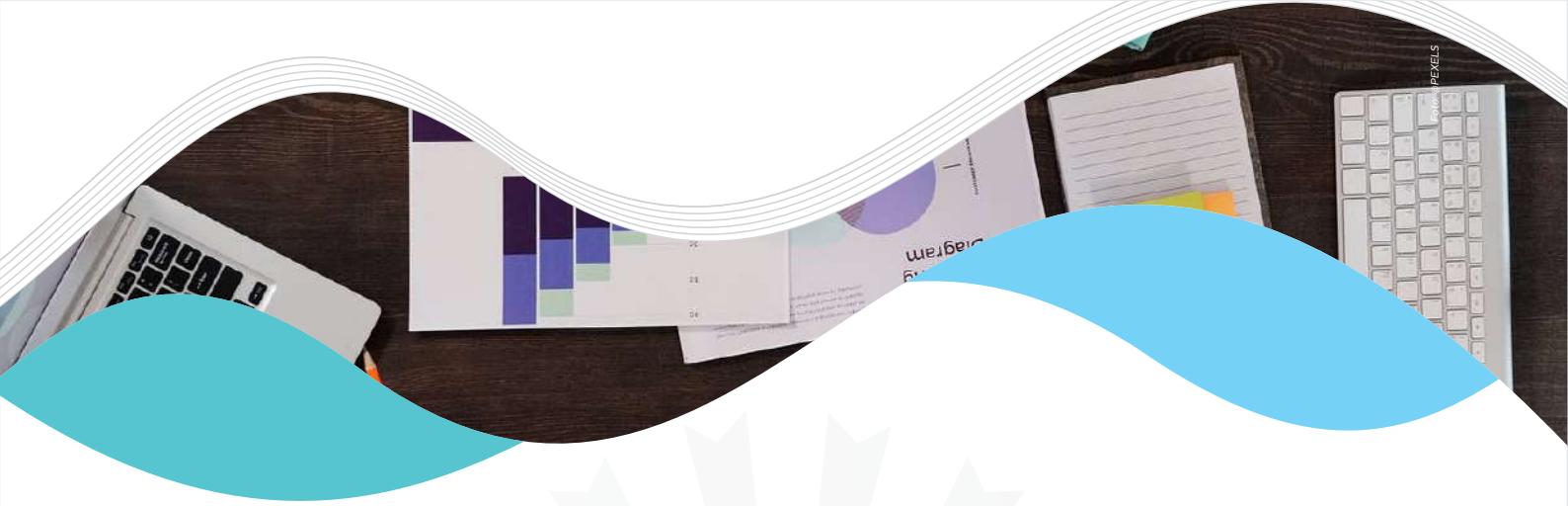
Considerando as diretrizes normativas para a construção da proposta curricular para a etapa do Ensino Médio, no âmbito estadual, e, ainda, as orientações e critérios estabelecidos pelo MEC, a SED/MS organizará sua estrutura de governança de acordo com o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC.

O ProBNCC foi instituído pela Portaria MEC n. 331, de 5 de abril de 2018, com o objetivo de apoiar as Secretarias Municipais, Estaduais e Distrital de Educação no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios. Essa Portaria foi alterada pela Portaria MEC n. 756, de 3 de abril de 2019, para inserir aspectos específicos da implementação da BNCC no currículo do Ensino Médio.

De acordo com o documento orientador do ProBNCC, a equipe técnica responsável pela realização das ações de Implementação da BNCC, na etapa do Ensino Médio, será formada observando os critérios gerais de seleção. A composição da equipe técnica de Mato Grosso do Sul terá os seguintes perfis:

- 2 Coordenadores Estaduais, sendo 1 Consed e 1 Undime;
- 2 Articuladoras do Conselho Estadual de Educação;
- 1 Coordenador de Etapa;
- 4 Coordenadores de Área;
- 18 Redatores Formadores de Currículo;
- 1 Articulador de Itinerário de FTP;
- 1 Articulador de Itinerário Propedêutico;
- 1 Articulador entre Etapas.

Concomitante à construção do Currículo de Referência do Ensino Médio, Mato Grosso do Sul iniciará a escrita do Currículo de Referência para a Educação de Jovens e Adultos, na etapa do Ensino Médio, com base nas proposições da BNCC, considerando as características educacionais específicas do público que demanda essa modalidade



de ensino tais como: interesses, condições de vida, de trabalho e motivações para a construção de novos conhecimentos e Projeto de Vida.

Para o Currículo, foi elaborada a seguinte proposta de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
<p>Objetivo 1: Elaborar o Currículo de Referência para etapa do Ensino Médio, alinhado à BNCC.</p>	<p>Definir a equipe técnica, de acordo com as orientações e critérios estabelecidos pelo ProBNCC.</p> <p>Definir cronograma semanal de encontros com os Redatores, para análise e estudo do documento da BNCC, dos marcos legais que orientam e norteam esse processo, dentre outras atividades que serão realizadas com intuito de iniciar a construção da proposta curricular.</p> <p>Realizar constantemente reuniões de alinhamento acerca da definição da estrutura do documento, proposta de matrizes, Itinerários, e da Formação Geral Básica.</p> <p>Realizar Consulta Pública da Formação Geral Básica do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, Ensino Médio.</p> <p>Realizar Audiência Pública, para apresentação da segunda versão do Documento para os profissionais da educação e sociedade em geral.</p> <p>Encaminhar a versão final ao Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, para análise e aprovação.</p> <p>Constituir o Currículo de Ensino Médio para a Educação de Jovens e Adultos - EJA que considere as características próprias dos jovens, adultos e idosos.</p> <p>Envolver o Conselho Estadual de Educação durante o processo de discussão e elaboração da nova proposta curricular.</p> <p>Promover articulação entre as equipes do ProBNCC, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a fim de garantir a integração e alinhamento do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul.</p>
<p>Objetivo 2: Construir Itinerários Formativos na REE/MS.</p>	<p>Definir a distribuição da carga horária de Formação Geral Básica e de Itinerários Formativos ao longo do ano letivo e da etapa.</p> <p>Definir e estruturar o processo de escuta da comunidade escolar na escolha dos Itinerários.</p> <p>Enviar orientações para que as escolas conduzam o processo de escuta na escolha dos Itinerários.</p> <p>Definir como será estruturada a oferta dos Itinerários Formativos.</p> <p>Definir critérios para identificar quais professores estarão aptos a lecionarem nos Itinerários Formativos das áreas de conhecimento.</p> <p>Em consonância com o que já é prática na SED/MS, definir objetivos e estrutura do Projeto de Vida para o novo Currículo.</p> <p>Definir critérios para identificar quais profissionais estarão aptos a lecionarem nos Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, de acordo com as normativas vigentes.</p> <p>Estabelecer parcerias, a fim de possibilitar a oferta de Itinerários Formativos de Formação Técnica e Profissional, de acordo com as normativas vigentes.</p> <p>Escrever e encaminhar orientações para que as escolas contemplem os Itinerários Formativos e o Projeto de Vida na construção de seu Projeto Político-Pedagógico - PPP.</p>

6.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Conforme as alterações previstas na Lei n. 13.415/17, o estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano de 2019, precisará modelar e planejar formação continuada em consonância com a Reforma do Ensino Médio, que tem como foco o desenvolvimento integral do estudante em habilidades e competências nas quatro Áreas do Conhecimento, atreladas aos desafios do século XXI e à inserção dos Itinerários Formativos. Nesse sentido, a SED/MS, por meio da Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação – CFOR, promove formações aos professores do Ensino Médio e Ensino Fundamental de acordo com o calendário escolar.

As formações voltadas para a implementação do NEM serão desenvolvidas com o grupo de especialistas no assunto da SED/MS e desenhadas a partir de um planejamento estratégico no início do ano letivo, alinhados ao contexto da REE/MS. Além disso, as formações objetivam priorizar um currículo integral centralizado na formação humana vinculado à ciência, cultura, tecnologia e ao trabalho.

Assim, são apresentadas, a seguir, propostas de execução para que se possa alcançar uma formação continuada dos professores, visando o ensino-aprendizagem do estudante vinculado às mudanças da Reforma do Ensino Médio na REE/MS.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
<p>Objetivo 1: Constituir uma equipe de formação sobre o NEM, para planejar as formações a serem realizadas na REE/MS;</p> <p>Objetivo 2: Estruturar formações sobre a Formação Geral Básica, Itinerários Formativos e os quatro eixos estruturantes para os diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;</p> <p>Objetivo 3: Definir uma ementa formativa para diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;</p> <p>Objetivo 4: Produzir materiais para os técnicos sobre a implementação do NEM para os diversos públicos que a REE/MS contempla (índigenas, quilombolas e educação especial);</p> <p>Objetivo 5: Estabelecer um cronograma de execução para a formação dos diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS, adequando-se ao calendário escolar definido para os anos seguintes;</p> <p>Objetivo 6: Executar a formação continuada para os técnicos e profissionais da SED/MS e, posteriormente, aos diretores, coordenadores pedagógicos e docentes nos conceitos do NEM;</p> <p>Objetivo 7: Monitorar o nível de compreensão sobre a implementação do NEM nos diversos públicos formados (técnicos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores);</p> <p>Objetivo 8: Produzir materiais didático-pedagógicos para utilização nos processos formativos, considerando metodologias inovadoras e dinamização de espaços de aprendizagens.</p>	<p>Mapear técnicos e profissionais da SED/MS com perfil formador.</p> <p>Elaborar e desenvolver um plano de formação para os técnicos que formarão os diferentes públicos da rede de ensino.</p> <p>Priorizar assuntos da ementa formativa sobre a implementação do Ensino Médio para cada público-alvo.</p> <p>Aprofundar sobre os impactos da reforma do Ensino Médio aos indígenas, quilombolas e educação especial.</p> <p>Realizar em todos os encontros formativos dos diferentes públicos-alvo e formadores o nível de satisfação e compreensão sobre o assunto abordado.</p> <p>Realizar ao longo das formações, adequações nos materiais formativos, considerando o nível de satisfação e compreensão nos encontros anteriores.</p> <p>Mapear os técnicos e profissionais da SED/MS com perfil de produtores de materiais pedagógicos.</p>

6.2.1 Formações no período de 2019 a 2021

FORMAÇÃO	CARGA-HORÁRIA	PÚBLICO-ALVO
2019		
Formação Inicial das Equipes Escolares do Programa Escola da Autoria	40 horas	Equipes Escolares do Ensino Médio em Tempo Integral – Escola da Autoria e Representantes das Coordenadorias Regionais de Educação/CRE
Projeto de Vida	40h	Professores do Componente Curricular Projeto de Vida, Coordenadores Pedagógicos e Representantes das CRE
Nivelamento IQE	96 horas	Gestores, Coordenação Pedagógica, representante da CRE, responsável, um Professor de Língua Portuguesa e um de Matemática das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - Escola da Autoria
Planejamento Colaborativo e Trabalho Pedagógico por Área do Conhecimento	8 horas	Diretores, Diretores-adjuntos, Coordenadores Pedagógicos, Professores Coordenadores de Área e Professores das 15 Escolas da Autoria e os representantes das CRE
Autoria Café & Prosa	16 horas	Diretor, Coordenador Pedagógico, 01 Professor do Componente Curricular de Projeto de Vida e 02 Estudantes de destaque na Premissa Protagonismo das Escolas da Autoria e Representantes das CRE
Implementação do Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul	120 horas	Professores e Coordenadores das Escolas de Mato Grosso do Sul, Redes Municipal e Estadual
Diálogos Socioemocionais	40 horas	Coordenadores e Professores de Projeto de Vida



2020		
Encontro Formativo do Programa Escola da Autoria	16 horas	Diretores e Coordenadores das Escolas da Autoria
Diálogos Socioemocionais	40 horas	Coordenadores e Professores de Projeto de Vida
2021		
Diálogos Socioemocionais -Turma Inicial	60 horas	Coordenadores e Professores de Projeto de Vida
Diálogos Socioemocionais -Turma de Aprofundamento	60 horas	Coordenadores e Professores de Projeto de Vida
Formação Continuada Novas Trajetórias para o Ensino Médio	100 horas	Diretores, Coordenadores Pedagógicos, Professores Coordenadores de Área e Professores das 122 escolas-piloto

6.3 RECURSOS DESCENTRALIZADOS

Os recursos descentralizados são aqueles transferidos e/ou repassados a outras instituições, que compreende, dentre outros, o Repasse de Manutenção Escolar, o Programa de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e seus programas agregados e o transporte escolar, este último repassado às Prefeituras Municipais.

Cada um desses recursos tem suas funcionalidades e propósitos. Com a implementação do NEM é necessário compreender e mapear os impactos que poderão afetar esses recursos.

6.3.1 Repasse de Manutenção Escolar

Este recurso é destinado às unidades escolares, e gerido pelo diretor, para manter despesas com materiais de consumo, serviços e pequenos reparos, visando melhorias estruturais e atendimento das necessidades básicas diárias advindas do cotidiano escolar. Além da aquisição de gás de cozinha para atender a merenda escolar. É realizado em dois dispêndios um no primeiro e outro no segundo semestre do ano letivo.

Considerando as especificidades de adequações para atender a implementação do NEM, referente ao Recurso de Manutenção Escolar, acredita-se que seja indispensável um levantamento das escolas piloto que serão enquadradas nas novas mudanças, além de uma previsão de implementação integral, com o intuito de apurar as condições do estado para manter as alterações físicas e financeiras que forem ocorrer. Para tanto, segue proposta de execução para esse segmento.



OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Adaptar a estrutura das unidades escolares para implementação do NEM, levando em consideração a necessidade de adequação dos repasses financeiros.	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente aos números de estudantes por modalidade de ensino. Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente à infraestrutura física, ou seja, se possuem piscina e/ou extensão. Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo. Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM. Estudo do impacto financeiro voltado à implementação parcial e integral das novas atribuições do NEM nas unidades escolares. Criação de um complemento fixo de valor para atender às unidades escolares que disporem de 6º tempo.

6.3.2 Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE oferece alimentação escolar aos estudantes de todas as etapas de ensino da Educação Básica. O recurso é repassado ao estado em 10 parcelas, referente a 200 dias letivos, conforme o número de matrículas informado ao Censo Escolar do exercício anterior.

O Estado de Mato Grosso do Sul descentraliza este recurso para as Associações de Pais e Mestres – APM das unidades escolares. Cada presidente das associações gerencia a compra dos alimentos para atender aos estudantes, devendo ser destinado o percentual de 30% na compra direta de produtos da agricultura familiar. Há também uma contrapartida repassada pelo Estado de Mato Grosso do Sul, a fim de complementar o recurso proveniente do Governo Federal.

Dessa maneira, segue proposta de execução que se faz essencial nesse segmento.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Mapear o impacto financeiro que a implementação parcial e integral irá causar no Recurso de Alimentação Escolar.	Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente ao número de estudantes por modalidade de Ensino. Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo. Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM. Estudo do impacto financeiro voltado à implementação parcial e integral das novas atribuições do NEM nas unidades escolares. Estudo quanto à possibilidade de criação de valor per capita para atender às unidades que disporem de 6º tempo.



A alimentação escolar é direito do estudante da educação básica pública e dever do Estado. Sua promoção é incentivada com vista ao atendimento das diretrizes estabelecidas na Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020.

O cardápio da alimentação é um instrumento que visa assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, que garanta o atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes durante o período letivo e atue como um elemento pedagógico, caracterizando uma importante ação de educação alimentar e nutricional. Assim, os planejamentos dos cardápios, bem como o acompanhamento de sua execução, devem estar aliados para o alcance do objetivo do PNAE. A porção ofertada deve ser diferenciada por faixa etária dos estudantes, conforme suas necessidades nutricionais diárias.

6.3.3 Transporte Escolar

O Programa visa transferência financeira, por meio de convênios, aos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, com exceção ao município de Campo Grande, pois a este é repassado de outra forma, com o objetivo de custear despesas com peças, manutenção e serviços contratuais dos veículos que pertencem à frota de atendimento aos estudantes da zona rural, matriculados na REE/MS, com transporte escolar a suas respectivas unidades escolares. Este recurso é embasado pela Lei n. 5.146, de 27 de dezembro de 2017, e é repassado para os municípios em 4 dispêndios durante o ano letivo, com os valores estabelecidos de acordo com a Resolução/SED n. 3.553, de 11 de janeiro de 2019.

O município de Campo Grande é igualmente atendido pelo transporte escolar, no entanto, o serviço é contratado diretamente com os fornecedores, sendo o pagamento realizado mensalmente pelo período de 10 meses.

As informações apresentadas têm como objetivo principal a implementação do NEM, a princípio nas escolas-piloto, a fim de compreender as especificidades físicas e financeiras que esta ação acarretará referente ao recurso de transporte escolar. Prontamente compreendido o cenário de implantação, tem-se como meta a implementação integral das alterações advindas dessa mudança.



OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
<p>Mapear os impactos físicos e financeiros da ampliação da carga horária no que se refere ao transporte escolar, bem como a reestruturação dos convênios com os municípios para a oferta de transporte escolar.</p>	<p>Levantamento das unidades escolares e suas especificidades referente ao número de estudantes por modalidade de ensino.</p> <p>Levantamento das unidades escolares piloto que forem dispor de 6º tempo.</p> <p>Levantamento das unidades escolares piloto que serão implementadas com o NEM.</p> <p>Estudo do impacto financeiro nos custos do transporte escolar, decorrente da implementação parcial e integral da nova carga horária do ensino médio.</p> <p>Levantamento dos veículos, por município, que atendem o transporte escolar, contendo tipo do veículo e capacidade.</p> <p>Mapeamento das rotas, linha mista e linha pura, para verificar a necessidade de complementação de veículos, bem como do aumento do quilômetro rodado para atendimento do 6º tempo.</p> <p>Levantamento financeiro na possibilidade de aumento de frota e rota no atendimento do 6º tempo.</p> <p>Estudo de criação de um valor per capita para atendimento das unidades escolares que disporem de 6º tempo.</p>

A partir do mapeamento das adaptações necessárias para a implementação do Novo Ensino Médio, na oferta do transporte escolar, viu-se a necessidade da utilização da matriz 25 + 5 nas escolas que eram atendidas pelo mesmo transporte do municípios. Atualmente, na rede, ainda não foram realizadas parcerias para oferta de itinerários formativos em local diferente da Formação Geral Básica. Dessa forma, não estão previstos custos adicionais para o transporte em 2022. Porém, espera-se, em anos seguintes, realizar parcerias com esse objetivo e, para isso, novos estudos estão sendo realizados para previsão do ajuste orçamentário necessário.

6.4 ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS

Historicamente, a taxa de desemprego entre jovens supera a dos adultos. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgados em agosto de 2018, mostram a taxa geral de desemprego em 12,4%, enquanto que a taxa entre os trabalhadores de 18 a 24 anos sobe para 26,6%.

Entende-se como taxa de desemprego o indicador econômico divulgado pelo IBGE, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, considerando a proporção de pessoas desempregadas em relação à chamada População Economicamente Ativa – PEA, ou seja, pessoas cuja faixa etária permite que elas trabalhem, estejam elas ocupadas ou não. Segundo a gerência do PNAD, há muitas barreiras que impedem o jovem de ingressar no mundo do trabalho e uma delas é a falta de capacitação. Os empregadores têm tendência de contratar quem tem experiência ao invés de custear um treinamento.

Com a implementação dos itinerários formativos, espera-se impactar positivamente a comunidade, estimulando jovens a identificarem suas vocações e seus anseios, tornando-os aptos para a vida em sociedade, em especial, na área profissional. Para garantir as alterações decorrentes da reforma do ensino médio, faz-se necessário articular as instituições locais para a implementação e manutenção dessa oferta, por meio de ações que auxiliem o jovem em seu desenvolvimento pessoal e profissional, buscando firmar convênios e parcerias, tanto na área educacional, quanto na institucional, pertencentes ao setor público e/ou privado.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Identificar os Itinerários Formativos a serem ofertados pela SED/MS e viabilizar parcerias com os poderes executivo e legislativo municipal, bem como com o setor produtivo local, visando formar profissionais necessários às demandas do município e promover a empregabilidade.	Promover a articulação entre as instituições locais e o Governo do Estado para a implementação do NEM da SED/MS, por meio de encontros nos municípios sedes das escolas-piloto. Sensibilizar a classe empresarial local para a importância do encontro e de suas consequências. Identificar os desafios do município e as formações profissionais necessárias para atender essa demanda. Realizar a escuta ativa dos interesses dos estudantes do 9º ano, nas escolas-piloto. Definir cronograma de cursos a serem ofertados a curto, médio e longo prazo, pela equipe da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional – COPEMEP, tendo como meta a implantação de, ao menos, dois Itinerários Formativos propedêuticos e o de formação técnica e profissional nos municípios que sediam as escolas-piloto. Verificar a viabilidade da oferta pela escola-piloto, analisando estrutura física, materiais e corpo docente. Firmar parcerias para estágios, visitas técnicas e/ou aulas práticas. Acompanhar o efetivo ingresso dos jovens no mundo do trabalho.



6.4.1 Primeiro-passo

O Governo de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação (SED), oferta cursos de formação profissional nas escolas da Rede Estadual de Ensino (REE), com vistas à elevação da escolaridade e preparação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Para operacionalizar a Educação Profissional, foi necessário vincular essa política ao contexto socioeconômico de cada município, bem como articular as instituições locais para a implementação e manutenção dessa oferta, o que justifica a atividade proposta neste projeto.

Pensando nisso, a SED, de forma integrada com a Secretaria de Estado de Governo (Segov) e prefeituras municipais, lançou o Projeto Primeiro Passo. Realizado em com as parcerias das Câmaras Municipais, que conta com uma programação que aborda o desenvolvimento econômico, por meio da Educação Profissional, apresentando o perfil de cada cidade e promovendo oficinas.

A cada reunião, que ocorre de forma virtual em função do período de distanciamento social, a ação busca definir os cursos a serem ofertados, fechar parcerias e formular uma carta de intenções, assinada pelos participantes.

O projeto tem como meta a definição dos cursos técnicos a serem ofertados pela SED, em cada localidade, visando formar profissionais necessários às demandas do município. Esse compromisso envolve os poderes executivo e legislativo municipal e o setor produtivo local, em viabilizar parcerias e promover a empregabilidade.

Além disso, a iniciativa busca promover a articulação entre as instituições locais e o Governo do Estado para a implementação da política de educação profissional da SED em MS, identificando os desafios de cada município e as formações profissionais necessárias para atender as demandas em cada região. Uma estratégia é a definição de cronogramas, com os cursos a serem ofertados a curto, médio e longo prazo, tendo como meta a implantação de, ao menos, um curso técnico em cada município.

Por fim, o projeto também objetiva firmar parcerias para estágios, visitas técnicas e/ou aulas práticas e mapear as potenciais vagas de emprego para os egressos dos cursos técnicos.

A gestão do programa é de responsabilidade da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional – COPEMEP, da SED/MS. A equipe conta com técnicos responsáveis pela oferta dos cursos que formulam a estrutura dos encontros, a fim de otimizar os contatos em cada reunião.



A partir do dia 15 de julho de 2021, a equipe da SED voltou a se reunir com os gestores e parceiros dos municípios de Mato Grosso do Sul. Abaixo, o cronograma dos encontros realizados em 2021:

- 15 de julho: Novo Horizonte do Sul
- 20 de julho: Caarapó
- 22 de julho: Camapuã
- 22 de julho: Ribas do Rio Pardo
- 27 de julho: Paranaíba
- 29 de julho: Corumbá
- 03 de agosto: Porto Murtinho
- 27 de agosto: Nova Alvorada do Sul
- 30 de agosto: Água Clara
- 31 de agosto: Aquidauana
- 01 de setembro: Nova Andradina
- 02 de setembro: Rio Brilhante
- 03 de setembro: Ponta Porã
- 09 de setembro: Chapadão do Sul
- 10 de setembro: Nioaque
- 13 de setembro: Terenos;
- 14 de setembro: Deodápolis
- 16 de setembro: Amambai
- 20 de setembro: Coxim
- 28 de setembro: Tacuru
- 01 de outubro: Sidrolândia
- 05 de outubro: Taquarussu
- 06 de outubro: Bonito
- 07 de outubro: Inocência
- 18 de outubro: Costa Rica
- 20 de outubro: Dourados
- 21 de outubro: Selvíria
- 22 de outubro: Miranda
- 26 de outubro: Naviraí
- 05 de novembro: Cassilândia
- 12 de novembro: Aral Moreira
- 16 de novembro: Jaraguari



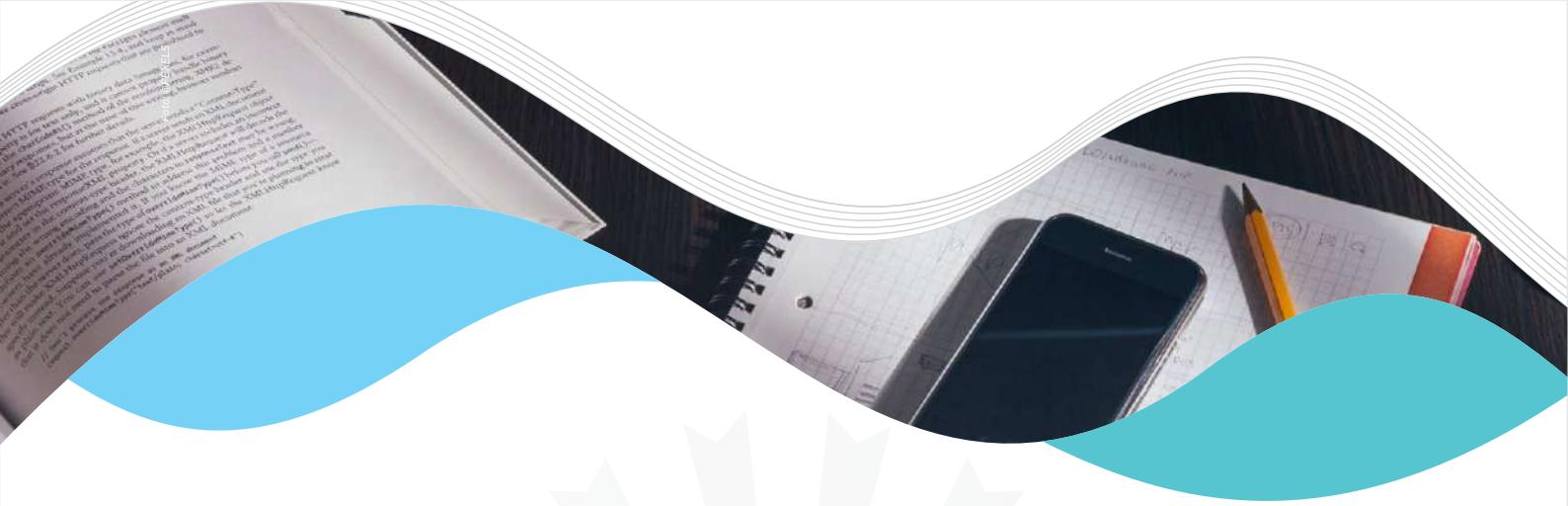
Para os interessados que desejam tornar-se parceiros da Secretaria de Estado de Educação nessa iniciativa, com a oferta de vagas ou abertura de espaços para visitas técnicas, ou sugerir alguma formação específica que atenda às demandas de uma localidade em especial, a SED disponibiliza dois formulários que podem ser acessados abaixo:

Acesso para sugestão de curso:
<http://pesquisa.sed.ms.gov.br/index.php/118555?lang=pt-BR>

Acesso para interesse de parcerias, tais como ofertar vagas de estágio, aulas práticas ou visitas técnicas: <http://pesquisa.sed.ms.gov.br/index.php/423666?lang=pt-BR>

6.4.2 Parceiros vigentes/potenciais parceiros

Atualmente, a Educação Profissional conta com diversos parceiros, dentre prefeituras e outras instituições que podem colaborar para o oferta de Itinerários Formativos. A seguir, apresenta-se quadro com alguns parceiros já vigentes e potenciais:



INSTITUIÇÃO/EMPRESA	OBJETO CURSO/EIXO
SÃO GABRIEL DO OESTE	Agropecuária
ALCINÓPOLIS	Recursos naturais
APOMS	Agropecuária, agroecologia.
AQUIDAUANA	Diversos
BATAGUASSU	Agropecuária
CAMPO GRANDE	Diversos
CASSEMS	CURSOS/SAÚDE
CHAPADÃO DO SUL	Recursos naturais/ agropecuária
COPASUL	Eletrotécnica
CORUMBÁ	Normal médio
DOIS IRMÃOS DO BURITI	Agropecuária
DOURADOS	Saúde bucal
EE JOSÉ PEREIRA LINS	Agropecuária
ENGETEC	Eletroeletrônica
ESTADO DO MS	Diversos
HOSPITAL PSIQUIÁTRICO	Enfermagem,análises clínicas
IAGRO	Recursos naturais/agropecuária/ Agropecuária, agroecologia,química.
JARDIM	RECURSOS NATURAIS/AGROPECUÁRIA
LASEN/HEMOSUL/MESMO DA SES	ANÁLISES CLÍNICAS E ENFERMAGEM
MARACAJÚ/MS	AGROPECUÁRIA
MIRANDA	RECURSOS NATURAIS
NAVIRAI	SAÚDE
REDE/MS	RECURSOS NATURAIS/AGROPECUÁRIA
RIO AMAMBAI AGROENERGIA	ELETROTÉCNICA
RIO BRILHANTE	ELETROTÉCNICA
SANTA CASA	CURSOS/SAÚDE
SÃO GABRIEL DO OESTE	DIVERSOS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE	ENFERMAGEM E ANÁLISES CLÍNICAS
SES - SECRETARIA DE SAÚDE	CURSOS/SAÚDE
SESAU	ENFERMAGEM,ANÁLISES CLÍNICAS,IMOBILIZAÇÕES ORTOPÉDICAS,SAÚDE BUCAL E RADIOLOGIA
TERENOS	RECURSOS NATURAIS
UEMS/DOURADOS/CEPA	AGROPECUÁRIA
USINA RAÍZEN	CURSOS/SAÚDE



O quadro anterior apresenta algumas das possibilidades de parceiros, porém, não se estringe apenas a esses. Destaca-se, ainda, que no ano de 2020, a SED/MS, visando aproximar os estudantes e professores das tecnologias, realizou parceria com a *Google for Education* e disponibilizou e-mail educacional (Edutec) ao público da rede, permitindo acesso a todas as funções e possibilidades que a Google oferece. Entende-se que essa parceria irá colaborar para a execução das aulas, sobretudo, as não presenciais.

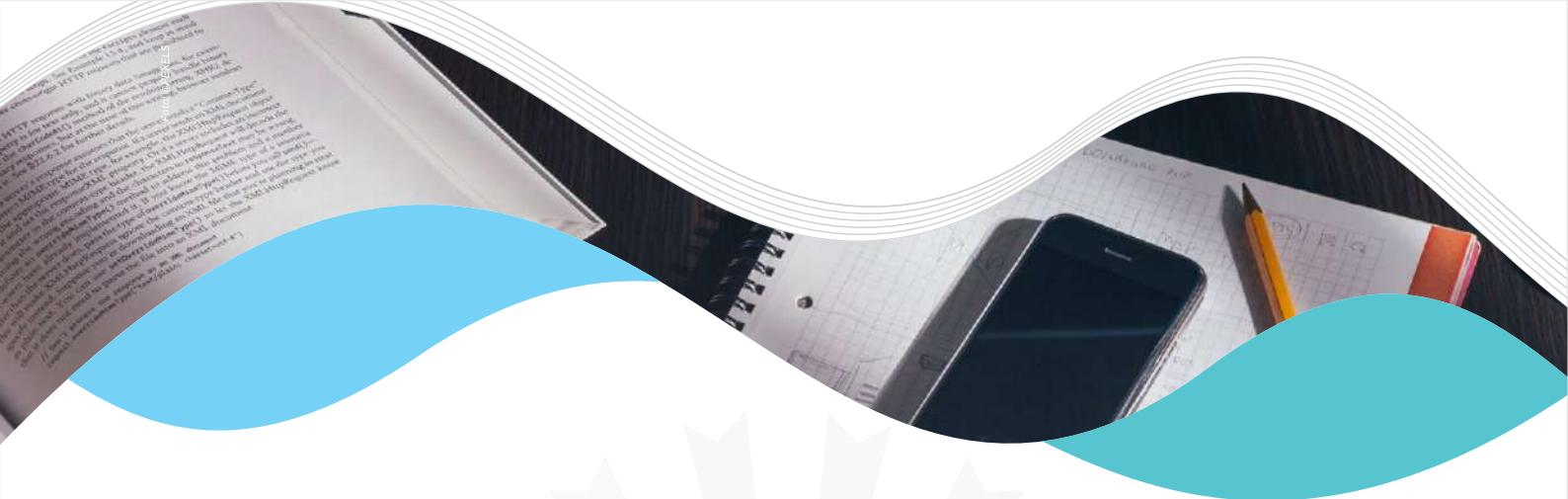
6.5 INFRAESTRUTURA E SUPORTE

A SED/MS realiza, continuadamente, ações, projetos e atividades que orientam e oferecem formação aos professores da rede estadual acerca da utilização pedagógica dos recursos tecnológicos e midiáticos disponíveis para as escolas. O grande desafio, entretanto, é encontrar formas de estimular os estudantes a permanecerem engajados às propostas de trabalho no ambiente escolar. Uma prática cada vez mais comum para superar esse desafio é o envolvimento deles com atividades inovadoras para que possam motivar atitudes científicas, criativas e empreendedoras.

O ensino científico, a cultura digital e a fluência do pensamento computacional no estudante são pautas que esta Secretaria se apropria e possibilita para que os estudantes da rede possam conhecer e vivenciar tais experiências. Para tanto, a SED/MS irá adquirir Laboratórios Didáticos Móveis (LDM), com formação para docentes e materiais pedagógicos, para todas as escolas estaduais, que permitem a realização de infinidades de experimentos e práticas; kits de Robótica Educacional para todas as Escolas em Tempo Integral, uma vez que tais conhecimentos se efetivarão no estudante, quando este, além de usuário das tecnologias educacionais, for capaz de vivenciar, experimentar, projetar, programar e construir artefatos significativos para a solução dos problemas e desafios apresentados no cotidiano da escola ou fora dela.

A compra e entrega seguirá o seguinte conograma, bem como, orçamento previsto:

Laboratório Didático Móvel (LDM)			
ANO	ETAPAS	ESCOLAS A SEREM ATENDIDAS	CUSTO
2019	1ª compra	31 escolas piloto	R\$ 1.876.120,00
2020	2ª compra	150 escolas	R\$ 9.078.000,00
2021	3ª compra	120 escolas	R\$ 8.488.689,60



Kit de Robótica Educacional			
ANO	ETAPAS	ESCOLAS A SEREM ATENDIDAS	CUSTO
2021	1ª compra	38 escolas de tempo integral	R\$ 3.079.140,00
2022	2ª compra	78 escolas de tempo integral	R\$ 6.320.340,00

Além disso, A SED/MS adquiriu computadores para todas as escolas da REE/MS para serem utilizados nas secretarias das unidades escolares, uma vez que as máquinas existentes já não comportavam com qualidade as modificações de sistemas e novos programas.

Quanto à infraestrutura física, os serviços de reforma propostos nas Escolas Estaduais contemplam a adequação dos edifícios às normas atuais vigentes, tais como normas de acessibilidade, de proteção e segurança contra incêndio, pânico e vigilância sanitária. São realizados serviços de revisão, adequação e, quando necessário, substituição da rede elétrica, hidrossanitária, revestimentos de pisos, paredes e cobertura, além da completa adaptação de salas de aula, sanitários, cozinha e ambientes administrativos. Ambientes como biblioteca e laboratórios são contemplados com mobiliários para melhor atendimento aos discentes. Os refeitórios são, em sua grande maioria, abertos, sendo atendidos com mesas para acomodação dos alunos. As calçadas externas também recebem adequações para garantir a plena acessibilidade nos ambientes escolares. As reformas seguem o seguinte cronograma, bem como, orçamento:

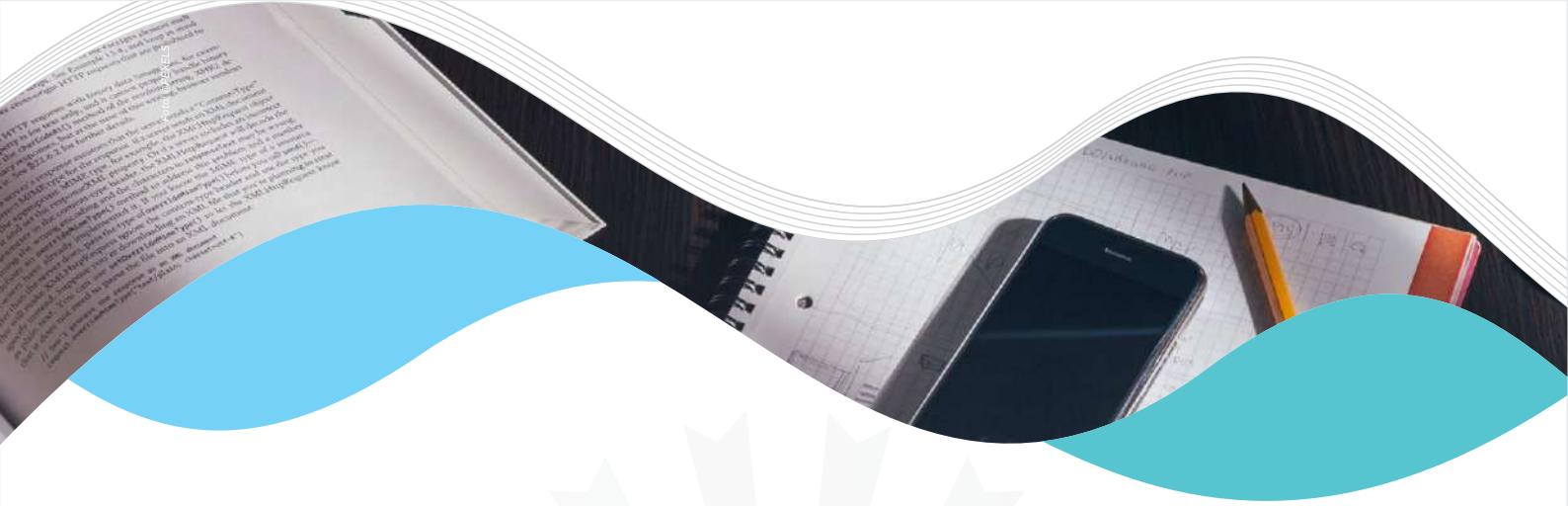
Escolas Reformadas 2019/2021			
Município	Escola Estadual	Ação	Valor
Dourados	Antonio da Silveira Capilé	Reforma Geral	R\$ 3.499.282,87
Campo Grande	Vespasiano Martins	Reforma Geral	R\$ 2.969.208,23
Naviraí	Presidente Médici	Reforma Geral	R\$ 3.795.410,73
Aparecida do Taboado	Frei Vital de Garibaldi	Reforma Geral	R\$ 2.660.205,49
Campo Grande	Dona Consuelo Muller	Reforma Geral	R\$ 3.940.510,73
Fátima do Sul	Jonas Belarmino	Reforma Geral	R\$ 2.104.002,54
Anaurilândia	Maria José	Reforma Geral	R\$ 2.936.801,33
Campo Grande	Neyder Suelli	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00



Escolas em Execução 2022			
Município	Escola Estadual	Ação	Valor
Costa Rica	Santos Dumont	Reforma Geral	R\$ 6.120.027,04
Campo Grande	Marçal de Souza	Reforma Geral	R\$ 7.765.700,44
Itaporã	Edson Bezerra	Reforma Geral	R\$ 2.187.719,10
Amambai	Coronel Felipe Brum	Reforma Geral	R\$ 8.440.333,53
Campo Grande	Maria Eliuza Bocayuva Corrêa	Reforma Geral	R\$ 5.555.143,98
Caracol	Inácio Silvestre Monteiro	Reforma Geral	R\$ 2.705.299,11
Sonora	CMTE. Maurício Coutinho Dutra	Reforma Geral	R\$ 2.771.884,09
Campo Grande	Dr. Arthur Vasconcellois Dias	Reforma Geral	R\$ 3.991.278,74
Ponta Porã	Adê Marques	Reforma Geral	R\$ 4.631.687,59
Jardim	Antônio Pinto Pereira	Reforma Geral	R\$ 2.812.236,12
Vicentina	Padre José Daniel	Reforma Geral	R\$ 7.129.415,62
Rochedo	José Alves Ribeiro	Reforma Geral	R\$ 5.156.141,85
Dourados	Menodora Fialho Figueiredo	Reforma Geral	R\$ 6.057.681,47
Coxim	Silvio ferreira	Reforma Geral	R\$ 2.957.104,63
Três Lagoas	Dom Aquino Correa	Reforma Geral	R\$ 5.890.620,00
Dourados	Castro Alves	Reforma Geral	R\$ 5.760.709,80
Bonito	Luiz da Costa Falcão	Reforma Geral	R\$ 5.974.406,82
Paranhos	Santiago Benites	Reforma Geral	R\$ 6.526.162,18
Três Lagoas	Bom jesus	Reforma Geral	R\$ 3.831.842,73
Ivinhema	Senador Filinto Muller	Reforma Geral	R\$ 3.121.656,85
Nova Andradina	Nair Palácio	Reforma Geral	R\$ 3.672.688,24
Costa Rica	José Ferreira da Costa	Reforma Geral	R\$ 3.147.161,70
Alcinópolis	Romilda Costa Carneiro	Reforma Geral	R\$ 2.986.463,30
Ponta Porã	Joaquim Murtinho	Reforma Geral	R\$ 7.400.902,37

Escolas com previsão de reforma 2022

Município	Escola Estadual	Ação	Valor Estimado
Anastácio	Roberto Scaff	Reforma Geral	R\$ 6.000.000,00
Anastácio	Candido Mariano	Reforma Geral	R\$ 6.000.000,00
Vicentina	Angelina Jaime Tebet	Reforma Geral	R\$ 6.000.000,00
Rio brilhante	Etálio Pereira	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00
Eldorado	Silo Vargas Batista	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00
Caaarapó	Arcenio Rojas	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00
Caarapó	Joaquim Soares Viana	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00
Campo Grande	João Carlos Flores	Reforma Geral	R\$ 3.300.000,00



Por fim, quanto a tecnológica da rede, a SED/MS já disponibiliza programas de conectividade na escola, como: Programa Educação Conectada – MEC/Estado e Internet – Contrato Corporativo OI/SED. Dessa forma, entende-se que esses programas já atendem as necessidades advindas do Novo Ensino Médio. Porém, observa-se a necessidade em pensar/estudar ações e/ou projetos que possibilitem a conectividade do estudante e do professor fora da escola.

6.6 COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR À COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Com a finalidade de apresentar o NEM para a comunidade escolar e a sociedade em geral, além de explanar como foi o processo de construção do Currículo de Referência do Ensino Médio, pretende-se estruturar um plano de comunicação. Segundo Costa (2009, p. 24):

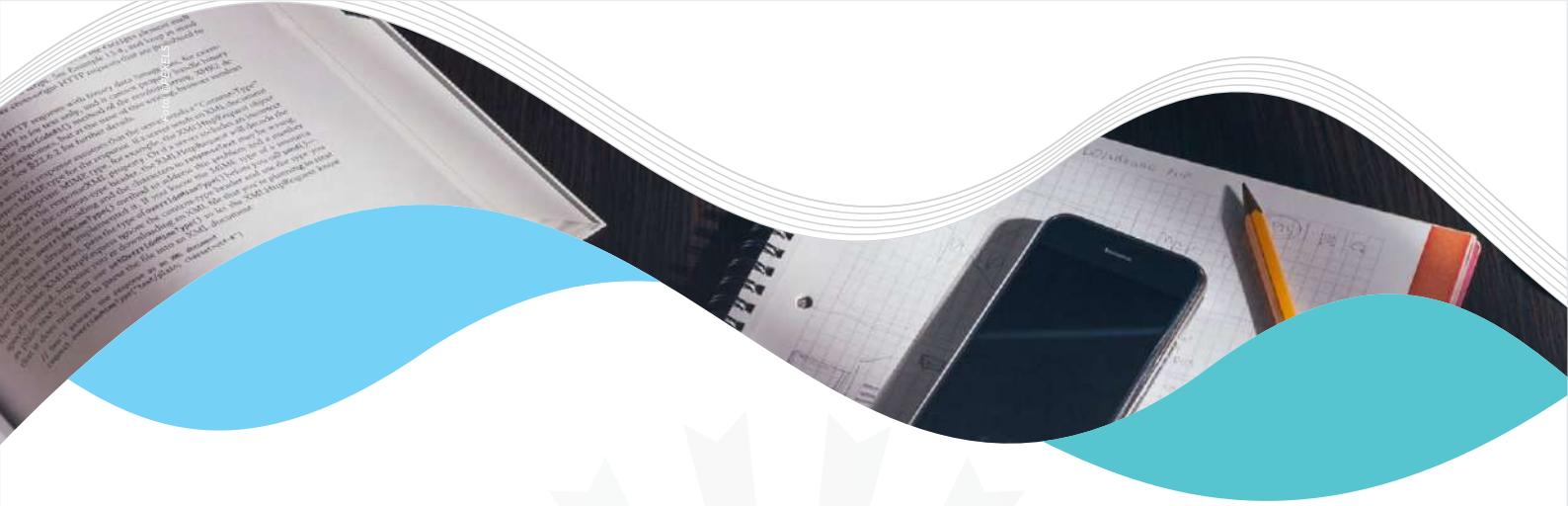
A comunicação humana é a ferramenta que possuímos para construir relacionamentos. Ela nos oferece a possibilidade de gerar conhecimento, entendimento, aceitação, comprometimento e ação. A comunicação é fundamental para o ser humano conhecer pessoas, descobrir caminhos e oportunidades de troca e crescimento. (COSTA, 2009, p. 24)²

Nesse contexto, foram pensados espaços voltados para a comunicação acerca das ações oficiais do Governo do Estado, tais como redes sociais, sites, canais de TV Aberta e de rádio. Para atingir os diversos públicos, a SED/MS utiliza os canais de comunicação já estabelecidos e de controle direto, tais como site da SED/MS, com uma página específica para o NEM (www.sed.ms.gov.br/novoensinomedio), hotsite do NEM (novoensinomedio.ms.gov.br), o qual é um site completo com todas as informações e ações voltadas exclusivamente ao tema e site do Governo do Estado e canal da Secretaria de Estado de Educação, no Youtube (Educação MS), com realização de lives e cursos formativos sobre o NEM. Esse canal atinge diferentes públicos: professores, estudantes e comunidade escolar, além do espaço semanal no Facebook do Governo de MS. Por fim, foram criados adesivos perfurados para aplicação no vidro traseiro dos veículos oficiais da SED. São exemplos de artes criadas:



Os canais supracitados, ainda servem de pauta para os veículos de imprensa, com detalhes técnicos de âmbito geral, apresentação das propostas e exemplos da implementação em unidades escolares onde o trabalho já esteja em desenvolvimento.

² COSTA, M. C. L. *Serviço público: a questão das relações interpessoais e a comunicação*. Monografia (Especialização em Gestão de Recursos Humanos). Universidade Cândido Mendes. Niterói, p. 24. 2009.



Destaca-se que a distribuição desses materiais ocorre sempre acompanhada de peças voltadas para redes sociais, elaboradas pela equipe de Comunicação da SED/MS, pensadas de acordo com cada público que se objetiva atingir. Quando direcionadas para os estudantes, são utilizadas peças com cores mais vivas, com maior apelo visual. Para os demais membros da comunidade escolar, o foco está em artes mais sóbrias, com apelo à confiança e credibilidade.

Por fim, em paralelo às ações descritas acima, a equipe de comunicação da SED/MS contará com a colaboração da equipe de marketing do Governo do Estado, que contribuirá com a elaboração de campanhas nos espaços de programação – patrocinados – das TVs e rádios, bem como em sites e jornais. Essas campanhas também deverão conter os dados destacados acima, como pontos válidos para a imprensa em geral, por também se tratar de um material voltado para a prestação de serviços. A seguir é apresentado a síntese dessa proposta de execução.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
<p>Objetivo 1: elaborar materiais para divulgação sobre as mudanças do EM, na comparação com o modelo atual, no âmbito das escolas e comunidade.</p>	<p>Serão criadas artes digitais para a construção de cartazes de divulgação sobre a implementação do NEM, em 2021, bem como sobre a formação dos profissionais envolvidos. Parte do material permanecerá no formato virtual, para compartilhamento nas redes sociais e grupos da SED/MS, e parte dele será enviado para as escolas no formato de material impresso, para que as escolas possam utilizar como material físico e sinalizar os recados nos locais de maior movimentação e permanência dos estudantes (corredores e bibliotecas, por exemplo).</p> <p>Dentro da proposta de criação de materiais físicos, serão elaborados panfletos e similares com o objetivo de explicar questões de âmbito geral sobre temas, como: "Você sabe o que é o NEM? O que muda no NEM? Dentro dessa proposta, o material será enviado para as escolas que estiverem trabalhando com o Novo Ensino Médio e também para aquelas que só iniciam o trabalho no ano seguinte.</p> <p>Para a complementação, serão criadas peças com recursos multimídia, tais como animações, vídeos e artes no formato de "cards", explicando sobre o NEM, mas, desta vez, tratando de temas mais específicos e pontuais. Sendo assim, serão elaborados juntamente com a equipe responsável pelo Ensino Médio da SED/MS.</p> <p>Com todas as informações já confirmadas, bem como datas e cronogramas em geral, serão elaborados textos de caráter jornalístico para veiculação nos sites da SED/MS e Governo do Estado, a fim de pautar os órgãos de imprensa.</p>
<p>Objetivo 2: desenvolver campanhas para informar à população sobre a implantação do NEM e as principais modificações, por meio de diferentes canais de comunicação.</p>	<p>Divulgação das peças nas redes sociais da Secretaria e também com o apoio dos multiplicadores dentro da SED/MS, que auxiliarão na distribuição dos materiais para gestores e professores da REE/MS.</p> <p>Concomitante à distribuição dos materiais citados acima, serão realizadas transmissões ao vivo (lives), por meio dos canais já utilizados pela pasta, tais como Facebook e/ou YouTube do Governo do Estado e da SED/MS – respectivamente – sempre com a participação da equipe pedagógica responsável pela implementação do NEM na REE/MS. Este passo será voltado para a apresentação das novidades à comunidade escolar e esclarecimento de dúvidas já recebidas durante os passos anteriores.</p> <p>Divulgação dos textos produzidos pela Secretaria com o objetivo de destacar as mudanças e esclarecer pontos considerados cruciais sobre o NEM em canais jornalísticos. A prioridade será o trabalho com os veículos de maior alcance digital, no primeiro momento, seguido de jornais e rádios que, por fim, pautarão o trabalho das redações de TV que farão materiais mais aprofundados sobre o tema.</p> <p>Por fim, será feita divulgação de materiais especiais e campanhas elaboradas pela equipe de comunicação do Governo do Estado, utilizando peças publicitárias de maior orçamento, com o objetivo de consolidar as novidades já passadas em outros momentos – aqui propostos – e para buscar o contato com pessoas que não tiveram acesso às publicações via imprensa ou redes sociais. Neste ponto, a divulgação sobre o NEM seguirá também nos canais televisivos abertos, por meio de noticiários e entrevistas.</p>



6.7 MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

A Gestão Democrática propõe a participação dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários. Essa participação atua diretamente nas diferentes etapas da Gestão Escolar - planejamento, implementação e avaliação - orientando a construção de projetos e processos pedagógicos quanto às questões de natureza burocrática.

Para o melhor desempenho da Gestão Escolar, a atuação do Gestor, dentro da proposta da Gestão Democrática, considera algumas dimensões que melhoram a autonomia administrativa, financeira, pedagógica e a otimização de tempo e processos nas instituições de ensino regular e cursos. Conforme a Lei n. 9.394/96 – LDB, as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática. Esse modelo de gestão propõe como condição resistir às formas conservadoras de organização e gestão escolar. Sobre essa observação, Libâneo (2006, p. 328) propõe:

Os objetivos sociopolíticos da ação dos educadores voltados para as lutas pela transformação social e da ação da própria escola de promover a apropriação do saber para a instrumentação científica e cultural da população, é possível não só resistir às formas conservadoras de organização e gestão como também adotar formas alternativas, criativas, que contribuem para uma escola democrática a serviço da formação de cidadãos críticos e participativos e da transformação das relações sociais presentes. (LIBÂNEO, 2006, p. 328)

Na atualidade, o processo educativo tem saído dos muros da escola, atingindo outros espaços. Esse cenário desafia os educadores a repensar a prática pedagógica, e a relação escola x comunidade é muito discutida dentro da proposta da Gestão Democrática, visto que esta parceria com as famílias (pais e responsáveis) é muito importante para que eles se sintam acolhidos pela equipe pedagógica, com o propósito de ter canais de comunicação efetivos com a escola. Salienta-se que deve, também, contemplar a construção de uma relação positiva com a população do entorno da unidade escolar para o bom desenvolvimento da escola.

A população de Mato Grosso do Sul é composta por uma rica diversidade de origens e culturas, que inclui pessoas de diferentes nacionalidades, migrantes de todas as regiões do país, populações do campo (incluídos os acampamentos e assentamentos), comunidades em áreas indígenas e em áreas remanescentes de



quilombos e povos das águas (populações ribeirinhas e pantaneiras). Essa diversidade requer de cada diretor um olhar diferenciado ao elaborar o seu Plano de Gestão, já que este deve estar em conformidade com o Projeto Político-Pedagógico, considerando a realidade da sua comunidade escolar, para assegurar ao estudante o acesso, bem como a permanência com qualidade e o êxito no processo de escolarização.

Nesse sentido, todos da comunidade escolar (gestores, coordenadores, professores, funcionários, estudantes e famílias) devem participar de forma efetiva do cotidiano escolar, seja de forma individual e direta, ou representados por instituições como a Associação de Pais e Mestres, o Colegiado Escolar e o Grêmio Estudantil, contribuindo na construção do PPP, já que esse deve ser pensado conjuntamente, pois cada segmento tem seus anseios e objetivos, que devem culminar em pontos comuns para cumprir a função social e política da escola. Assim, o PPP é o manual de instrução da entidade, porque:

busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Na dimensão pedagógica, reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2004, p.13).

A mobilização da comunidade escolar é necessária para fortalecer o engajamento de todos na implementação de reformas educacionais que visam assegurar aos estudantes o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, como preceitua o Plano Nacional de Educação - PNE. Desse modo, considerando a BNCC, o gestor escolar, com o auxílio da comunidade, deve refletir sobre o que o estudante deseja formar e qual ambiente pedagógico se deve construir para garantir um patamar comum de aprendizagem a todos os estudantes.

Cabe à comunidade escolar também o papel de fiscalizar as ações de cada segmento da escola, no intuito de controlar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. Para isso, a SED/MS implantou, em 2002, a Avaliação Institucional Externa - AIEMS, que consiste num processo sistemático e contínuo que permite



suas dimensões. Essa avaliação é uma ferramenta que objetiva avaliar a gestão administrativa, os processos pedagógicos e organizacionais e, até mesmo, as condições estruturais da instituição. Tem um papel preponderante, visto que possibilita a construção da autonomia da unidade escolar, produzindo mudanças na melhoria da qualidade do ensino.

Ademais, quando a comunidade escolar protagoniza novas mudanças, propostas a partir de suas contribuições, há maior engajamento e valorização das ações a serem executadas no âmbito da instituição escolar, principalmente neste momento de implantação da proposta do NEM, que contempla, além das aprendizagens comuns e obrigatórias, definidas pela BNCC, os Itinerários Formativos, relacionados às áreas de conhecimento e com a formação técnica e profissional. Dessa forma, os estudantes poderão escolher aprofundar seus conhecimentos naquilo que mais se relaciona com seus interesses e talentos.

Com a prerrogativa do direito à escolha, valoriza-se o protagonismo juvenil, pois é dada ao educando a oportunidade de participação, de forma ativa, no processo de aprendizagem, transformando-o em autônomo, solidário, competente, capaz de desenvolver uma visão do seu próprio futuro e transformá-lo em realidade, para responder aos contextos e desafios advindos das demandas sociais.

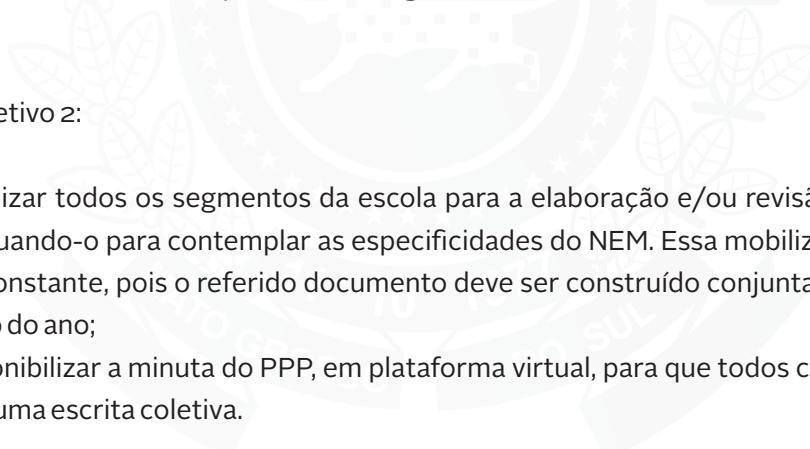
Com base nisso, é estabelecida a seguinte proposta de execução:

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Objetivo 1: mobilizar a participação da comunidade escolar, para definir a oferta dos Itinerários Formativos, de acordo com as possibilidades do sistema de ensino.	<p>Elaborar campanhas publicitárias sobre o NEM, para serem veiculadas nas mídias em geral, com uma linguagem jovem e de apelo motivacional, a fim de incentivar o engajamento e a participação da comunidade em geral. Essas peças publicitárias deverão conter explicações sobre o NEM, com seus respectivos Itinerários;</p> <p>Confeccionar cartazes, folders, banners e outros materiais de propaganda para serem afixados nas unidades escolares;</p> <p>No início do ano letivo, realizar formação de gestores e coordenadores, de forma presencial ou virtual, demonstrando a estrutura do NEM e como se dará a sua implementação;</p> <p>Disponibilizar para a comunidade em geral canais de comunicação (plataformas virtuais ou telefones) para que as pessoas possam tirar dúvidas em relação ao NEM;</p>
Objetivo 2: envolver a comunidade escolar na elaboração/revisão do Projeto Político-Pedagógico.	<p>Elaborar e disponibilizar um documento orientador sobre a revisão e (re)adequação do PPP, que contemple o NEM;</p> <p>Disponibilizar suporte técnico e pedagógico às escolas, a fim de suprir as demandas advindas em relação à adequação do PPP;</p> <p>Disponibilizar, em calendário, formação continuada especificamente para a discussão e elaboração do PPP.</p>



Para o alcance desses objetivos específicos, serão necessárias ações de responsabilidade da unidade escolar, sendo elas no Objetivo 1:

- Promover, no início do ano letivo, minicursos, palestras, encontros, presenciais ou virtuais, para a formação de professores, orientando-os em relação às especificidades do NEM. Essas ações devem ficar sob a responsabilidade dos gestores e coordenadores previamente capacitados;
- Realizar, no início do ano letivo, uma acolhida para os estudantes, com estandes personalizados, contendo explicações sobre os Itinerários Formativos previstos na proposta pedagógica da escola;
- Explicitar, a partir de palestras sobre o NEM, qual o prazo para implantação, qual o papel do estudante nesta etapa inicial e como será a oferta dos Itinerários Formativos;
- Durante o ano, realizar trabalho de sensibilização junto aos integrantes da Associação de Pais e Mestres, do Colegiado Escolar e do Grêmio Estudantil, para engajamento dessas organizações na implantação do NEM, já que esses representantes podem atuar como mediadores entre estudantes e escola. Para isso, é imprescindível dar embasamento teórico aos integrantes dessa engrenagem, definir o papel que cabe a cada instituição, identificar o público-alvo que deve ser atendido, para que as ações converjam para o mesmo objetivo;
- Criar espaços e tempos de diálogo com os estudantes, mostrando as possibilidades de escolha, avaliando os seus interesses e, consequentemente, orientando-os em seu projeto de vida. Isso pode ser feito a partir de projetos desenvolvidos pelos próprios professores, como seminários, rodas de conversa, questionários estruturados e outras estratégias de escuta que permitam a reflexão e o debate de ideias;
- Realizar enquete com os estudantes para saber quais Itinerários Formativos mais os interessam: (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Formação Técnica e Profissional) e, para tanto, pode-se utilizar ferramentas e/ou plataformas digitais para a realização da enquete. O resultado desse diagnóstico é primordial para saber os interesses da comunidade escolar, e assim, organizar a oferta de matrículas na Rede;
- Orientar aos representantes do Grêmio Estudantil para que atuem junto aos estudantes no sentido de promover ações para a conscientização, sensibilização e

- 
- 
- discussão sobre o NEM, incentivando, assim, a participação de todos nas decisões da escola, oportunizando o desenvolvimento do protagonismo juvenil, cujas ações podem ser direcionadas para projetos que culminem em feiras, mesas redondas, seminários, blogs, painéis de comunicação e outros eventos;
- Apresentar para as famílias, durante os encontros previstos em calendário, o novo modelo de Ensino Médio e como se dará a implantação, demonstrando as ações que serão realizadas no decorrer do ano e, ainda, receber sugestões. Nesses encontros, é importante a participação de cada segmento escolar, para que todos exponham suas ideias a partir do seu lugar social.

E, no Objetivo 2:

- Mobilizar todos os segmentos da escola para a elaboração e/ou revisão do PPP, adequando-o para contemplar as especificidades do NEM. Essa mobilização deve ser constante, pois o referido documento deve ser construído conjuntamente, ao longo do ano;
- Disponibilizar a minuta do PPP, em plataforma virtual, para que todos contribuam para uma escrita coletiva.



6.8 ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

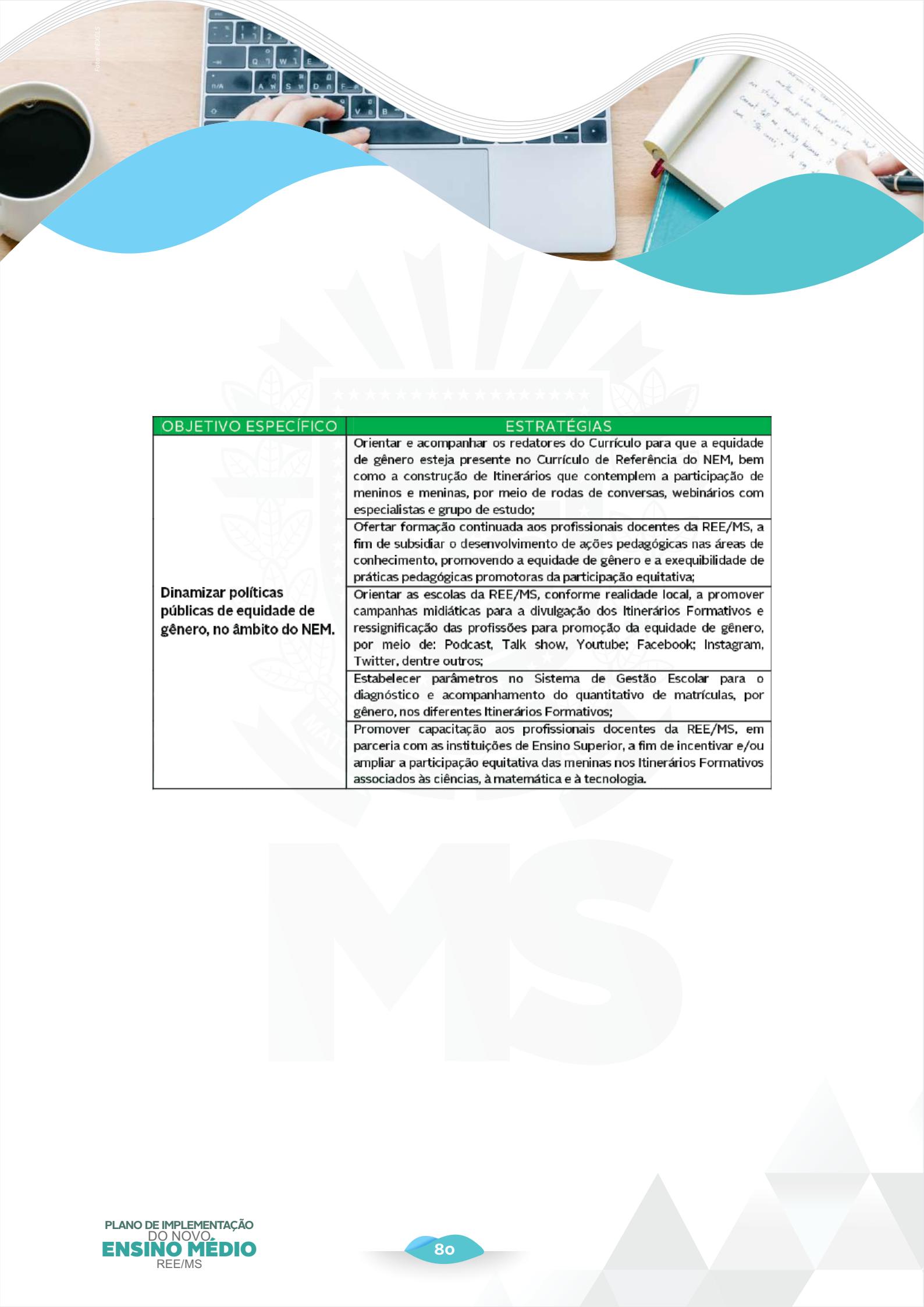
A SED/MS tem fomentado estratégias e ações para promoção da equidade de gênero no ambiente escolar, atendendo as normativas vigentes, no âmbito nacional e estadual, para a melhoria da qualidade da educação e a implementação de políticas públicas de forma equitativa e efetiva.

Segundo a Organização das Nações Unidas – ONU, a desigualdade de gênero é uma das violações mais persistentes dos direitos humanos em nossos tempos, fazendo-se necessária a ampliação de ações que visem mitigar essa disparidade. Tendo como referência esse dado, a SED/MS, em consonância com o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul – PEE/MS (2014 a 2024) e a Portaria/MEC n. 649, de 10 de julho de 2018, traçou estratégias para fortalecer a promoção de equidade de gênero, a fim de subsidiar a implementação do NEM.

De acordo com o documento orientador, os elementos fundamentais para fortalecer a equidade de gênero são:

- I. A implementação de intervenções específicas voltadas para equidade de gênero;
- II. Formação continuada de profissionais da educação no sentido de agregar conhecimento sobre como usar estratégias específicas de gerenciamento de sala de aula para envolver meninas e meninos, priorizando jovens em escolas vulneráveis, reconhecendo vieses inconscientes de gênero e locus social e desenvolvendo estratégias de ensino promotoras da participação equitativa;
- III. Campanhas de divulgação e estratégias de promoção de demanda equitativa por itinerários formativos;
- IV. Estratégias para atender de forma equitativa os meninos e as meninas nos diferentes itinerários formativos;
- V. Ações de promoção da participação de meninas em itinerários formativos associados às ciências da natureza, à matemática e à tecnologia. (BRASIL, 2018, p. 13,14).

Visando atender os itens supracitados, o presente instrumento tem por objetivo estabelecer estratégias voltadas a execução de ações equitativas, que não acentuem os desequilíbrios de acesso e conclusão do Ensino Médio entre meninos e meninas.



OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Dinamizar políticas públicas de equidade de gênero, no âmbito do NEM.	<p>Orientar e acompanhar os redatores do Currículo para que a equidade de gênero esteja presente no Currículo de Referência do NEM, bem como a construção de Itinerários que contemplem a participação de meninos e meninas, por meio de rodas de conversas, webinários com especialistas e grupo de estudo;</p> <p>Ofertar formação continuada aos profissionais docentes da REE/MS, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações pedagógicas nas áreas de conhecimento, promovendo a equidade de gênero e a exequibilidade de práticas pedagógicas promotoras da participação equitativa;</p> <p>Orientar as escolas da REE/MS, conforme realidade local, a promover campanhas midiáticas para a divulgação dos Itinerários Formativos e ressignificação das profissões para promoção da equidade de gênero, por meio de: Podcast, Talk show, Youtube; Facebook; Instagram, Twitter, dentre outros;</p> <p>Estabelecer parâmetros no Sistema de Gestão Escolar para o diagnóstico e acompanhamento do quantitativo de matrículas, por gênero, nos diferentes Itinerários Formativos;</p> <p>Promover capacitação aos profissionais docentes da REE/MS, em parceria com as instituições de Ensino Superior, a fim de incentivar e/ou ampliar a participação equitativa das meninas nos Itinerários Formativos associados às ciências, à matemática e à tecnologia.</p>

6.9 ESTRATÉGIAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A EQUIDADE URBANO-RURAL E SOCIAL

Visando promover a equidade no atendimento da população sul-mato-grossense, das áreas urbana, rural e das populações tradicionais: do campo, indígena e quilombola, a SED/MS promove e orienta o desenvolvimento de ações para a educação cidadã na perspectiva das relações étnico-raciais, considerando a multiculturalidade e pluralidade étnica do Estado.

Tendo como referência as Diretrizes orientadoras dispostas na LDB n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, na Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como no Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, a SED/MS organiza, desenvolve e mantém ações que visam proporcionar a equidade no atendimento das populações, tanto urbano quanto rural, ampliando a equidade social e o acesso a uma educação igualitária e inclusiva.

OBJETIVO ESPECÍFICO	ESTRATÉGIAS
Promover a educação das Relações Étnico-raciais e para equidade urbano-rural e social, na perspectiva de uma escola inclusiva, no âmbito do NEM.	<p>Acompanhar e orientar os redatores do Currículo acerca dos diálogos que permeiam as ações e estratégias específicas voltadas para a educação das relações étnicos-raciais e para a equidade urbano-rural e social no ambiente escolar, na perspectiva da escola inclusiva;</p> <p>Ofertar a formação continuada aos profissionais docentes da REE/MS, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações pedagógicas nas áreas do conhecimento, com ênfase nos princípios educacionais e normativas vigentes no âmbito nacional e estadual, que assegure as relações étnico-raciais, os Direitos Humanos e a Educação Especial e Inclusiva;</p> <p>Coletar dados de matrículas de estudantes dos recortes étnico-raciais (imigrantes, indígenas, quilombola, negros e outros), público da educação especial e de gênero, a fim de gerar dados/informações para implementar e elaborar ações que possibilitem a equidade no atendimento;</p> <p>Estimular a escrita de componentes curriculares – eletivas - pela escola, que contemple a temática étnico-racial, a equidade urbano-rural e social, promovendo o direito, reconhecimento, respeito e aceitação do outro, na perspectiva de uma escola inclusiva;</p> <p>Incentivar o relacionamento escola/comunidade no intuito de proporcionar maior interatividade dos públicos mencionados com a educação, favorecendo a compreensão do espaço escolar como fator integrador nas comunidades.</p>

6.10 SISTEMA DE MATRÍCULAS E CONTRATAÇÃO

Considerando as possíveis normativas a serem regulamentadas, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas à implementação do Novo Ensino Médio nas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, vislumbra-se os impactos nos sistemas de matrícula e de contratação da REE/MS, aos quais serão necessários devidas intervenções e atualizações. Nesse sentido tem-se a seguinte proposta de

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTRATÉGIAS
Objetivo 1: analisar o sistema de matrículas e verificar atualizações necessárias para implementação do NEM.	Mapear o sistema de matrículas atual; Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM; Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação; Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS; Articular com o CEE/MS as discussões.
Objetivo 2: analisar o processo de certificação da etapa e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como é o processo de certificação da etapa atual; Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM; Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação; Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS; Articular com o CEE/MS as discussões;
Objetivo 3: analisar os editais de contratação e de concurso públicos e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como ocorrem os editais de contratação e de concursos públicos atualmente; Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM; Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação; Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS; Articular com o Conselho as discussões.
Objetivo 4: analisar o processo de contratação de profissionais com notório saber e eventuais alterações necessárias para a implementação do NEM.	Mapear como ocorre o processo de contratação de profissionais com notório saber, atualmente; Identificar alterações necessárias para a implementação do NEM; Levar proposta para o Conselho Estadual de Educação; Alinhar o posicionamento com os membros da SED/MS que estão no CEE/MS; Articular com o CEE/MS as discussões.

6.11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Desde 2020, o Sistema de Gestão de Dados Escolares (SGDE) da SED/MS vem passando por adequações a fim de implementar o NEM.

Em 2021, foram necessárias as seguintes adequações:

- Alteração da matriz curricular para aceitar as novas configurações de turmas de Ensino Médio.
- Alteração da tela de turma.
- Alteração de alocação de aluno, uma vez que deve ser considerada a flexibilização curricular.

Para 2022, são previstas adequações quanto à(ao):

- Alimentação do Sistema como novo Referencial curricular.
- Planejamento online que deve ser considerado a nova proposta pedagógica.
- Relatórios de rendimento escolar para uso em Conselho de Classe e demais atividades da escola.

6.12 MATERIAIS DIDÁTICOS

A REE/MS faz uso dos materiais didáticos advindos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Não são previstos outros materiais para serem enviados às escolas, todavia, a equipe de currículo produzirá materiais de apoio ao professor e à gestão escolar, que serão disponibilizados no site organizacional da SED/MS e no hotsite específico para o NEM, no Estado de Mato Grosso do Sul, já discriminados anteriormente. Os materiais de apoio previsto são:

- Catálogo de Unidades Curriculares
- Itinerários Formativos - Unidades Curriculares do Núcleo Integrador do Novo Ensino Médio
- Orientações sobre o Novo Ensino Médio - Aulas não presenciais
- Unidades Curriculares Eletivas - Roteiro Prático das Eletivas - Adaptado

7. MATRIZ DE INDICADORES

Para a execução do PLI, a SED/MS estipulou alguns indicadores para monitorar e acompanhar o processo de implementação. Nesse sentido, foram definidas metas, em consonância com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Nacional de Educação, que permitirão analisar a estruturação do NEM.

7.1 PERCENTUAL DE ESCOLAS COM CARGA HORÁRIA DE PELO MENOS MIL HORAS ANUAIS

A REE/MS conta com 56 escolas com mais de 1.000 horas anuais no ano de 2019. Esse número representa cerca de 18% das escolas de Ensino Médio da Rede. O Gráfico 21 revela o percentual de escolas projetadas para se tornarem de 1.000 horas anuais até o ano de 2022.

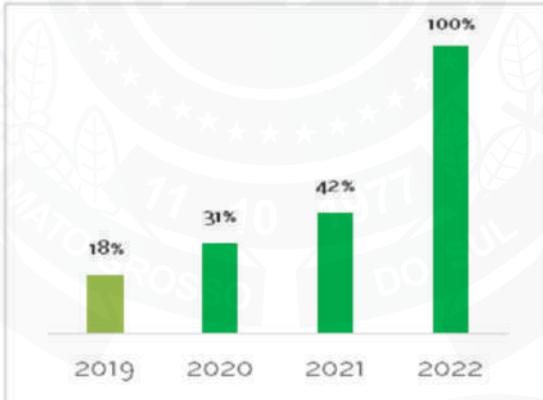


Gráfico 21 - Percentual de escolas projetadas para se tornarem de 1.000 horas anuais até o ano de 2022

7.2 TAXAS DE RENDIMENTO

As taxas de rendimento são compostas por três indicadores que serão apresentados a seguir: taxas de aprovação, reprovação e abandono na REE/MS.

7.2.1 Taxas de aprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de aprovação de 81,1%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta um aumento bianual de 2,5% na taxa de aprovação da Rede.

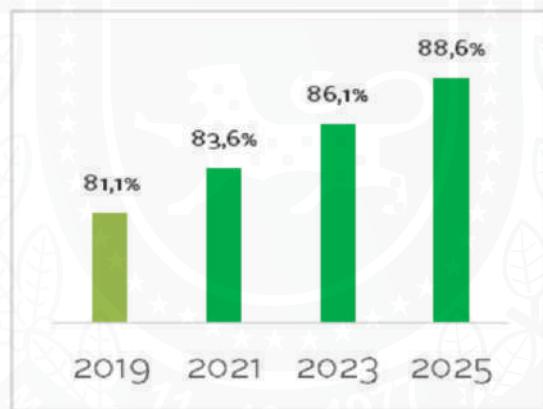


Gráfico 22 - Taxa de aprovação de estudantes no ano de 2019 e projeções bienais até 2025

7.2.2 Taxas de reprovação das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de reprovação de 12,1%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta uma redução bianual de 1,6% na taxa de reprovação da Rede.

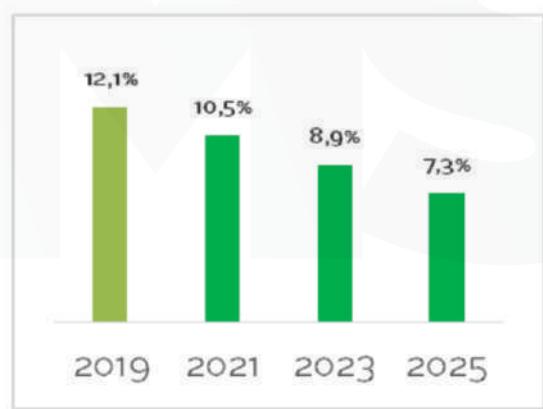


Gráfico 23 - Taxa de reprovação de estudantes no ano de 2019 e projeções bienais até 2025

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – Censo Escolar 2019

7.2.3 Taxas de abandono das escolas de Ensino Médio da REE/MS

No ano de 2019, os estudantes do Ensino Médio do Estado de Mato Grosso do Sul apresentaram uma taxa de abandono de 6,8%. Tendo como base projeções realizadas pela SED/MS, estabeleceu-se como meta uma redução bianual de 0,9% na taxa de abandono da Rede.



Gráfico 24 - Taxa de abandono de estudantes no ano de 2019 e projeções bienais até 2025

Colocando os três indicadores em uma única representação gráfica, é possível observar o cenário macro, com o objetivo pretendido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere às taxas de rendimento. No gráfico a seguir, observa-se como a etapa de Ensino Médio da REE/MS estava no ano de 2019, e como pretende estar no ano de 2025.

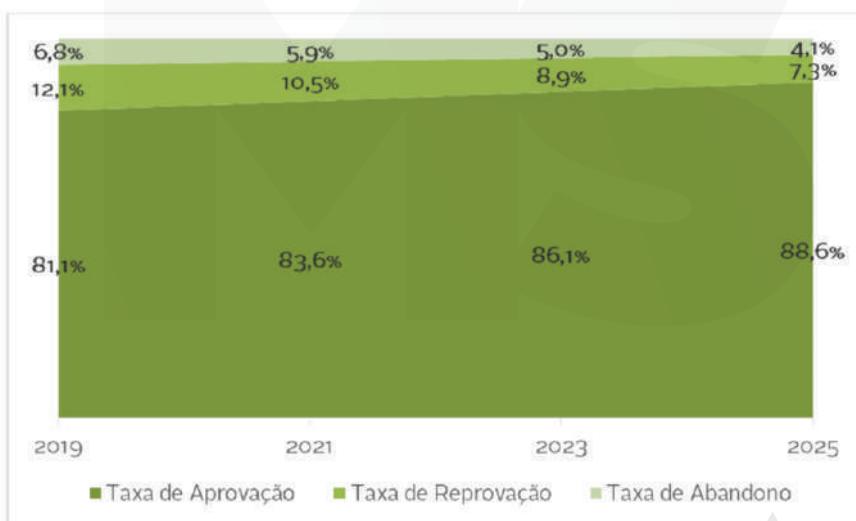


Gráfico 25 - Projeções bienais referentes aos indicadores de aprovação, reprovação e abandono



7.3 VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DA REE/MS

A Nota do Ensino Médio da REE/MS no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB de 2019 foi igual a 4,1; abaixo da meta de 4,5 projetada para o ano. O PNE e o PEE/MS trazem as metas do IDEB, da etapa do Ensino Médio, de 2019 e 2021 como 4,5 e 4,7, respectivamente.

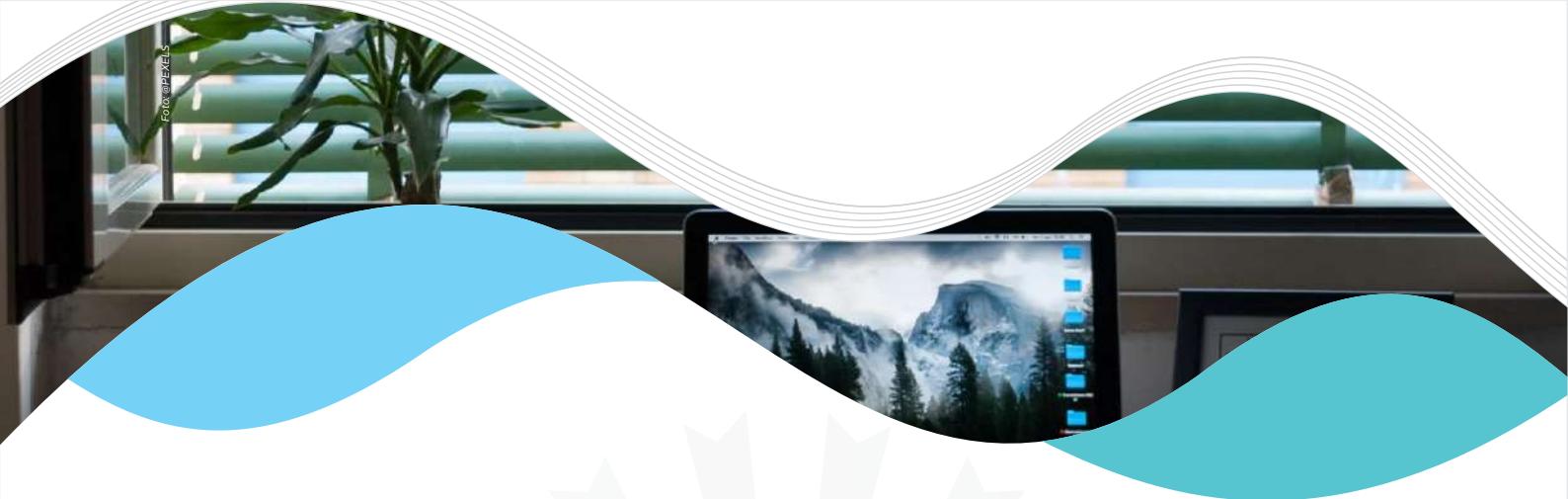


Gráfico 26 - IDEB do Ensino Médio da REE/MS e metas projetadas

7.4 OUTROS INDICADORES

Fez-se necessária a criação de outros indicadores que serão calculados a partir da implementação do NEM, no ano de 2022. A evolução desses indicadores será acompanhada ,anualmente, tendo como referência as metas a serem definidas após a implementação do NEM. Os novos indicadores criados são:

1. Percentual de escolas com, pelo menos, dois Itinerários Formativos ofertados;
2. Percentual de escolas com Indicador de Nível Socioeconômico – INSE baixo ou muito baixo com o NEM implantado ano a ano;
3. Percentual de estudantes matriculados em escolas com, pelo menos, 2 Itinerários Formativos disponíveis para sua escolha;
4. Percentual de distribuição de matrículas de meninos e de meninas nos diferentes Itinerários Formativos;
5. Percentual de distribuição de matrículas de meninas nos Itinerários Formativos de ciências naturais, matemática e tecnologias;
6. Percentual de escolas com oferta de Itinerários Formativos de formação técnica e profissional;



7. Percentual de estudantes matriculados em cada um dos Itinerários Formativos;
8. Percentual de escolas de Ensino Médio do campo, indígena e quilombola com NEM implementado;
9. Percentual de estudantes do Ensino Médio noturno, matriculados em cada um dos Itinerários Formativos ofertados pela Rede Estadual;
10. Percentual de escolas, em municípios que têm apenas uma unidade escolar de Ensino Médio, com, pelo menos, dois Itinerários Formativos ofertados.

8. CRONORGRAMA DE EXECUÇÃO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO			
ÁREA	OBJETIVO	INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO
CURRÍCULO	Elaborar o Currículo de Referência para etapa do Ensino Médio, alinhado à BNCC.	FEV. 2019	DEZ. 2021
	Construir Itinerários Formativos na REE/MS.	FEV. 2019	DEZ. 2021
FORMAÇÃO CONTINUADA	Constituir uma equipe de formação sobre o NEM, para planejar as formações a serem realizadas na REE/MS	FEV. 2019	DEZ. 2021
	Estruturar formações sobre a Formação Geral Básica, Itinerários Formativos e os quatro eixos estruturantes para os diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Definir uma ementa formativa para diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS;	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Producir materiais para os técnicos sobre a implementação do NEM para os diversos públicos que a REE/MS contempla (indígenas, quilombolas e educação especial);	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Estabelecer um cronograma de execução para a formação dos diretores, coordenadores pedagógicos, docentes e demais membros do corpo técnico das regionais e da SED/MS, adequando -se ao calendário escolar definido para os anos seguintes;	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Executar a formação continuada para os técnicos e profissionais da SED/MS e, posteriormente, aos diretores, coordenadores pedagógicos e docentes nos conceitos do NEM;	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Monitorar o nível de compreensão sobre a implementação do NEM nos diversos públicos formados (técnicos, professores, coordenadores pedagógicos e gestores);	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Producir materiais didático -pedagógicos para utilização nos processos formativos, considerando metodologias inovadoras e dinamização de espaços de aprendizagens.	FEV. 2019	DEZ. 2022
	Adaptar a estrutura das unidades escolares para implementação do NEM, levando em consideração a necessidade de adequação dos repasses financeiros.	FEV. 2019	DEZ. 2022
RECURSOS DESCENTRALIZADOS	Mapear o impacto financeiro que a implementação parcial e integral irá causar no Recurso de Alimentação Escolar.	FEV. 2021	DEZ. 2022
	Mapear os impactos físicos e financeiros da ampliação da carga horária, no que se refere ao transporte escolar, bem como a reestruturação dos convênios com os municípios para a oferta de transporte escolar.	FEV. 2021	DEZ. 2022



CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVOENSINO MÉDIO

ÁREA	OBJETIVO	INÍCIO	TÉRMINO PREVISTO
ARTICULAÇÃO COM PARCEIROS LOCAIS	Identificar os Itinerários Formativos a serem ofertados pela SED/MSe viabilizar parcerias com os poderes executivo e legislativo municipal, bem como com o setor produtivo local, visando formar profissionais necessários às demandas do município e promover a empregabilidade.	FEV.2021	DEZ.2022
COMUNICAÇÃO PARA INFORMAR À COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO	Elaborar materiais para divulgação sobre as mudanças do EM, na comparação com o modelo atual, no âmbito das escolas e comunidade.	FEV.2020	DEZ.2022
	Desenvolver campanhas para informar a população sobre a implantação do NEM e as principais modificações, por meio de diferentes canais de comunicação.	FEV.2019	DEZ.2022
MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR PARA ENVOLVIMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO	Mobilizar a participação da comunidade escolar, para definir a oferta dos Itinerários Formativos, de acordo com as possibilidades do sistema de ensino.	FEV.2021	DEZ.2022
	Envolver a comunidade escolar na elaboração/revisão do ProjetoPolítico-Pedagógico.	FEV.2019	DEZ.2022
ESTRATÉGIAS PARA APROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO	Dinamizar políticas públicas de equidade de gênero, no âmbito doNEM.	FEV.2019	DEZ.2022
ESTRATÉGIAS PARA AEDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA A EQUIDADE URBANO-RURAL E SOCIAL	Promover a educação das Relações Étnico-raciais e para equidade urbano-rural e social, na perspectiva de uma escola inclusiva, no âmbito do NEM.	FEV.2019	DEZ.2022
SISTEMA DE MATRÍCULAS E CONTRATAÇÃO	Analizar sistema de matrículas e verificar atualizações necessárias para implantação do NEM.	FEV.2019	DEZ.2022
	Analizar o processo de certificação da etapa e eventuais alterações necessárias para a implantação do NEM.	FEV.2020	DEZ.2022
	Analizar os editais de contratação e de concurso públicos e eventuais alterações necessárias para a implantação do NEM.	FEV.2019	DEZ.2022
	Analizar o processo de contratação de profissionais com notório saber e eventuais alterações necessárias para a implantação do NEM.	FEV.2019	DEZ.2022

ANEXO

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO/SED N° 3.776, DE 4 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS).

Publicado no Diário Oficial n. 10.244, de 5 de agosto de 2020, páginas 9 e 10.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais,

Considerando a Portaria MEC n. 649, de 10 de julho de 2018, que institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, a adesão ao Programa firmado pela Secretaria de Estado de Educação por meio do Termo de Compromisso, assinado em 16 de agosto de 2018, e, em especial, o previsto no art. 12, inciso VIII, da referida Portaria;

Considerando a Lei Federal n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a qual alterou a Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, estabelecendo que a carga horária mínima anual no Ensino Médio deverá ser ampliada de forma progressiva, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos 1.000 horas anuais de carga horária, assim como que o currículo do Ensino Médio deverá ser composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino; e

Considerando as demais normas que estabelecem metas, prazos e condições para a implementação do Novo Ensino Médio,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), como canal de diálogo com o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, do Ministério da Educação.

Parágrafo único. Compete ao Comitê Estadual, de que trata o caput deste artigo, além de ser o canal de diálogo com o Comitê de Monitoramento e Avaliação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, do Ministério da Educação, apreciar e validar os produtos gerados pela Comissão Executiva e sugerir à Secretaria de Estado de Educação a adoção de providências para sua implantação.

Art. 2º Compõe o Comitê Estadual os seguintes representantes da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS):

- I – Titular da Secretaria de Estado de Educação;
- II - Superintendente de Políticas Educacionais (SUPED);
- III - Superintendente de Informação e Tecnologia (SITEC);
- IV - Superintendente de Gestão de Pessoas (SUGESP);
- V - Superintendente de Planejamento e Apoio Institucional (SUPAI);
- VI - Superintendente de Administração das Regionais (SUARE);
- VII - Superintendente de Administração, Orçamento e Finanças (SUAOF);
- VIII - Diretor-Geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar (DGIAPE).

§ 1º Os membros do Comitê Estadual serão designados pelo Titular da Secretaria de Estado de Educação, à exceção deste, cuja competência é inerente ao cargo, e o presidirá.

§ 2º O Comitê Estadual não disporá de membros suplentes e, na impossibilidade de um deles não participar de alguma reunião, fica vedada a indicação de substituto.

§ 3º As reuniões do Comitê Estadual só poderão ocorrer com a participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Art. 3º O Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio disporá de uma Comissão Executiva, composta por representantes dos seguintes setores da SED/MS:

- I - Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEMEP);
- II - Coordenadoria de Políticas Específicas para a Educação (COPEED);
- III - Coordenadoria de Políticas para o Ensino Fundamental (COPEF);
- IV - Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial (COPESP);
- V - Coordenadoria de Psicologia Educacional (COPED);
- VI - Coordenadoria de Correção de Fluxo (CCORF);
- VII - Coordenadoria de Normatização das Políticas Educacionais (CONPED);
- VIII - Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (CFOR);
- IX - Assessoria de Comunicação (ASSCOM);
- X - Coordenadoria de Gestão Escolar (COGES);
- XI - Coordenadoria de Informações Gerenciais (COINGE);
- XII - Coordenadoria de Lotação (CORLOT);
- XIII - Coordenadoria de Tecnologia Educacional (COTED);
- XIV - Coordenadoria de Infraestrutura e Tecnologia (CODITEC);
- XV - Coordenadoria de Infraestrutura (COINF);
- XVI - Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN);
- XVII - Coordenadoria de Convênios (CCONV), e
- XVIII - Assessoria de Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ASBI).

§ 1º Os representantes dos setores que compõem a Comissão Executiva serão indicados pelos membros do Comitê Estadual de Acompanhamento da Implementação do Novo Ensino Médio, relativamente aos setores vinculados a esses representantes, e designados por ato do Titular da Secretaria de Estado de Educação.

§ 2º A depender da especificidade da matéria, poderão ser indicados mais de um representante por setor.

§ 3º A Comissão Executiva será coordenada por um representante da Coordenadoria de Políticas para o Ensino Médio e Educação Profissional (COPEMEP).

Art. 4º Compete à Comissão Executiva:

- I - realizar reuniões ordinárias, periodicamente;
- II - elaborar o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio – PLI, com vistas a discutir, encaminhar propostas, realizar estudos, produzir diagnósticos, dentre outras ações que possam subsidiar a implementação do Novo Ensino Médio;
- III - acompanhar a elaboração do currículo;
- IV - elaborar Cronograma das ações contidas no Plano de Implementação do Novo Ensino Médio – PLI;
- V - definir estratégia de diálogo e articulação com os parceiros;
- VI - executar, monitorar e avaliar as ações contidas no PLI, a fim de subsidiar a implementação do Novo Ensino Médio.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMPO GRANDE/MS, 4 DE AGOSTO DE 2020.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

Secretaria de Estado de Educação

PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO **ENSINO MÉDIO**

REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO DO SUL

SED
Secretaria de Estado
de Educação



**GOVERNO
DO ESTADO**
Mato Grosso do Sul